



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ÉRICA DE SOUSA PERES

**PRELAZIA DO MARAJÓ:**

Infância, educação e assistência na Amazônia marajoara (1950-1960)



BELEM – PA  
2024

ÉRICA DE SOUSA PERES

**PRELAZIA DO MARAJÓ:**

Infância, educação e assistência na Amazônia marajoara (1950-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Maria Silva Araújo Alves.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade, do Instituto de Ciências da Educação.

Belém-Pará  
2024

ÉRICA DE SOUSA PERES

**PRELAZIA DO MARAJÓ:**

Infância, educação e assistência na Amazônia marajoara (1950-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: 29/02/2024

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Maria Silva Araújo Alves (Orientadora)  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Prof. Dr. César Augusto Castro (Membro Interno)  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Prof. Dr. Wellington da Costa Pinheiro (Membro Interno)  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França (Membro Externo)  
Universidade do Estado do Pará - UEPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães (Membro Externo)  
Universidade Federal do Amapá - UFAP

---

Prof. Dr. Rogério Andrade Maciel – PPGLSA (Membro Externo)  
Universidade Federal do Pará - UFPA

*“Todos nos trazemos escritas em nossos corpos as histórias de outras  
gentes que nos antecedeu”.*  
*Daniel Munduruku.*

*Sendo assim, dedico este a todas as outras gentes que me  
antecederam e marcaram meu corpo e minha história para que eu  
pudesse sonhar e chegar até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer! Ser grata por ter a oportunidade de sonhar e por mais um sonho realizado, que muitas vezes pensei nem ser possível, sonho que vejo se concretizar diante dos meus olhos. Lembro-me então que sonhar é viver com plenitude, o que é sem dúvida é um grande privilégio! Isso me motiva e assim vou construindo o meu castelo de sonhos que não são sonhados sozinhos, pois trago comigo uma imensidão de pessoas, vivências e histórias. É isso que me faz forte!

Agradeço por mais um ciclo, inicialmente ao poderoso Deus, por me amparar em todos os momentos da minha vida e no decorrer da construção dessa tese, que me carregou no colo, pois estive diante de muitos momentos que me desafiaram. Foi luta, superação e fé. Obrigado, Deus! Às forças da natureza que me circundam e mostram os caminhos a seguir, me orientam e me guiam ao encontro do que é meu, agradeço por nunca me deixarem sozinha e desamparada. A todo momento sinto a energia e luz de vocês!

À minha família, que me apoia, me cuida e me ama incondicionalmente, muito obrigada. A minha mãe, Maria Feliz, com quem aprendo diariamente, minha irmã, Elida, e meu sobrinho-filho, Enzo, pelo afeto, paciência e compreensão com as minhas ausências. Vocês são os meus amorinhos! É nós por nós sempre e para sempre!

Ao meu amor, Wellington Lima. Te reencontrar foi um bálsamo que encheu a minha vida de amor e carinho e isso foi determinante para que eu continuasse a pesquisa. A tua companhia na pesquisa de campo, o teu incentivo na escrita, tua paciência em me ouvir com atenção, as nossas conversas sobre a vida, sobre o futuro, sobre os caminhos e decisões a serem tomadas, tudo foi fundamental! “Teu amor me cura de uma loucura qualquer e encostar no seu peito” é saber que vai ficar tudo bem.

À minha filha Sophia Gabriela – a bebê da tese – que revolucionou a minha vida e me fez e faz melhor a cada dia. Você me ensinou o que é o amor e me deu o maior e melhor título da vida “Ser Mãe de Menina”, e isso me fez ver a vida sob outras óticas. Muito obrigada, filha, por me escolher para ser a sua mãezinha! Tudo é por você e para você minha Pepezinha, “a vida é boa com você” e ficou muito melhor depois que você chegou”

Toda minha gratidão aos Marajós, território de que não sou de nascença, mas sou de pertença! Sou Caruana, eu sou! Tenho certeza de que vocês estiveram e estão comigo a todo momento, me guiando pelas cidades, pelas praias e rios e por onde quer que eu vá. Agradeço a Dom Evaristo, atual bispo do Prelado do Marajó, e a Kátia, secretária da Cúria, por me abrirem

a porta e o acervo da Prelazia do Marajó; o acolhimento, o café e as conversas com vocês foram essenciais para esta pesquisa.

Agradeço também a tantos outros(as) marajoaras queridos que contribuíram para essa pesquisa. Destaco minha gratidão a amiga Zuleide, que várias vezes saiu da sua casa e foi atrás de informações importantes para este estudo. Muito obrigada, nega! E ao Frei Thiago, um agostiniano recoleto que, mesmo muito ocupado com as atividades da Paróquia N. Sra. da Conceição em Salvaterra, sempre me recebeu para várias conversas sempre afetuosas, produtivas e cheias de conhecimentos sobre a OAR no Marajó.

Agradeço muito ao Programa de Pós-Graduação em Educação por estes longos anos de aprendizado e desafios. Gratidão e toda a minha admiração a todos e todas os(as) professores(as) do PPGED-UFPA. Aprendi muito com vocês. De modo especial, agradeço ao Prof. Dr. Waldyr Abreu pelas trocas e aprendizados para além da academia.

À minha querida orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Alves, por ter acreditado no projeto e em mim e ainda mais por ter segurado a minha mão nos momentos difíceis, pela paciência, pela confiança, pelo carinho e afeto. Suas aulas e orientações foram imprescindíveis para essa pesquisa e me ensinaram para a vida.

Aos professores César Castro, Wellington Pinheiro, Jacqueline Guimarães e Socorro França pela troca, pela leitura do texto e por compartilharem seus conhecimentos e pelas grandes contribuições a esse estudo. Vocês me inspiram!

Aos meus amigos professores e alunos da Educação Básica todo o meu carinho e respeito pela construção da educação na base. O apoio e o carinho de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. É desse lugar que fazemos a revolução todo dia!

Aos meus alunos da Universidade da Amazônia, o meu muito obrigado pelo apoio e respeito no decorrer desse caminho que trilhei no doutorado.

Aos meus muitos amigos que estiveram comigo ao longo dessa trajetória, vocês foram anjos que cruzaram o meu caminho para me amparar diante das dificuldades. Não ousarei citar nomes para não ser injusta. Sou muito abençoada por ter tanta gente legal por perto.

Encerro esse ciclo com a certeza de que deixei um pouco de mim e trouxe muito de cada pessoa, de documento/história que encontre. Estou imensamente agradecida por tudo que aprendi ao longo dessa jornada de doutoramento.

## RESUMO

Esta tese analisa as obras sociais e educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos, no período de 1950 a 1960. Trata-se de uma pesquisa documental, a qual utiliza fontes do acervo particular da Cúria da Prelazia do Marajó, tais como: estatutos; relatórios; pronunciamentos; e matérias de jornais, entre outros. A fundamentação teórica sobre História da Infância foi baseada em Alves (2007), Gouvêa (2000), Del Priore (2007), Kramer (1995, 2011), Kuhlman Jr. (1999, 2002), Rizzini e Schueller (2011) e Andrade (2019). Já no que tange à História das Instituições Educativas, dialogamos com Magalhães (1999, 2004), Oliveira e Gatti Júnior (2008), Buffa e Nosella (2009), Frago (2001) e Pinheiro (2017). O objetivo geral deste estudo é: Analisar as obras sociais e educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos, na cidade de Soure, no período de 1950 a 1960. Para alcançar o objetivo central, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) Investigar por que e para que foi criada a Prelazia do Marajó; b) Identificar o papel da Prelazia do Marajó na cidade de Soure na promoção da educação e proteção da infância sourense; e c) Investigar as obras sociais e educacionais que foram desenvolvidas por Dom Gregório Alonso, primeiro bispo do prelado do Marajó, na cidade de Soure. Os resultados apontam que a Prelazia do Marajó foi uma missão desafiadora assumida pela Ordem dos Agostinianos Recoletos que adentrou o arquipélago do Marajó, iniciando-se em Soure, com o objetivo de fortalecer o processo de evangelização das populações marajoaras, cumprindo assim um papel relevante no reestabelecimento da reconquista espiritual do catolicismo da região marajoara. Isso se deu porque, na metade do século XVII, a Igreja Católica perdeu sua hegemonia com a expulsão dos jesuítas pela moção do Marques de Pombal. Nesse contexto, com a finalidade de fortalecer os seus propósitos missionários, os Agostinianos Recoletos da Província de Santo Tomaz de Vila Nova fundam “As Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó”, que objetivavam educar e assistir a população sourense diante da sua carência.

**Palavras-chave:** História da Educação. História da Infância. Instituições Educativas. Prelazia do Marajó. Agostinianos Recoletos.

## ABSTRACT

This PhD thesis analyzes social and educational work developed by the Prelacy of Marajó in Soure, as an endeavor undertaken by the Order of Augustinian Recollects, from 1950 to 1960. This document-based research uses sources found at the private archive of the Curia of the Prelacy of Marajó, such as: statutes; reports; announcements; and newspaper articles, among others. The theoretical framework about History of Childhood is based on Alves (2018), Gouvêa (2000), Del Priore (2007), Kramer (1995, 2011), Kuhlman Jr. (1999, 2002), Rizzini and Schueller (2011), and Andrade (2019). When it comes to the History of Education Institutions, we establish a dialogue with Magalhães (1999, 2004), Oliveira e Gatti Júnior (2008), Buffa e Nosella (2009), Frago (2001), and Pinheiro (2017). The main objective of this study is: Analyzing social and educational work developed by the Prelacy of Marajó in Soure, by the Order of Augustinian Recollects, from 1950 to 1960. In order to reach it, the specific objectives outlined were: a) Investigating why and what the Prelacy of Marajó was created for; b) Identifying the role the Prelacy of Marajó had in Soure when promoting education and protections to local children; and c) Investigating social and education work developed by Dom Gregório Alonso, first bishop at the Prelacy of Marajó, in Soure. Our results point out that the Prelacy of Marajó was a challenging mission undertaken by the Order of Augustinian Recollects which entered the Marajó archipelago, starting in Soure, with the aim of strengthening a process of evangelism of Marajó populations, representing a relevant role in reestablishing a catholic spiritual reconquest in the region. That happened due to, during the middle 17<sup>th</sup> century, the Catholic Church had lost its hegemony with the Jesuits expulsion by a Marques de Pombal's proposal. In this context, so as to strengthen missionary goals, the Augustinian Recollects in the Santo Tomaz de Vila Nova Province founded "The Social and Education works by the Prelacy of Marajó", which aimed at educating and assisting the Soure population in need.

**KEYWORDS:** History of Education. History of Childhood. Educational Institutions. Prelacy of Marajó. Recollect Augustinians.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Produções dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará – PPGED-UEPA, e Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – PPGED – UFPA com os descritores Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; A .....	38
<b>Quadro 2</b> - Produções do Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTB com os descritores: Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; Amazônia marajoara, no período de 2012 a 2021 .....	42
<b>Quadro 3</b> - Produções dos Anais da Reunião Nacional -GT02 História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação -ANPED e Revista Brasileira de História da Educação com os descritores: Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; Amazônia marajoara, no período de 2012 a 2021 .....	44
<b>Quadro 4</b> - Espaços físicos e plataformas virtuais utilizados para a pesquisa .....	64
<b>Quadro 5</b> - Documentos Selecionados para compor o corpus da pesquisa .....	66

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Prédio da Escola Doméstica de Salvaterra .....	27
<b>Figura 2</b> - Placa na fachada do prédio da Escola Doméstica de Salvaterra.....	28
<b>Figura 3</b> - Contato inicial com as fontes na Cúria da Prelazia do Marajó.....	30
<b>Figura 4</b> - Mapa do arquipélago do Marajó.....	54
<b>Figura 5</b> - Trajeto de Belém a Soure.....	58
<b>Figura 6</b> - Arquitetura Urbanística de Soure .....	59
<b>Figura 7</b> - 3ª Rua com a Travessa 15 .....	60
<b>Figura 8</b> - Esquema Síntese do corpus que compõem a pesquisa .....	68
<b>Figura 9</b> - Esquema ilustrativo das Obras Sociais e Educativas da Prelazia do Marajó .....	69
<b>Figura 10</b> - Mapa de delimitação territorial da Prelazia do Marajó .....	86
<b>Figura 11</b> - O Carisma dos Agostinianos Recoletos em três palavras .....	90
<b>Figura 12</b> - Quadro em homenagem aos Agostinianos Recoletos presente na Igreja São João .....	94
<b>Figura 13</b> - Quadro com a fotografia de Dom Alonso.....	98
<b>Figura 14</b> - Dom Alonso e os Missionários .....	99
<b>Figura 15</b> - Igreja Matriz e Salão Paroquial de Soure .....	104
<b>Figura 16</b> - Cruz de Cristo erguida em homenagem ao 25ª Aniversário das Atividades dos Padres Agostinianos à frente da Prelazia do Marajó .....	105
<b>Figura 17</b> - Extrato do Estatuto das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó... ..	111
<b>Figura 18</b> - Alunos e alunas do Jardim da Infância Menino Deus.....	115
<b>Figura 19</b> - Irmãs Agostinianas e Dom Alonso .....	121
<b>Figura 20</b> - Construção do prédio do Instituto Stella Maris em 1950 .....	125
<b>Figura 21</b> - Fachada do Instituto Stella Maris em 1960 .....	126
<b>Figura 22</b> - Aula Corte e Costura na Escola Doméstica de Soure.....	129
<b>Figura 23</b> - Aula de Tear na área externa da Escola Doméstica de Soure .....	130
<b>Figura 24</b> - Capa do Mapa 1 de Inscrição na Assistência à Infância a Pré-Escola.....	144
<b>Figura 25</b> - Mapa 2 de Inscrição na Assistência à Infância à Pré-Escola.....	145
<b>Figura 26</b> - Casa da Saúde em Soure- Marajó- Pará .....	148
<b>Figura 27</b> - Meninos na confecção do trono episcopal.....	156

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>SEÇÃO I: SEGUINDO O CAMINHO DAS ÁGUAS NO MARAJÓ .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>O Início da travessia pelas águas dos Marajós. ....</b>	<b>13</b>
<b>1.2</b>	<b>Experiências de pesquisa com o universo marajoara.....</b>	<b>21</b>
<b>1.3</b>	<b>Mergulhando nas fontes .....</b>	<b>26</b>
<b>1.4</b>	<b>Problematização, objeto de pesquisa e tese .....</b>	<b>31</b>
<b>1.5</b>	<b>Estudos sobre as instituições educativas e religiosas na Amazônia marajoara.....</b>	<b>33</b>
<b>1.6</b>	<b>Estruturação da tese .....</b>	<b>47</b>
<b>2</b>	<b>SEÇÃO II: RIO ABAIXO, RIO ACIMA: A TRAVESSIA METODOLÓGICA ..</b>	<b>48</b>
<b>2.1</b>	<b>Atravessando as águas marajoaras .....</b>	<b>49</b>
<b>2.2</b>	<b>O lócus da pesquisa: o Marajó dos campos.....</b>	<b>52</b>
<b>2.2.1</b>	<b>Delimitação do lócus: a cidade de Soure, a pérola do Marajó.....</b>	<b>56</b>
<b>2.3</b>	<b>Rotas metodológicas .....</b>	<b>61</b>
<b>2.3.1</b>	<b>O corpus da pesquisa .....</b>	<b>63</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Tratamento analítico do corpus da pesquisa .....</b>	<b>68</b>
<b>3</b>	<b>SEÇÃO III: A PRELAZIA DO MARAJÓ: A IGREJA PARTICULAR NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA.....</b>	<b>75</b>
<b>3.1</b>	<b>Missões religiosas no território marajoara: um percurso de fé e dominação .....</b>	<b>77</b>
<b>3.2</b>	<b>A Prelazia e a missão de evangelizar o Marajó .....</b>	<b>82</b>
<b>3.3</b>	<b>Os Agostinianos Recoletos: uma história de missão, amor e fé .....</b>	<b>89</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Dom Gregório Alonso e sua missão de consubstanciar a Prelazia do Marajó.....</b>	<b>97</b>
<b>4</b>	<b>SEÇÃO IV: AS OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA PRELAZIA DO MARAJÓ E A INFÂNCIA MARAJOARA.....</b>	<b>108</b>
<b>4.1</b>	<b>Jardim da Infância Menino Deus: uma escola ao ar livre para “párvulos” .....</b>	<b>114</b>
<b>4.2</b>	<b>Instituto Stella Maris e a sua educação para a promoção humana.....</b>	<b>119</b>
<b>4.3</b>	<b>A Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação e a educação feminina em Soure .....</b>	<b>128</b>
<b>5</b>	<b>SEÇÃO V: EXPERIÊNCIAS ASSISTENCIALISTAS EM INTERFACE COM A PRELAZIA DO MARAJÓ E A INFÂNCIA MARAJOARA .....</b>	<b>138</b>
<b>5.1</b>	<b>O Círculo Operário e a assistência à saúde da infância sourense .....</b>	<b>144</b>
<b>5.2</b>	<b>Por entre rios, campos e florestas: a Escola Artesanal de Soure .....</b>	<b>154</b>
<b>6</b>	<b>SEÇÃO VI: POR ENTRE OS RIOS E OS CAMPOS: UMA ÂNCORA PARA RECALCULAR A ROTA .....</b>	<b>157</b>

<b>6.1</b>	<b>Fim da travessia pelas águas e campos marajoaras .....</b>	<b>158</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE A - ESCRITOS DA HISTÓRIA MARAJOARA: A DESCRIÇÃO DAS FONTES .....</b>	<b>174</b>
	<b>ANEXO A - EXTRATO DOS ESTATUTOS DAS OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA PRELAZIA DO MARAJÓ .....</b>	<b>176</b>
	<b>ANEXO B - MAPA DE INSCRIÇÃO NA ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA A PRÉ-ESCOLA.....</b>	<b>177</b>



**1 SEÇÃO I:  
SEGUINDO O CAMINHO DAS ÁGUAS NO MARAJÓ**

## 1.1 O Início da travessia pelas águas dos Marajós.

### *ÁGUAS: LABIRINTOS DE HISTÓRIAS*

*Mar, baías, rios, furos, estreitos, lagos, igarapés, igapós, campos inundados, imensos aquaçais, viveiros de inclassificáveis espécies vegetais, minerais e animais são lugares amazônicos onde se inscrevem e podem ser captadas diferentes histórias, saberes e poderes locais*

(Pacheco, 2009b, p.410)

De fato, as águas têm uma força que somente o inexplicável é capaz de compreender; no dizer de um velho amigo marajoara, há coisas que não são para entender/compreender, são somente para se sentir. Assim, pelo desejo de sentir, volto a navegar no rio Paracauri<sup>1</sup>, travessia inevitável que a pesquisa me fez retomar. A imensidão das águas, descrita por Pacheco como “*mar, baías, rios, furos, estreitos, lagos, igarapés, igapós, campos inundados, imensos aquaçais*”, me guia em mais um caminho a ser percorrido.

A travessia foi pelas águas do doutorado, no qual fui admitida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA), com um projeto que objetivava pesquisar a escolarização de crianças marajoaras no século XIX, interesse que me tomou logo após a finalização do mestrado, em 2018. Entretanto, a busca por fontes inicialmente não foi satisfatória a ponto de subsidiar essa investigação, uma vez que, no ano de 2020, em virtude da pandemia do Covid-19, foi necessário tomar medidas sanitárias, como o isolamento social, o que inviabilizou o acesso aos principais acervos públicos físicos, como o Arquivo Público do Pará<sup>2</sup> e a Biblioteca Arthur Viana<sup>3</sup>, na Fundação Cultural do Pará (FCP), antigo Centur. Diante do cenário de incertezas que o Covid-19 provocou, foi necessário repensar a busca das fontes.

---

<sup>1</sup> Rio que banha o município de Soure e serve de porto para pequenas embarcações da região, onde se observa a presença de currais para a captura de peixes (Soure, [20--]).

<sup>2</sup> Fundado em 16 de abril de 1901, o Arquivo Público do Estado do Pará é uma das principais instituições arquivistas do Brasil, com domínio de arquivos que refletem a história colonial da Amazônia, que inclui os estados do norte brasileiro e de parte do Maranhão. O patrimônio preserva mais de 4 milhões de documentos, da esfera administrativa, legislativa e jurídica da região amazônica, datados desde o século XVII ao XXI (Pará, [20--]a).

<sup>3</sup> A Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV) está localizada na sede da Fundação Cultural do Pará e é considerada a mais importante da região Norte. Criada há 152 anos, promove o acesso à informação e à difusão de bens culturais para todo o Estado. Seus serviços abrangem atividades de incentivo à leitura, visitas institucionais e monitoradas, palestras, exposições, cursos e oficinas e programações culturais diversificadas. Aberta ao público, a Biblioteca está dividida em alguns espaços, tais como as seções de Obras Raras, Braille, Obras do Pará, além de possuir a Fonoteca Satyro de Mello, uma Gibiteca e uma Brinquedoteca (Pará, [20--]b).

Assim, inicio mais uma travessia que me interliga com a fluidez do arquipélago do Marajó. Meu porto nessa jornada foi Soure<sup>4</sup> – cidade onde fica sediada a Prelazia do Marajó –, ancoradouro de mais uma viagem dentre tantas outras que já fiz pela Amazônia marajoara. A Igreja Católica na Amazônia marajoara organiza seu campo de atuação e/ou abrangência em dois contextos regionais distintos: I) a Diocese de Ponta de Pedras, abrangendo uma determinada região do arquipélago do Marajó que não é foco desse estudo; e a II) a Prelazia do Marajó, a qual será abordada neste estudo.

As dioceses são igrejas particulares que estão em plena comunhão com a Santa Sé; em outras palavras, as dioceses são unidades territoriais governadas por um bispo. A diocese de Ponta de Pedras surgiu em 1963, também com o termo prelazia, e o seu principal idealizador foi Dom Alberto Gaudêncio Ramos, arcebispo metropolitano. Entretanto, somente em 1979, ela torna-se Diocese de Ponta de Pedras, tendo Dom Ângelo como primeiro bispo diocesano.

Isso significa que a Prelazia do Marajó foi erigida canonicamente bem antes que a prelazia de Ponta de Pedras, sendo então a pioneira, enquanto Igreja Particular dos Marajós à época, atuando bravamente na evangelização da população marajoara. Mesmo após de apenas 20 anos de atividades missionárias, de Obras Sociais e Educacionais, ela continua sendo a pioneira, já que a outra Igreja Particular dos Marajós foi erigida canonicamente, apenas em 1963.

A Prelazia do Marajó é uma circunscrição da Igreja Católica pertencente à Arquidiocese de Belém e constituiu-se como uma igreja local que se destacou pelo seu trabalho missionário de restabelecer em solos marajoaras a fé católica, abalada depois da expulsão da Companhia de Jesus da região marajoara, em 1759. As políticas de recristianização foram iniciadas nas últimas décadas do século XIX, com novas ordens vindas da Europa, como a Ordem dos Agostinianos Recoletos de São Tomás de Vilanova<sup>5</sup>, que chegaram ao Pará em 1889, assumindo, a partir de 1930, a região marajoara (Pacheco,2009a, p.83)

A Prelazia do Marajó, segundo Mélcon (2010), foi criada pela Santa Sé através da Bula *Romanus Pontifex*, de 14 de abril de 1928, desmembrada da Arquidiocese de Belém do Pará

---

<sup>4</sup> De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Soure, este localiza-se na zona fisiográfica do Marajó e ilhas, fora primitivamente, uma aldeia dos índios Muruanazes, onde se modificaram alguns missionários, nos tempos coloniais (Soure, [20--]).

<sup>5</sup> A Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR), de acordo com informações disponíveis no site oficial dos Agostinos Recoletos, é uma ordem religiosa herdeira da forma de vida suscitada por Santo Agostinho (354-430) e assumida no século XIII, com espírito mendicante, pela Ordem de Santo Agostinho (Grande União de 1256). Depois de mais de três séculos de história, em 1912, foram reconhecidos pela Igreja como Ordem religiosa autônoma, formada por religiosos e irmãos religiosos onde todos vivem a sua vocação compartilhando uma vida fraterna em comunidade e partilhando uma missão a cumprir aos moldes de Santo Agostinho (Orden de Agostinos Recoletos, [20--]).

pelo Papa Pio XII, sendo confiada aos cuidados da Ordem dos Agostinianos Recoletos. Contudo, somente quase dois anos depois, em 19 de outubro de 1930 na cidade de Soure, tomava posse oficialmente o primeiro bispo do Prelado do Marajó, Frei Gregório Alonso Aparício, assim iniciando-se as atividades da Prelazia do Marajó.

Sobre a criação da Prelazia do Marajó, Mélcón (2010, p. 119) evidencia que “no momento de sua criação, a extensão territorial da Prelazia do Marajó, era de 53.000kilometros, ocupava apenas três quartas partes da grande ilha de Marajó”. Em outras palavras, inicialmente a Prelazia do Marajó era composta pelos municípios de Anajás, Afuá, Bagre, Chaves, Breves, Melgaço, Portel, Salvaterra e Soure, onde está localizada a sede, a catedral e a Cúria da Prelazia.

Diante das particularidades e especificidades presentes no arquipélago do Marajó e da extensão territorial sob os desígnios da Prelazia do Marajó, opto neste estudo por ter como lócus a cidade de Soure, haja vista que foi neste município que os Agostinianos Recoletos se fixaram inicialmente e consolidaram a sede, a catedral e Cúria da Prelazia do Marajó, de onde passaram a administrar e organizar suas ações e atividades missionárias.

Vale ressaltar que, com a criação da Diocese de Ponta de Pedras e da Prelazia do Marajó, o arquipélago do Marajó passou a contar com duas circunscrições eclesiais que se constituíram como “braços” importantes para a Igreja Católica em terras marajoaras, permitindo que os religiosos pudessem acessar a região e fortalecer a fé católica. Nesse sentido, Hoornaert (1992) salienta que:

A Igreja na Amazônia é vista a partir do contexto regional, principalmente da situação de penúria do amazônida, envolvido pelo processo de exploração da borracha com todas as suas consequências; como a Igreja desenvolveu sua organização, criando novas dioceses e prelazias, fazendo chegar até a região religiosos e religiosas, recuperando o processo evangelizador, interrompido pela ação pombalina desde o século XVIII e sufocado pelo controle das leis imperiais do século XIX. Uma tipologia dos bispos desse período oferece a chave para entender que a Igreja tinha uma proposta nova, de restauração, de reevangelização. Isto se verifica particularmente pela presença e atuação dos religiosos na área amazônica (Hoornaert, 1992, p. 341).

A partir do desenvolvimento e organização da Igreja, é possível compreender a Amazônia como um território de grande atuação da Igreja Católica, visto que se observa nessa região a criação de instituições religiosas, tais como as dioceses e prelazias, que são um exemplo do progresso de uma igreja local estruturada e organizada com a missão de promover a fé cristã, evangelizar e subsidiar o desenvolvimento das pessoas e do próprio lugar. Por conseguinte, a Igreja Católica implanta sua proposta de restaurar e reevangelizar a Amazônia,

o que se ratifica com a atuação de várias ordens religiosas desenvolvendo missões na região amazônica.

Em 1930, dois anos depois da criação da Prelazia do Marajó, os bispos da Ordem dos Agostinianos Recoletos chegaram à cidade de Soure para assumirem um dos braços importantes da Igreja Católica no arquipélago do Marajó. Dessa forma, tornaram-se um pilar relevante ao responsabilizarem-se pela missão de restaurar e reevangelizar a Amazônia marajoara. Cabe então considerar como a Prelazia do Marajó, desde a sua criação, apresentou “uma proposta nova, de restauração, de reevangelização” (Millán, 2013, p. 5).

Assim, a igreja particular do Marajó, organizada e animada em seu próprio território, foi crucial para a expansão da Igreja Católica no arquipélago do Marajó, haja vista que o poder clerical, de forma descentralizada, subsidia a organização e administração de forma mais eficiente, considerando as grandes distâncias existentes na região marajoara. Neste contexto, Mélcón (2010) enfatiza que a incumbência de cada prelazia é se responsabilizar por uma abrangência territorial da ação missionária, isto é, assumir a administração de forma descentralizada, podendo exercer suas atividades pastorais e missionárias com mais liberdade e de acordo com as singularidades da região.

À vista disso, evidencie-se que a Prelazia do Marajó é uma instituição educativa que se originou da Igreja Católica, uma vez que se constituiu como um local de formação e de experiências educativas através de suas obras sociais e educacionais voltadas, sobretudo, para as mulheres e crianças marajoaras – corroborando com a afirmação de Frago (2001) de que a prelazia é um lugar de convivência e construção social. Nessa mesma direção, por “Instituição”, Saviani (2005) entende que:

Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem (Saviani, 2005, p. 28).

Dessa forma, compreende-se que as instituições surgem como uma forma de atender às demandas da sociedade, sendo transpassadas por diferentes perspectivas que servem para atender a um projeto de sociedade. Os processos educativos, deste modo, são instrumentos para se perpetuarem esses objetivos. Dito isso, ressalto que esta pesquisa está no campo da história das instituições educativas, pois a Prelazia do Marajó foi uma instituição educativa, lugar de formação e de trocas de experiências educativas entre pessoas que lá viveram.

Saviani apresenta a educação como uma realidade imprescindível nas sociedades humanas, que se reproduz de forma espontânea, assistemática, informal, que não se diferencia das outras práticas sociais. Assim, ele entende que a “institucionalização dessa forma originária de educação dará origem às instituições educativas” (Saviani, 2005, p. 29). O autor também afirma que há uma imbricação das instituições de diferentes tipos, que não são, necessariamente, tidas como espaços escolares, mas que realizam trabalhos educativos, como sindicatos, partidos político-partidários, associações, igrejas etc. Ele destaca também que:

Além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente. Nesse âmbito, as instituições que se destacam nitidamente entre as demais, são, sem dúvida, a Igreja e o Estado (Saviani, 2005, p. 30).

É válido ressaltar que a história da educação no Brasil é marcada por um projeto de colonização planejado por Portugal e instituído pelas missões religiosas. Os conselhos pedagógicos formados por essas companhias desempenharam um papel fundamental para permitir que o programa colonial português se estendesse para além do período da invasão portuguesa. A Igreja Católica possui uma grande participação dentro da história da educação brasileira, que pode ser apontada por diversas lentes e perspectivas, evidenciada pela construção de instituições educativas para atender a crianças tidas como “desvalidas”, tais como as do território marajoara.

Por isso, a Igreja Católica não pode ser interpretada como uma atuação homogênea e única no ato de evangelizar pelas atividades missionárias e pastorais. É importante então levar em consideração suas particularidades na atuação em diversas frentes no campo da educação, da assistência e saúde, de acordo com cada região, como se pode observar nos trabalhos exercidos pelas diferentes missões religiosas que atuaram em diversas localidades da região amazônica.

Além disso, o marcador histórico em termos de linearidade é um fator importante para compreender as motivações que inspiram as ações sociais e educacionais da Prelazia do Marajó em terras sourenses pelo primeiro bispo do prelado do Marajó Dom Gregório Alonso. Esse fator direciona a seleção do período histórico destacado neste estudo, uma vez que contribui para uma mesoabordagem do tempo da instituição, isto é, permite compreender um ciclo formativo em determinado tempo histórico institucional, conforme indicado por Magalhães (2007).

Evidenciar a história de uma instituição educativa proveniente da Igreja Católica implica também destacar seus aspectos específicos e a sua representatividade na sociedade, tais como:

espaço, tempo, organização e o fazer pedagógico. Esses aspectos relacionam-se entre si e demonstraram estruturar projetos institucionais futuros.

Nessa mesma linha de pensamento, Albuquerque (2002) aponta que, desde a queda do Império Romano no Ocidente, a Igreja Católica detinha grande poder ideológico e o exercia com toda a população, quer sobre as classes dominantes quer sobre as classes oprimidas. Essa conjuntura, no Brasil, começou a mudar a partir do período da República, a partir de 1889, o que demarca uma mudança profunda na relação entre a Igreja e o Estado. Essas mudanças evidenciaram uma aproximação maior de uma parte da Igreja, tida como progressista, com as demandas sociais, sindicais, do campo etc.

Não existe como não relacionar as investidas da Igreja Católica com as criações de instituições educativas, sem fazer esse paralelo sobre quem é essa parte da igreja que esteve empenhada em fazer esses trabalhos mais populares, direcionados para uma certa parte da sociedade que não estava inserida no processo educacional formal. Vale ressaltar que esse envolvimento da igreja com as classes populares também está relacionado à ideologia da Teologia da Libertação, que foi um movimento expressivo na América Latina e nasce a partir da década de 1950 e 1960 como um levante socioeclesial que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por seus direitos. Nessa direção, Camilo (2011) aponta que:

Esse segmento dentro da Igreja Católica brasileira passou a se posicionar mais firmemente contra os problemas econômicos e sociais que estavam atingindo o país e, quando os militares tomaram o poder e implantaram um regime autoritário dentro do país, passaram a ser duramente perseguidos. Assim foi que surgiu uma relação dialética no Brasil entre os religiosos envolvidos com a questão social e a realidade brasileira: quanto mais eles denunciavam e agiam em relação aos problemas no país como a fome, o desemprego, a questão agrária e a repressão dos militares, mais perseguidos eles eram, situação que ao invés de diminuir o ímpeto dessas pessoas, aumentava sua determinação em combater aquela situação (Camilo, 2011, p. 4).

Deste modo, as instituições educativas provenientes da Igreja Católica, nesse recorte temporal de 1950 a 1960, possui essas bases populares, nas quais se trabalhavam os processos educativos relacionados à alfabetização e à catequização, os quais fundamentam caminhos para os movimentos sociais, segundo uma perspectiva politizada. De acordo com Beozzo (1990),

Este projeto de aliança com o povo renasce nos primeiros anos da década de 60, com o Movimento de Educação de Base, a mobilização do campo através dos sindicatos rurais e a radicalização da Juventude Universitária Católica. A intensa repressão de 1964 e o recuo da Igreja fizeram-no abortar novamente. É somente na década de 1970 que as comunidades de base no campo e na

cidade vão selar um novo pacto entre segmentos importantes da Igreja e movimentos populares tanto urbanos como rurais (Beozzo, 1990, p. 278).

Esse Movimento de Educação de Base foi criado em 1961 pela Igreja Católica na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desenvolvendo um projeto de educação para promoção social e ação evangelizadora, junto às massas, por meio de escolas radiofônicas instaladas nos lugares mais diversos, com temáticas que iam da alfabetização à discussão de reformas de base (Meneses, 2017, p. 27).

Maciel e França (2015) corroboram essa ideia ao apontar que

Essa ressignificação da ideologia do movimento na busca de um projeto de alfabetização e escolarização para os jovens e adultos, passa a ter um caráter popular, ligada a uma concepção progressista de libertação dos sujeitos pobres e oprimidos. Esta concepção estava imersa numa política nacionalista em alguns movimentos progressista, também, da Igreja Católica e do Estado, voltados a alfabetização de jovens e adultos para todo o país (Maciel; França, 2015, p. 144).

Outra manifestação da Igreja Católica para contribuir com a luta entre as classes populares e oprimidas se apresenta com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi instituída em 1976, a partir da CNBB, “onde o debate sobre a situação da violência no campo ocupava o centro das preocupações daqueles que trabalhavam e militavam nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil” (Ribeiro; Freitas, 2020, p. 26).

Serviu como um importante assessoramento pela luta da terra, principalmente nas comunidades rurais dos municípios paraenses, atuando junto aos quilombolas e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, não apresentando uma missão eminentemente evangelizadora, mas educadora (Batista, 1996, p. 103).

Batista (1996) aborda como a igreja desempenhou um papel educativo importante e potente, que provocou a mobilização entre as classes oprimidas. A CPT atuava nessa orientação política promovendo o avanço e a consolidação das organizações populares, “ação político pedagógica circunscrita e encaminhada por padres e agentes pastorais que forneciam consultorias/assessoria a sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais” (Ribeiro; Freitas, 2020, p. 25).

Isto posto, percebo a imersão de instituições educativas culminadas pela iniciativa de grupamentos dentro da Igreja Católica ao longo da história. Nesta circunstância, emerge a história da Prelazia do Marajó como uma instituição, isto é, como lugar educativo onde se desenvolveram ações sociais e educativas que propiciaram processos de formação que

marcaram e moldaram a relação estabelecida entre a população marajoara e a Igreja Católica. Neste sentido, Oliveira e Gatti Júnior (2008) destacam:

Uma grande preocupação da nova historiografia em rever o conceito de história institucional, levando em consideração a problematização das instituições na sua relação com a comunidade envolvente. Neste sentido, o itinerário seguido pelos pesquisadores que se preocupam em construir interpretações a respeito das instituições educativas se pauta em apreender elementos que possam conferir às mesmas, um sentido histórico no contexto social de sua época, bem como suas influências até os nossos dias (Oliveira; Gatti Júnior, 2008, p. 73).

Pautada na nova historiografia, a fim de rever o conceito de história institucional, busco neste estudo compreender a relevância da história da Prelazia do Marajó para a educação da infância na Amazônia marajoara, conferindo assim um sentido histórico ao contexto social desta, uma vez que, através das suas Obras Sociais e Educacionais, estabeleceu relações sociais de convivência e experiências educativas

Neste mesmo contexto, Oliveira e Gatti Júnior (2008, p. 74) destacam que “historiografar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla que é o seu próprio sistema educativo”.

A partir dessa perspectiva, historiografar a Prelazia do Marajó enquanto uma instituição educativa é abordar as ações sociais e educativas desenvolvidas pela Ordem dos Agostinianos Recoletos, que combinavam práticas educativas com práticas religiosas, resultando em atividades formativas para a vivência, inserção no mercado de trabalho e a educação escolar. Desse modo, trazer à tona a história da Prelazia do Marajó se entrecruza com a história da Educação, pois, precisamente por meio dessas ações sociais e educacionais, o povo marajoara teve uma formação educacional significativa e relevante para a época.

Para Berger (1997, p.168), como um conjunto importante para toda instituição, apresenta-se “[...]a qualidade da historicidade. Não são apenas fatos, mas fatos históricos; têm uma história”. Isso assume, portanto, um sentido, com um caráter histórico-social que jamais pode ser linear. Neste sentido, Magalhães (2004) salienta que:

Historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (Magalhães, 2004, p. 58).

“Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação” (Magalhães, 2004, p. 58). Observando a inserção significativa da Prelazia do Marajó na vida cotidiana da população marajoara, surge o interesse e/ou a curiosidade em navegar pela história dessa instituição e suas contribuições para a educação de crianças marajoaras, através de suas ações sociais e educacionais voltadas, sobretudo, para a infância e para as mulheres marajoaras.

Deste porto, sigo navegando pelos rios que circundam o arquipélago do Marajó, numa imersão afetiva que venho atravessando – indo e vindo do “Marajó dos Campos”<sup>6</sup> – há tempos, desde a minha infância, quando viajava para a casa da Dona Riso, uma amiga querida da minha família que é munícipe de Salvaterra, onde passávamos as temporadas de férias escolares ou de festejos ligados à igreja – como o círio dos municípios e localidades, entre outras datas festivas.

## **1.2 Experiências de pesquisa com o universo marajoara**

Como já foi abordado anteriormente, minha proximidade com questões educativas e de infância no Marajó me motivou a pesquisar sobre a atuação da Prelazia do Marajó e suas ações assistenciais e educativas no atendimento à infância desvalida na região marajoara.

Esse interesse se configurou mais intensamente com a minha entrada no doutorado, mas tudo começou em 2008, quando, já professora efetiva na Secretaria do Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA), comecei a ir e vir das comunidades rurais do Marajó dos Campos, exercendo a docência nos níveis fundamental e médio pelo Sistema Modular de Ensino (SOME). O SOME é um projeto da SEDUC-PA que oferece aos alunos a oportunidade de estudar em seu local de origem, uma vez que o professor se desloca da capital para a zona rural do estado do Pará, ministrando as disciplinas do currículo escolar em módulos que duram cerca de um a dois meses em média, dependendo da carga horária da disciplina.

O SOME preconiza que o professor fique na comunidade para ministrar as aulas das disciplinas curriculares nos dias úteis da semana, no período de dois a três meses, que é o tempo de duração do módulo. Com a minha inserção no SOME, passei a viajar de Belém semanalmente para ministrar aulas de língua portuguesa em várias comunidades ribeirinhas e quilombolas do arquipélago do Marajó. Essa experiência como docente no SOME me permitiu ter a oportunidade de conhecer e experimentar o modo de ser, de viver e de ver o mundo de

---

<sup>6</sup> Expressão cunhada pelo Prof. Dr. Agenor Sarraf, que compreende os municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras e Muaná.

várias comunidades rurais marajoaras. Com o convívio diário, pude adquirir aprendizados e saberes que estavam muito além do âmbito da escola.

Assim, com a bagagem repleta de experiências vivenciadas no SOME e tendo percorrido boa parte da zona rural do Marajó dos Campos, no ano de 2015, como aluna especial na disciplina Cultura, Saberes e Imaginários na Educação Amazônica, ministrada pelas professoras Denise Simões, Nazaré Cristina e Josebel Fares no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA), pude refletir sobre a educação para além da escola e sobre a imensidão de saberes que estão fora do contexto escolar, mas que se relacionam com a cultura e o imaginário e assim ampliam o conceito de educação.

Partindo dessas reflexões propostas pela disciplina, pude perceber que as manifestações lúdicas das crianças quilombolas da Vila de Mangueiras, em Salvaterra, no Marajó, estavam permeadas de saberes a serem descobertos e/ou desvelados. Com essa inquietação, no ano seguinte, em 2016, fui admitida no PPGED-UEPA, com o projeto intitulado “Educação e ludicidade: um olhar sobre a comunidade remanescente de quilombo Vila de Mangueiras, Salvaterra, Marajó – PA”, no qual propunha investigar a relação existente entre educação e ludicidade a partir da perspectiva das crianças residentes nessa comunidade quilombola.

Posteriormente, já inserida no PPGED-UEPA, em contato com as reflexões proporcionadas pelas disciplinas e com as orientações da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nazaré Cristina Carvalho, centrei meus estudos nos saberes do brincar das crianças da Vila de Mangueiras; assim, iniciei meu percurso na pesquisa em educação. No período de 2016 a 2018, passei a desenvolver uma pesquisa com as crianças quilombolas da Vila de Mangueiras, Salvaterra. Nessa trajetória, fui me aproximando de outras epistemologias, outros saberes, bem como de aprofundamento nos saberes oriundos do brincar que educa e ensina cotidianamente. O resultado dessa imersão na vivência cotidiana das crianças quilombolas da Vila de Mangueiras foi a dissertação “Crianças Quilombolas Marajoaras: Saberes e Vivências Lúdicas”, defendida em abril de 2018.

O período em que estive na Universidade do Estado do Pará (UEPA), como aluna especial e posteriormente como mestranda, oportunizou-me reflexões e aprendizados sobre um contexto amplo que envolve a cultura e os saberes como uma perspectiva importante para a educação. Assim, percebi como a educação quilombola – na qual as crianças da Vila de Mangueiras estão/estavam inseridas – está muito além da escola enquanto espaço físico, concentrando-se, especialmente, nas suas vivências cotidianas, nas suas brincadeiras e nos seus modos de ser e fazer.

Vale mencionar que nessa trajetória do mestrado, no segundo semestre do ano de 2017, tive a significativa experiência de ser aluna especial do PPGED/UFPA, na disciplina chamada

“História da Infância”, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Alves, quando tive a oportunidade de aprofundar os estudos acerca da infância e da criança, e assim pude perceber o quão hostil foi a condição da criança ao longo da história. Essa oportunidade fomentou a vontade de aprender mais sobre o lugar, a materialização e o reflexo da infância na sociedade brasileira e amazônica.

Desse modo, prossegui em minha jornada de pesquisas sobre e com as crianças e infâncias, o que me permitiu conhecer experiências singulares de atores sociais que retratam as vivências infantis marcadas por um tempo e um espaço. Ademais, foi possível apreender as crianças como sujeitos sociais que se constituem nas relações sociais, que aprendem com sua cultura, possuem sua própria opinião e percepção do mundo físico e social, ou seja, como sujeitos que têm vozes ativas e, portanto, podem revelar suas próprias culturas (Alves, 2014, p. 38).

É importante ressaltar que experiência vivenciada pela pesquisa de mestrado realizada durante nos anos de 2016 a 2018 foi sensacional, proporcionou-me mais do que um título acadêmico, oportunizou-me aprendizagens sobre uma educação sensível, na qual a natureza é a mestra e ensina sobre outros modos de ser, de viver e pensar o mundo. Foi algo muito semelhante às afirmações de Daniel Munduruku (2019), quando diz que:

Saber olhar para as pessoas sem julgá-las por conta da aparência, condição social ou cor da pele. Mas tudo isso é algo que tem de ser feito sem esforço, sem sofrimento. A luta pela harmonia social não pode ser movida por ideologia, mas por uma certeza: temos todos os meus direitos. E isso que a natureza nos ensina. Ensina a olharmos as coisas como elas são e não como gostaríamos que fossem. De outro modo, é julgamento. Assim, viver é seguir o fluxo contínuo da natureza, ser parte dela. Pertencendo a ela, como o peixe pertence ao rio, como a folha pertence à árvore, como o Sol pertence ao céu. Simples assim (Munduruku, 2019, p. 36-37).

Dessa forma, seguindo “o fluxo contínuo da natureza”, com a consciência de fazer parte desse universo que acredita nos ensinamentos da natureza que nos “ensina a olharmos as coisas como elas são”, sigo buscando conhecimentos a respeito de atravessamentos que me acompanham desde a minha graduação no curso de Letras na Universidade Federal do Pará, iniciada nos anos 2000.

Em 2002, ainda aluna do curso de Letras, iniciava meu percurso profissional na educação como alfabetizadora de crianças num projeto da Prefeitura de Belém, que tinha como objetivo alfabetizar as crianças que apresentavam distorção idade-série no contraturno da escola. Posteriormente, de 2003 a 2005, passei a atuar como professora em uma escolar militar que atendia alunos das séries iniciais.

Em 2005, no mesmo ano da minha formatura, fui admitida via concurso público na Prefeitura de Concórdia do Pará, o que me permitiu atuar no ensino fundamental e ter contato com crianças da zona rural deste município. Em 2010, fui admitida na SEDUC-PA e inicialmente fui lotada no projeto SOME, o que me oportunizou lecionar aulas de língua portuguesa para crianças do ensino fundamental de vários municípios e localidades do estado do Pará.

Assim, a educação me oportunizou múltiplas experiências como professora de crianças, na educação infantil e no ensino fundamental – vivências que me fizeram observar atentamente diversas infâncias e compreender a infância enquanto categoria social. Embora a infância seja um período temporário vivido pela criança, é também uma construção social resultante de ações coletivas que se constroem nas interações.

A partir desse meu percurso profissional e da interação com as crianças, pude observar diversas infâncias amazônicas. Dentre estas, destaco as infâncias na Amazônia marajoara que me fizeram pesquisadora a partir do mestrado, contribuindo com a Sociologia da Infância numa pesquisa com as crianças quilombolas da Vila de Mangueiras, Salvaterra.

Ainda curiosa pelas especificidades e particularidades da Infância na Amazônia marajoara, agora busco compreender historicamente esses sujeitos que viveram num tempo e tiveram práticas educativas diferenciadas. Assim, essa pesquisa do doutoramento possui como foco de investigação as Obras Sociais e Educativas propostas pela Prelazia do Marajó nos anos de 1950 a 1960.

Considerando a Prelazia do Marajó, uma instituição criada pela Igreja Católica que, embora não tenha sido projetada para fins educacionais, articula-se com a História da Educação no arquipélago do Marajó, uma vez que resguarda a história local, os princípios e concepções de uma educação oferecida a partir dos desafios/conflitos entre a Ordem dos Agostinianos Recoletos – ordem religiosa que esteve à frente da Prelazia do Marajó nos anos de 1950 a 1980.

Nesse sentido, Magalhães (1999, p. 49) destaca que “a história da educação é um domínio do saber capaz de proporcionar uma compreensão simultânea das descontinuidades de cada tempo e das permanências e sobrevivências – a história é a construção de relações, de intenções complexas no tempo e no espaço”.

Dessa forma, a Prelazia do Marajó nesse estudo é considerado um lugar de formação, de convivência e experiências educativas para mulheres e crianças, ainda que não tenha sido criada para esse fim. À vista disso, insere-se na História da Educação Marajoara, uma vez que, com as suas Obras Sociais e Educacionais, colaborou para a compreensão da educação ofertada em um tempo e em um espaço determinados.

Em razão disso e com o intuito de buscar conhecimentos e me aproximar e/ou me apropriar dos estudos da História da Educação, saliento uma experiência importante no ano de 2021, quando fui aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFGA). Assim, participei da disciplina de História da Educação no Brasil e na Amazônia com o Prof. Dr. Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno, o que me oportunizou o contato com a produção do conhecimento historiográfico que considera tempo e objetos/sujeitos da história, pontuando os contextos brasileiro e amazônico. A inserção nessa disciplina me aproximou do campo da História da Educação na Amazônia, permitindo o contato com estudos e pesquisas de âmbito nacional e local.

No decorrer da disciplina, foi realizada uma síntese sobre a Educação na Amazônia no período colonial, abordando o contexto político, social e econômico, apresentando as agências, as normas e os sujeitos desse período. Depois, adentramos nos estudos da Escola dos Annales e suas problematizações acerca da produção do conhecimento – a História do Todo, as fontes, a compreensão do passado.

Assim, pude passar a buscar conhecer e compreender o entrecruzamento da História da Educação com a Amazônia marajoara, tendo como recorte a historicidade da Prelazia do Marajó como instituição educativa. Isso, porque, a partir da configuração da história da educação brasileira como um campo específico de investigação, a preocupação com a preservação da memória educativa assume o caráter de levantamento, identificação, classificação e catalogação de fontes.

A partir dessa experiência, pude então refletir e/ou pensar sobre uma História da Educação na Amazônia marajoara, posto que a Prelazia do Marajó propiciou processos educativos à infância marajoara, principalmente anos de 1950 a 1960, quando iniciou o desenvolvimento das suas ações educativas na implementação de uma educação relacionada ao contexto histórico, político, social e cultural dos Marajós.

Portanto, nesse estudo tenho como lócus o arquipélago do Marajó, território de abrangência da Prelazia do Marajó, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos. Entretanto, optei por me centrar na cidade de Soure por dois motivos: primeiro, pelas singularidades dos municípios marajoaras, que são muito díspares, de modo que, para que os pudesse compreender de forma significativa, seria necessário focar em apenas um município marajoara; segundo, por ter sido em Soure que os Agostinianos Recoletos iniciaram suas Obras Sociais e Educacionais, ou seja, ali foram desenvolvidas as primeiras ações em solo marajoara, sendo ainda onde fixaram-se e consolidaram a sede, a catedral e Cúria da Prelazia do Marajó, de onde passaram

a administrar e organizar suas ações e atividades missionárias, como já mencionado anteriormente.

Então, em 2021 já com as medidas sanitárias flexibilizadas em decorrência da vacina da Covid-19, passei a buscar fontes na cidade de Soure para compreender o passado e analisar os discursos da temporalidade determinada pelos vestígios históricos encontrados nos documentos. O período de 1950 a 1960 foi o recorte utilizado nesse estudo por corresponder à criação e ao início das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó, bem como a sua consolidação e efetivação na cidade de Soure.

### 1.3 Mergulhando nas fontes

O interesse pelo estudo acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó surge ainda no percurso do mestrado a partir de uma curiosidade aguçada em uma conversa despretensiosa na pesquisa de campo realizada na Vila de Mangueiras, Salvaterra, Marajó. Mais especificamente no ano de 2017, no decorrer da pesquisa com as crianças, houve a necessidade da assinatura dos responsáveis no Termo de Livre e Esclarecido em função do comitê de ética.

No percurso de coletar as assinaturas dos responsáveis das crianças quilombolas da Vila de Mangueiras, conheci uma avó, responsável por uma das crianças envolvidas. No momento da assinatura do documento, iniciamos uma conversa informal, em que ela me relatou a ausência de escolas e a sua ida para Soure para aprender as coisas (rezar, costurar, bordar, cozinhar entre outros) na escola dos padres. Naquele momento, tudo interessava enquanto pesquisadora; então, através do seu consentimento, gravei e fiz anotações, mesmo sabendo que não usaria na pesquisa que realizava naquele momento.

Esse “aprender lá nos padres” me causou curiosidade, mas o foco naquele momento eram as crianças e, por essa razão, a gravação e as anotações do caderno-registro de campo<sup>7</sup> ficaram guardadas para serem aprofundadas num momento oportuno. Em 2019, após ser aprovada no doutorado do PPGED-UFPA, retomo as gravações e escritos/anotações que não foram utilizados na pesquisa do mestrado e sinto o Marajó dos Campos, com seus encantos, me chamando de volta para mais um mergulho, para mais uma imersão e para mais uma pesquisa.

A partir desse relato, retorno ao Marajó, inicialmente a cidade de Salvaterra para realizar uma pesquisa exploratória, que, de acordo com Severino (2007), é um levantamento

---

<sup>7</sup> Caderno de anotações onde realizava registros que não foram utilizados na dissertação de mestrado, mas que considerava interessante no meu percurso de pesquisa de campo, uma espécie de diário de campo.

informações sobre um determinado objeto, que delimita um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.

A princípio, busquei novamente dialogar com aquela avó para saber mais sobre o que ela denominava de “aprender com os padres”. Na conversa realizada em fevereiro de 2020, ela apresenta em seu relato a denominação Escola Doméstica – o local onde a Igreja Católica promovia o ensino de atividades, como costurar, bordar, pintar e cozinhar. As Escolas Domésticas inicialmente só existiam em Soure, mas depois passaram a existir também em Salvaterra<sup>8</sup>. Ela me aponta não somente a denominação, como também rememora o endereço onde funcionava a Escola Doméstica da cidade de Salvaterra.

A Escola Doméstica de Salvaterra localizava-se na 4ª rua do município de Salvaterra<sup>9</sup> tomando toda a extensão da rua. Esse endereço tornou-se o ponto de partida para desvelar a história de uma instituição católica que contribuiu significativamente para a infância e para as mulheres marajoara, sobretudo, no que tange à educação. O prédio, retratado na Figura 1, abaixo, apresenta a Escola Doméstica de Salvaterra.

**Figura 1** - Prédio da Escola Doméstica de Salvaterra



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

<sup>8</sup> Segundo informações retiradas do site oficial da Prefeitura de Salvaterra, esta era, desde 1901, distrito de Soure. Apenas em 1961 foi elevada à categoria de município, sendo conhecida desde então como a Princesa do Marajó (Salvaterra, [20--]).

<sup>9</sup> A nomenclatura das ruas principais nos municípios de Salvaterra e Soure é organizada a partir da numeração ordinal, contando a partir da orla que é a 1ª rua; logo após essa vem a 2ª rua e assim por diante. Quando me refiro à 4ª rua estou situando o endereço da Escola Doméstica de Salvaterra.

O prédio localiza-se na 4ª rua do município de Salvaterra-PA e foi inaugurado em 1971 para abrigar a Escola Doméstica de Salvaterra (Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Salvaterra, [19--]). Internamente, é composto por quatro salas, um auditório, uma sala de reunião, cozinha, quatro quartos de morada, uma capela e uma área de convivência ao centro, onde fica localizado um pequeno coreto.

É importante ressaltar que essa construção foi arquitetada por mestres de obras e trabalhadores da região para o funcionamento da Escola Doméstica de Salvaterra, subvencionada pela Legião Brasileira de Assistência<sup>10</sup>, em convênio com a Prelazia do Marajó (Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Salvaterra, [19--]). Posteriormente, com o término das atividades e o fechamento da Escola Doméstica de Salvaterra, passou a funcionar como o Salão Paroquial da Igreja Nossa Sra. da Conceição, chamando-se a partir de então Centro Social Frei Zacarias, atualmente encontrando-se fechado para reforma.

Ao adentrar no prédio, logo na entrada, chamou-me a atenção a placa apresentada, como é possível visualizar na Figura 2, abaixo.

**Figura 2** - Placa na fachada do prédio da Escola Doméstica de Salvaterra



Fonte: Arquivo Pessoal.

---

<sup>10</sup> A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas (Universidade Federal de Santa Maria, [20--]).

A placa acima evidencia de forma explícita o amparo em regime de convênio entre a LBA e a Prelazia de Marajó para a construção do prédio – anunciando uma articulação com órgãos governamentais para prover as obras sociais e educacionais que foram desenvolvidas, o que se confirma com balancetes e relatórios de prestação de contas arquivados na Cúria da Prelazia do Marajó.

Em Salvaterra, tive a oportunidade de conhecer e dialogar com o então pároco da Igreja Nossa Sra. da Conceição – igreja matriz da cidade –, Frei Tiago Coelho, agostiniano recoleto com quem dialoguei algumas vezes. Ele mencionou a história dos feitos da OAR no Marajó, relatando a importância das Escolas Domésticas, do Círculo Operário, do Clube de Mães, do Cinema” e de várias outras obras sociais e educacionais.

Após a escuta das experiências educativas da Dona Julieta Amador e dos diálogos com Frei Thiago, atravessei para Soure e iniciei a busca de fontes que me auxiliassem a desvelar a História da Prelazia do Marajó, bem como as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas por esta instituição sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960.

Na busca por fontes que trouxessem mais informações para desnudar a história da Prelazia do Marajó e suas Obras Sociais e Educacionais, foi importante seguir a prescrição de Carlos Bacellar, para quem “[...] iniciar de uma pesquisa exige a localização de fontes [...]” (Bacellar, 2021, p. 51). Encontrei-me então com o principal acervo dessa pesquisa: a Cúria da Prelazia do Marajó<sup>11</sup>, onde estão armazenados muitos dos documentos referentes à Prelazia do Marajó, deparando-me com um arquivo de natureza religiosa. De acordo com Carlos Bacellar:

Arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, sob os cuidados e serviços de arquivos em geral bastante precários e desconfortáveis, que costumam improvisar o atendimento quando do surgimento inesperado de um pesquisador (Bacellar, 2021. p. 39).

A Cúria da Prelazia do Marajó guarda um grande acervo de documentos de natureza religiosa ligados à presença e atuação da Igreja Católica em solo marajoara, atualmente estão sob os cuidados do atual Bispo do Prelado do Marajó, Dom Evaristo Pascoal Spengler. Cabe mencionar que, contrariando o que Carlos Bacellar diz em seus escritos sobre o acesso aos

---

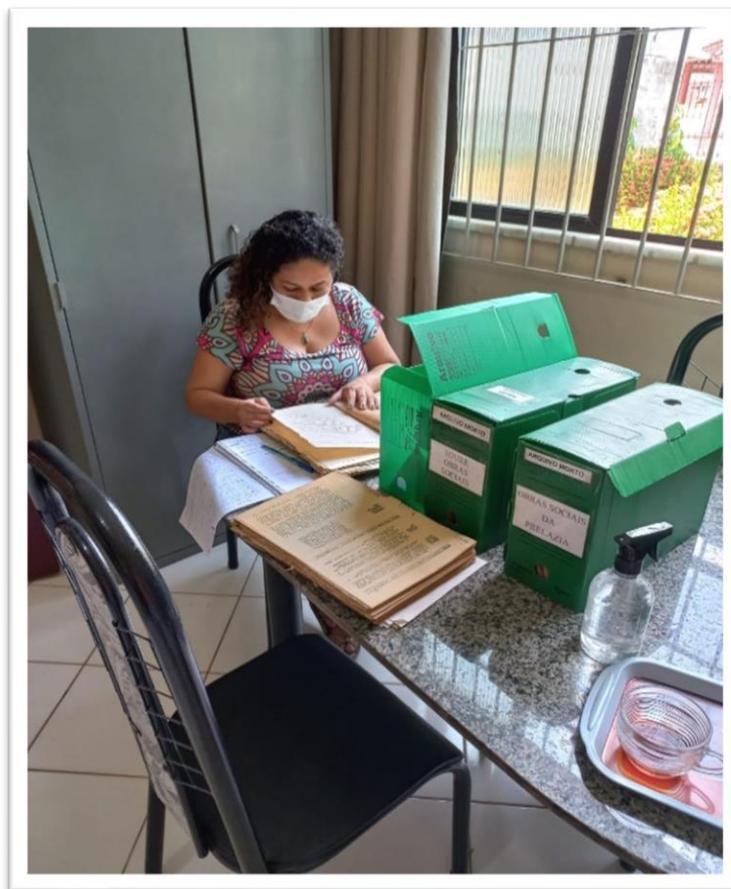
<sup>11</sup> O prédio que abriga a Cúria da Prelazia do Marajó compõe um complexo expressivo, ocupando um quarteirão inteiro da 3ª Rua da Cidade de Soure, marcando a potencialidade e a presença da igreja católica no município. Atualmente, é composto pela casa que abriga as irmãs da Divina Graça (mesmo prédio que abrigou a Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação), um imponente Salão Paroquial (onde funcionou o cinema da cidade de Soure, a Igreja de Nossa Senhora da Consolação, a Paróquia do Menino Deus, o Seminário São José e a Cúria da Prelazia do Marajó).

documentos, Dom Evaristo não somente disponibilizou o acesso aos documentos da Cúria, como também se colocou à disposição para contribuir com a pesquisa no que fosse necessário.

É importante também citar a colaboração da Sra. Katia, secretária da Cúria da Prelazia do Marajó, que foi a pessoa que me acompanhou durante todo o percurso da pesquisa, auxiliando-me na busca e no acesso aos documentos. Vale mencionar que, assim como Dom Evaristo, ela também contrariou o dizer de Bacellar sobre a ausência de cuidados e serviços nos arquivos. Isso, porque, embora o acervo resguardado pela Cúria da Prelazia do Marajó tenha um volume considerável de arquivos, a Sra. Katia os mantém muito bem cuidados e organizados em pastas e caixas, otimizando bastante a pesquisa.

Desse modo, os arquivos da Cúria da Prelazia do Marajó passaram a ser o meu ambiente de trabalho, lugar onde passei vários dias debruçada. Neste sentido, apresento na Figura 3 um dos muitos dias em que debruçada sobre as caixas-arquivo que guardam toda a potencialidade de uma história que marca a presença da Igreja Católica nos Marajós, bem como a contribuição da OAR na educação marajoara.

**Figura 3** - Contato inicial com as fontes na Cúria da Prelazia do Marajó



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Um arquivo de natureza religiosa resguarda documentos valiosos que registram fatos e acontecimentos que vão além do interesse da Igreja Católica, uma vez que sinalizam também os interesses da sociedade. Nesse contexto, Le Goff (1992) salienta que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, mas é um produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de força que aí detinham poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador, usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. Nessa perspectiva, o documento se apresenta como um produto da sociedade, isto é, faz parte da construção da memória coletiva, sua história, e a relação que estabelece com o passado expõe um monumento a ser reinterpretado pelos historiadores.

Isto posto, fui descobrindo a idoneidade do uso de documentos no âmbito da pesquisa, o quanto é precioso e apresenta uma riqueza de informações que possibilita compreender e/ou reconstruir histórias de uma determinada época. Nesse sentido, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2) apontam que a pesquisa documental “[...] deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles se pode extrair e resgatar justifica o seu uso [...]”, especialmente “[...] porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 2).

#### **1.4 Problematização, objeto de pesquisa e tese**

No decorrer do percurso da pesquisa, fui sucumbindo às maresias, navegando rio abaixo e rio acima, adentrando por entre furos e braços de rio e encontrando-me com o objeto de investigação desta viagem: *as ações sociais e educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos, na cidade de Soure-PA, no período de 1950 a 1960.*

A Igreja Católica na formação da infância e da população marajoara exerceu um papel importante para questões culturais, sociais e educativas. Dessa forma, pesquisar as Obras Sociais e Educacionais propostas pela Prelazia do Marajó, na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos, nos anos de 1950 a 1960, é uma maneira de visibilizar o contexto político, social e econômico de uma região desprovida de políticas públicas desenvolvimentistas, e ainda compreender a ideologia cristã articulada a uma educação que se propõe a educar e assistir à infância carente dessa região.

Diante desse contexto, procurei com essa pesquisa responder à seguinte questão-problema: *Que obras sociais e educacionais foram implementadas pela Prelazia do Marajó,*

***sobretudo, durante a atuação dos Agostinianos Recoletos, na cidade de Soure, no período de 1950 a 1960?***

Com base no problema da pesquisa, tracei as seguintes questões norteadoras:

- ***Por que e para que foi criada a Prelazia do Marajó?***
- ***Qual o papel da Prelazia do Marajó, na cidade de Soure, no que tange à promoção da educação e da proteção da infância sourense?***
- ***Quais as obras sociais e educacionais desenvolvidas por Dom Gregório Alonso, primeiro bispo do Prelado do Marajó, na cidade de Soure?***

A partir das questões acima, o objetivo geral desse estudo é:

- ***Analisar as obras sociais e educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos, na cidade de Soure, no período de 1950 a 1960.***

Para alcançar o objetivo central, tracei os seguintes objetivos específicos:

- ***Investigar por que e para que foi criada a Prelazia do Marajó;***
- ***Identificar o papel da Prelazia do Marajó na cidade de Soure em relação à promoção da educação e proteção da infância sourense;***
- ***Investigar as obras sociais e educacionais que foram desenvolvidas por Dom Gregório Alonso, primeiro bispo do prelado do Marajó, na cidade de Soure.***

Diante do exposto, ao longo deste estudo defendo a tese de que: ***Embora a intenção dos Agostinianos Recoletos na gerência da Prelazia do Marajó tenha sido colocar em prática o Projeto Romanizador da Igreja Católica nos Marajós, isso se deu de modo articulado às obras sociais e educacionais de proteção à criança, marcando assim significativamente a vida da população sourense em decorrência das condições de abandono, ausência do poder público e das condições precárias da infância na cidade de Soure no período de 1950 a 1960.***

A relevância em investigar as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960, por meio de registros escritos dessa instituição, torna-se pertinente uma vez que busca informações que possam retratar e aproximar a pesquisadora da vida e do cotidiano na instituição, através daqueles que vivenciaram aquele espaço e tempo, suas expectativas, seus valores e necessidades.

Assim, trata-se aqui de um esforço para visibilizar a infância sourense e as experiências educativas propostas pela Prelazia do Marajó. Nessa mesma direção, Del Priore (2007) aponta que podemos obter conhecimento das infâncias do passado através de vozes/registros de médicos, professores, padres, legisladores. Então, oportunizar a visibilização das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó, na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960, é essencialmente desvelar um recorte da História da Infância e da Educação Marajoara.

Isso, porque estas tornaram-se lugar de ensinamentos e de diversas relações humanas que puderam educar o corpo, a alma e as relações sociais cotidianas, bem como promoveram um leque de ensinamentos (Frago, 2001). Diante disso, o recorte temporal proposto para essa pesquisa é referente ao período de 1950 a 1960, pois, segundo os discursos contidos nas fontes utilizadas neste estudo, este é o momento de fundação das Obras Sociais e Educacionais em Soure.

Ainda se trata da gestão do primeiro bispo do Prelado do Marajó, Dom Gregório Alonso Apariço da Conceição, agostiniano recoleto, conhecido por ser um exímio seguidor das normas romanas. Foi o fundador das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó e iniciou as ações na sede da Prelazia do Marajó, assim passando a desenvolver atividades que atendiam à infância e à população marajoara no sentido de assistir e educar diante da sua pobreza e vulnerabilidade. Essa é inclusive umas das razões pela qual optei por centrar esse estudo na cidade de Soure.

## **1.5 Estudos sobre as instituições educativas e religiosas na Amazônia marajoara**

Com o intuito de me aprofundar no campo da História da Educação, numa interface com a História das Instituições e a História da Infância, dei início à busca por estudos que auxiliem na apropriação da produção acadêmica nestes campos. Para isso, busquei produções acadêmico-científicas que se aproximassem deste objeto de estudo. Diante disso, delimiti inicialmente descritores, tais como: Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; Marajó.

Vale ressaltar que a escolha dos descritores se deu de acordo com a sua proximidade com o objeto de estudo. Outra questão importante para a seleção dos estudos foi a escolha metodológica, pois se optou por pesquisa documental, uma vez que essa escolha está correlacionada com a proposta deste estudo.

Ressalto que tanto essa busca por conhecimentos sobre o tema quanto o aprofundamento teórico foram importantes para a compreensão e apropriação do objeto de estudo em questão.

Realizamos, no período de janeiro a julho de 2020, um levantamento de dados, acessando o que vem sendo pesquisado e/ou produzido acerca das influências da Igreja Católica na educação da infância na Amazônia marajoara.

Para a construção do estado da arte, fiz uma busca por conhecimentos profundos sobre o tema, de modo a verificar as pesquisas e o desenvolvimento de análise de materiais sobre estes, focando em elementos sobre as discussões teóricas acerca da História da Educação, História das Instituições e História da Infância a partir de autores referenciados nesse campo.

Após a definição dos descritores, a pesquisa inicia-se acessando os bancos de dissertações e teses dos principais Programa de Pós-Graduação em Educação da região Norte: o da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará. Posteriormente, acessei o repositório da CAPES, e em seguida a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. É importante salientar que o desenvolvimento desta tese se baseou na busca das produções mais atuais; para isso, foi utilizado o recorte temporal dos últimos dez anos, que compreendem as produções de 2012 a 2021.

Mais adiante, também se utilizaram publicações e discussões referentes aos eventos nacionais no campo da Educação e História da Educação. Os eventos nacionais selecionados possuem relação com o objeto de investigação que perpassa os campos da História da Educação, História das Instituições e da História da Infância. Por isso, a opção pelo levantamento nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e na Revista Brasileira de História da Educação.

Diante dos levantamentos realizados, elenco 26 (vinte e seis) produções acadêmico-científicas que se aproximam de alguma forma do objeto de estudo desta pesquisa de tese, uma vez que, entrecruzam os descritores de busca definidos inicialmente. Como resultado dessas buscas, encontrei 14 (quatorze) dissertações de mestrado, 7 (sete) teses de doutorado e 5 (cinco) produções de artigos e dossiês.

Em relação ao descritor “Infância”, foram identificadas onze (11) produções, na categoria “Educação”, vinte e uma (21) produções, e em relação a “Instituições Religiosas” quatorze (14) produções. Já em relação ao descritor “Prelazia”, somente foram identificadas 4 (quatro) produções. Para o descritor “Marajó”, apenas 1 (uma) produção. Por fim, com a expressão Prelazia do Marajó, não foi encontrada nenhuma produção acadêmico-científica.

Com intuito de explicitar as produções encontradas, apresento 3 (três) quadros a seguir com as produções que mais se aproximam deste estudo. Percebe-se que os descritores “Infância”, “Educação” e “Instituições Religiosas” possuem uma quantidade expressiva de produções, já o descritor “Prelazia” tem percentual de produções bem menor, diminuindo ainda

mais quando se busca o entrecruzamento com estudos que tenham como lócus o arquipélago do Marajó e/ou a Amazônia marajoara.

Isso explicita uma lacuna existente no conhecimento científico no que se refere ao território marajoara no campo da História da Educação, uma vez que o entrecruzamento desses descritores ainda é incipiente. Saliento ainda que não encontrei nenhum estudo que articule infância e educação no arquipélago do Marajó em meio à produção dos principais programas de educação da região Norte situados no Pará, isto é, no PPGED/UFPA e PPGED/UFPA, às produções dos anais da reunião nacional – GT02 História da Educação da ANPED, e da Revista de Brasileira de História da Educação, nos anos de 2012 a 2021.

Já no Banco de Dados da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, considerando o período citado acima, encontrei o estudo *A infância da Amazônia marajoara: sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças* de Andrade (2018), que é um estudo contemporâneo que articula educação e infância, tendo como lócus o Marajó.

Diante disso, percebo a inexistência de estudos que se proponham a navegar pelos discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos, no período de 1950 a 1960. Fato este que revela o ineditismo deste estudo, já que de uma maneira geral as pesquisas em educação que entrecruzam a infância com as instituições religiosas dão conta de outros contextos territoriais.

Portanto, quando me proponho a investigar infâncias para além de Belém, a capital do estado do Pará, faço-o com o intuito de visibilizar outras infâncias singulares que estão à margem nas pesquisas acadêmicas, e assim vão construindo lacunas na História da Infância na Amazônia, uma vez que se invisibilizam outros sujeitos amazônicos, além de se negar o seu direito à memória. Nesta direção, dou ênfase ao artigo *A história das infâncias negras: descolonizando os direitos de crianças da Amazônia*, da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães (2023), em que, após um longo levantamento e extensa reflexões, a autora aponta que em regiões, como o Marajó, a violação de direitos humanos básicos no que tange a infância perpassa, entre outras coisas, pelo não direito a memória, o que invisibiliza as marcas ancestrais africanas e indígenas e ignora os seus modos de ser, viver e pensar .

Dito isto, evidencio de forma sucinta os estudos encontrados, apresentados inicialmente quadro 1, correspondente às produções do PPGED/UEPA e do PPGED/UFPA. Enfatizo que, no PPGED/UEPA, encontrei 6 (seis) dissertações de mestrado que entrecruzam os descritores propostos nessa pesquisa e que têm como orientação metodológica a pesquisa documental.

Entretanto, vale ressaltar que somente 1 (uma) se aproxima do estudo que estou analisando, trata-se da dissertação de mestrado intitulada *Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a Família e ao Lar – Ananindeua/Pa (1949-1971)*, de Faneide Pinto França Bitencourt (2015).

Bitencourt (2015) apresenta uma análise acerca da formação das meninas órfãs, desvalidas e pensionistas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação em Ananindeua/Pa, no período de 1949-1971, a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica. A autora utiliza a história oral como procedimento metodológico. A proximidade deste estudo com o objeto de pesquisa em questão é a contribuição da Escola Doméstica para formação de meninas em Ananindeua-PA, uma vez que a Prelazia do Marajó, através das suas Obras Sociais e Educativas, fundou na cidade de Soure a Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação que, assim como no estudo de Bitencourt (2015), objetivava formar meninas para servir a Deus, à Família e ao Lar.

Contudo, saliento que as Obras Sociais e Educativas propostas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos no período de 1950 a 1960, apresentam a escola doméstica como um importante dispositivo educacional, ao passo que também se constituem de muitas outras atividades, tais como: o círculo operário, o cinema e escolas primárias que foram pioneiras num período de escassez da educação formal no arquipélago do Marajó. Ou seja, as Obras Sociais e Educacionais propostas pela Prelazia do Marajó constituem em um conjunto ações desenvolvidas pela Igreja Católica sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos com o intuito de propiciar educação e assistência para a infância marajoara.

Já no PPGED-UFGA, foi possível identificar 7 (sete) produções, sendo 4 (quatro) dissertações e 3 (três) teses, que entrecruzam os descritores propostos nesta pesquisa e utilizam-se de pesquisa documental como perspectiva metodológica. Destaco 2 (duas) teses, ambas defendidas no ano de 2019: a primeira trata-se de *Política de Assistência, Proteção e Educação à infância pobre, abandonada e órfã e às ações da Prelazia do Xingu no município de Altamira – Pará (1970-1979)*, de Leia Gonçalves de Freitas; e a segunda, de *Cultura material escolar e as representações de educação no sistema radiofônico para os caboclos “ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980)*, de Rogério Andrade Maciel.

As duas produções se aproximam desse estudo por contemplarem as prelaças e suas ações como objeto de estudo, contudo, ressalto que este estudo evidencia a Prelazia do Marajó diferentemente de Freitas (2019), que apresenta as ações da Prelazia do Xingu articuladas à política de assistência, proteção e educação para a infância, e de Maciel (2019), que trata da

Prelazia do Guamá a partir da cultura material escolar e as suas representações no sistema radiofônico.

**Quadro 1** - Produções dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará – PPGED-UEPA, e Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – PPGED – UFPA com os descritores Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; A

Área	Universidade	Nível	Ano	Título da Pesquisa e/ou do Estudo	Autor
Educação	UEPA	D	2012	Educação de Meninas no Orphelinato Paraense (1893-1910)	PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira
Educação	UEPA	D	2014	A Educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo d. Antônio de Macedo costa em Belém – Pará (1878 – 1888)	COSTA, Benedito Gonçalves
Educação	UEPA	D	2014	Sistema Educativo Radiofônico de Bragança: saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960-1970)	MACIEL, Rogério Andrade
Educação	UEPA	D	2015	Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a deus, a família e ao lar – Ananindeua/Pa (1949-1971)	BITENCOURT, Faneide Pinto França
Educação	UEPA	D	2016	A instituição cristã espírita “Lar de Maria”: um templo de amor, caridade e educação de crianças pobres em Belém – Pa (1947 – 1960)	COSTA, Luciana Dias da
Educação	UEPA	D	2019	Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açu/Pa	SILVA, Gercina Ferreira da
Educação	UFPA	D	2012	A assistência e a Educação de meninas desvalidas no colégio nossa senhora do amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)	SABINO, Elianne Barreto
Educação	UFPA	D	2016	Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: assistência e educação de crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém (1943-1975)	CALLOU, Maria Lucirene Sousa
Educação	UFPA	D	2017	Instituto santa Catarina de sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960).	OLIVEIRA, Camilla Vanessa chagas Peixoto de
Educação	UFPA	D	2020	Práticas Educativas das congregações filhas de Sant’Ana e irmãs de santa Dorotéia na formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927)	SILVA, Tayana Helena Cunha
Educação	UFPA	T	2019	“A educação para ser boa deve ser religiosa”: romanização e civilização no projeto educativo do bispo dom Antônio de Macedo costa para a Amazônia (1861 - 1890)	COSTA, Benedito Gonçalves
Educação	UFPA	T	2019	Políticas de Assistência, Proteção e Educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações da Prelazia do Xingu no município de Altamira – Pará (1970-1979)	FREITAS, Léia Gonçalves de

Educação	UFPA	T	2019	Cultura Material escolar e as representações de educação no sistema radiofônico para os caboclos “ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980)	MACIEL, Rogerio Andrade
----------	------	---	------	--	-------------------------

Fonte: Elaboração Própria, 2023.

No estudo denominado a *Educação de Meninas no Orphanato Paraense (1893-1910)*, Pimenta (2012) identifica a concepção de educação e o que era ensinado às órfãs. Este estudo se aprofunda nas práticas educativas propiciadas pelas Filhas de Sant’Ana, mulheres religiosas de origem Italiana, que dirigiram a instituição com o intuito de amparar e educar meninas órfãs da cidade de Belém no período de 1893 a 1910.

Na dissertação *A Educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo d. Antônio de Macedo costa em Belém – Pará (1878 – 1888)*, Costa (2014) faz refletir sobre a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém do Pará, no período de 1878 a 1888. Esse fato levou a Igreja Católica a criar o Asilo de Santo Antônio, desvelando os saberes que eram ensinados às meninas no Asilo e os princípios que orientavam a prática religiosa e educativa nesta instituição de ensino.

Em *Sistema Educativo Radiofônico de Bragança: saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960-1970)*, Maciel (2014) analisa a proposta educativa do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança para a educação de jovens e adultos na década de 1960 a 1970. O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança foi criado para educar os jovens e adultos. É possível observar semelhanças com o estudo proposto, pois se trata de uma educação propiciada pela Prelazia do Guamá.

No estudo *Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a deus, a família e ao lar – Ananindeua/Pa (1949-1971)*, realizado por Bitencourt (2015), apresenta-se uma análise da formação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação em Ananindeua-PA, no período de 1949-1971. Esta instituição ofertava o ensino regular, além de diversas atividades, como: pintura, bordado, corte-costura, culinária, horticultura, avicultura e criação de suínos.

Costa (2016), em sua dissertação intitulada *A instituição cristã espírita “Lar de Maria”: um templo de amor, caridade e educação de crianças pobres em Belém – Pa (1947 – 1960)*, busca refletir sobre os princípios da doutrina espírita que serviram de base para a educação de

crianças pobres na Instituição Cristã Espírita “Lar de Maria”, no período de 1947 a 1960, em Belém do Pará.

No estudo denominado *Instituto do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açú/PA*, Silva (2019) reflete sobre o processo educativo de meninas índias no Instituto do Prata no município de Igarapé-Açú/PA nos anos de 1898 a 1920, com o propósito de identificar os princípios religiosos e educativos que marcaram a educação dessas meninas em interface com a ação missionária dos capuchinhos.

Na pesquisa intitulada *A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)*, Sabino (2012) visa resgatar a história social e educacional do Colégio Nossa Senhora do Amparo, instituição criada para instruir, abrigar e educar meninas pobres, contribuindo assim para a política higienista e de estabelecimento da ordem na Província do Grão-Pará.

Em sua dissertação *A instituição cristã espírita “Lar de Maria”: um templo de amor, caridade e educação de crianças pobres em Belém – Pa (1947 – 1960)*, Callou (2016) aborda a relevância assistencial, filantrópica e educativa da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças no atendimento às crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém no período de 1943 a 1975.

Oliveira (2017) apresenta o estudo *Instituto santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)*, que trata da historiografia socioeducacional do Instituto Santa Catarina de Sena no período de 1903-1960. Tinha como objetivo atender à infância pobre e desvalida em solo paraense, porém, o público feminino diversificou-se no atendimento de outras classes socioeconômicas, visto que a capital paraense era carente de instituições religiosas destinadas a esta clientela.

Em *Práticas Educativas das congregações filhas de Sant’Ana e irmãs de santa Dorotéia na formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927)*, T. H. C. Silva (2020) expõe uma análise da educação desenvolvida pelas Filhas de Sant’ana e Irmãs Dorotéias, e como esta atendia aos interesses da sociedade paraense, bem como a sua colaboração na formação de mulheres para a nova pátria, com o advento da república nos anos de 1906 e 1927.

Na tese denominada *A educação para ser boa deve ser religiosa: romanização e civilização no projeto educativo do bispo Dom Antônio de Macedo Costa para a Amazônia (1861-1890)*, Costa (2019) apresenta uma análise do projeto educativo de D. Antônio de Macedo Costa, a fim de entender o sentido social e político de seu programa para a Amazônia.

Freitas (2019), em sua tese de doutoramento intitulada *Políticas de Assistência, Proteção e Educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações da Prelazia do Xingu no*

*município de Altamira – Pará (1970-1979)*, retratou os impactos, repercussões e resistências que tiveram as ações de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã desenvolvidas no município de Altamira (PA) pela Prelazia do Xingu, no sentido de atender às mazelas ocasionadas pelo processo migratório na região do Xingu, motivado, principalmente, pelo suposto progresso atribuído à construção da rodovia Transamazônica BR 230, na década de 1970.

Já a tese *Cultura Material escolar e as representações de educação no sistema radiofônico para os caboclos “ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980)*, de Maciel (2019) teve como marco de investigação a cultura material escolar e as representações de educação no sistema radiofônico para os caboclos “ingênuos” na Prelazia do Guamá no período de 1957 a 1980.

Diante de todo contexto histórico de documentos já publicados, o Quadro 2 refere-se às produções do Banco de Dados da Capes e do Instituto Brasileiro de Informação da Ciência e Tecnologia. São evidenciadas 10 (dez) pesquisas nas áreas da Educação, Processos Socioculturais na Amazônia, Ciências da Religião, contendo 5 (cinco) dissertações e 5 (cinco) teses. Importa mencionar que foram destacadas somente as pesquisas que mais se aproximam do objeto de estudo desta pesquisa.

**Quadro 2** - Produções do Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTB com os descritores: Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; Amazônia marajoara, no período de 2012 a 2021

Area	Universidade	Nível	Ano	Título da Pesquisa e/ou do Estudo	Autor
Educação	UFU	T	2014	História Da Educação do Patronato de menores São José em Paranaíba -MT	VEIGA, Georgeta Suppo Prado
Ciências das Religiões	FUV	D	2018	O lugar da criança na instituição religiosa: uma análise do trabalho desenvolvido pela Igreja Batista de Laranjeiras na cidade de Serra -ES	ROSA, Katia Antônia Ferreira
Educação Escolar e Profissão Docente	PUC-MG	T	2018	A Infância da Amazônia marajoara: sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA	ANDRADE, Simeia Santos
Educação	USF	T	2018	A Igreja e a Educação feminina no Sul de Minas (1900-1950): o ultramontanismo e as incursões da modernidade	BALBINO, Antônio Gilberto
Educação	UFG	T	2018	FORMAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA: Uma experiência contra hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia	PAGANINI, Vera Lucia Alves Mendes
Processos Socioculturais na Amazônia	UFAM	D	2019	Ide pelo mundo inteiro e anunciai o evangelho: as práticas sociais e religiosas do Pime em Parintins	CAVALCANTE, Ronaldo Bentes
Educação e Cultura	UFPA	D	2019	A atuação da Igreja Católica na Prelazia de Cametá: o contexto da educação popular no período de 1980 a 1999	LISBOA, Jose Rivaldo Arnaud
Educação	UFOP	D	2019	Ideário Educativo Católico no Ginásio de São Francisco em Conceição do Mato Dentro: instrução, escolarização e formação moral de 1956-1979	VASCONCELOS, Flavia Cristina Lages

Fonte: Elaboração Própria, 2023.

De acordo com Veiga (2014), busca-se analisar o processo de constituição do Patronado de Menores de São José, na cidade de Paranaíba-MT, uma instituição confessional criada pela Ordem dos Frades Menores, os quais atuaram como missionários na evangelização e na educação.

Vale ressaltar o trabalho de Rosa (2018), que buscou investigar o lugar da criança no culto infantil no âmbito da instituição religiosa, na igreja Batista de Laranjeiras, no município de Serra/ES, bem como a observação das práticas docentes quanto ao conhecimento das leis e diretrizes que amparam os direitos das crianças/infâncias.

Andrade (2018) apresenta uma investigação aprofundada sobre as infâncias na Amazônia, com ênfase especial na infância e nas crianças ribeirinhas, tendo como foco de

análise os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá, em Currálinho-PA.

Outro trabalho de pesquisa com grande relevância foi o de Balbino (2018), que se centrou na investigação sobre as relações entre igreja, educação e poder local no Sul de Minas, atentando para as transformações próprias do período de transição do mundo rural para o urbano na região, num diálogo constante com o projeto de modernidade que se consolidará ao longo da primeira metade do século XX.

Em *Formação Política e Resistência: Uma experiência contra hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia*, Paganini (2018) demonstra as realidades históricas específicas, na circunscrição territorial religiosa denominada Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, começando na década de 1970, objetivando compreender os processos educativos e formativos vividos pelas comunidades da Prelazia, assim como o papel do sujeito político-coletivo na formação do intelectual orgânico, demonstrando como se constituiu e foi constituído no espaço de formação em que efetivou a construção do projeto contra hegemônico.

A dissertação de Vasconcelos (2020), intitulada *Ideário Educativo Católico no Ginásio de São Francisco em Conceição do Mato Dentro: instrução, escolarização e formação moral de 1956-1979*, demonstrou a história do Ginásio São Francisco, situado na cidade de Conceição do Mato Dentro-MG e as mudanças ocorridas neste contexto escolar, no período 1956 a 1979.

É possível observar no Quadro 3 as produções do Anais da Reunião Nacional - GT02 História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED) e da Revista Brasileira de História da Educação, com os descritores: Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; Amazônia marajoara, no período de 2012 a 2021, evidenciando 9 (nove) pesquisas que se relacionam com objeto de estudo desta pesquisa.

Entretanto, saliento que somente 2 (dois) estudos se aproximam do mesmo objeto deste estudo. O primeiro é o estudo de Silva e Ribeiro (2021), *O reflexo dos ideais republicanos na Escola Doméstica de Brazópolis (1889-1927)*, pois apresenta um projeto de escola doméstica no estado de Minas Gerais muito próximo das escolas domésticas criadas pela Prelazia em solo marajoara. O segundo é o trabalho de Maciel (2020), intitulado *O rádio cativo nas escolas radiofônicas: um artefato cultural de ensino para os caboclos ingênuos na Prelazia do Guamá, Amazônia Paraense (1961- 1971)*, que apresenta o rádio cativo como objeto de consumo e ensino para alfabetizar e escolarizar os caboclos ingênuos, jovens e adultos da Prelazia do Guamá, assim como dá ênfase a reflexões sobre ações educativas proposta pelas Prelazias, tal qual as ofertadas pela Prelazia do Marajó.

**Quadro 3** - Produções dos Anais da Reunião Nacional -GT02 História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação -ANPED e Revista Brasileira de História da Educação com os descritores: Infância; Educação; Instituições Religiosas; Prelazia; Amazônia marajoara, no período de 2012 a 2021

	Universidade	Ano	Título da Pesquisa e/ou do Estudo	Autor
39ª Reunião Nacional ANPED	UERJ – FFP UFSC	2019	Presença Franciscana e Hegemonia jesuítica no campo da história e da história da educação no período colonial brasileiro: temáticas, fontes e temporalidade em questão	SANGENIS, Luiz Fernando Conde MAINKA, Peter Johann
40ª Reunião Nacional ANPED	UFU UFB	2021	O Reflexo dos ideais republicanos na escola doméstica de Brazópolis (1889-1927)	SILVA, Palloma Victória Nunes e RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza
Revista Brasileira de História da Educação 2019 Volume 19	UFRJ UFSC	2019	Presença Franciscana e Supremacia Jesuítica no campo da História e da História da Educação na época colonial – um diagnóstico na pesquisa historiográfica a partir da análise dos CBHE da SBHE	SANGENIS, Luiz Fernando Conde MAINKA, Peter Johann
Revista Brasileira de História da Educação 2020 Volume 20	UFPA	2020	O rádio cativo nas escolas radiofônicas: um artefato cultural de ensino para os caboclos ingênuos na Prelazia do Guamá, Amazônia Paraense (1961-1971)	MACIEL, Rogerio Andrade
Revista Brasileira de História da Educação 2020 Volume 20	UEM IFP	2020	A atuação educativa, missionária e pastoral dos franciscanos no Brasil colonial nas páginas da revista do instituto histórico e geográfico brasileiro (IHGB)	TOLEDO, César de Alencar Arnaut de BARBOZA, Marcos Ayres

Fonte: Elaboração Própria, 2023.

Em *Presença Franciscana e hegemonia jesuítica no campo da História e da História da Educação no período colonial brasileiro: temáticas, fontes e temporalidade em questão*, Sangenis e Mainka (2019) apresentam estudos que abordavam a atuação dos membros da Companhia de Jesus, utilizando exclusivamente fontes jesuítas a despeito da atuação histórica, evangelizadora e educacional de outras ordens religiosas, marcando a presença no Brasil, desde o século XVI, nomeadamente a Ordem Franciscana e suas ramificações, centro de meu interesse, problematizando sobre a opção majoritária dos pesquisadores, atinente à demarcação temporal e à seleção das fontes historiográficas utilizadas. Já na pesquisa de Silva e Ribeiro (2021) é possível observar o projeto de construção da Escola Doméstica de Brazópolis em consonância ou em oposição a esses ideais difundidos no período compreendido entre 1889 a 1930.

Em 2019, Sangenis e Mainka analisaram os anais das 9 (nove) edições dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE) da Sociedade Brasileira de História da Educação

(SBHE); através disso, catalogaram pesquisas com temáticas sobre o período colonial brasileiro. A maioria dos documentos selecionados foi centralmente sobre a atuação dos membros da Companhia de Jesus, com fontes exclusivamente jesuítas. Esse material estava relacionado com a atuação histórica, evangelizadora e educacional de outras ordens religiosas que marcaram presença no Brasil, desde o século XVI, nomeadamente a Ordem Franciscana e suas ramificações.

No estudo de Maciel (2020), foi possível observar os sentidos e significados do rádio cativo para os caboclos ingênuos nas escolas radiofônicas da Prelazia do Guamá, Amazônia paraense, no período de 1961 a 1971. Utilizando a metodologia abordada pela Nova História Cultural e tendo como fonte os livros de tombo, entre outros, que os resultados apontaram que o rádio cativo operava enquanto um objeto de consumo e ensino para alfabetizar e escolarizar os caboclos ingênuos, jovens e adultos.

Ademais, Toledo e Barboza (2020), em *A atuação educativa missionária e pastoral dos franciscanos no Brasil Colonial nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, apresentaram uma análise dos textos que tratam da atuação dos franciscanos na América Portuguesa publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vale ressaltar que, na Revista do IHGB, foram localizados diversos documentos históricos que destacam a importância do trabalho dos religiosos da Ordem de São Francisco na constituição da identidade nacional.

Ao analisar os estudos descritos acima, percebe-se a lacuna nos estudos acerca das Prelazias como instituições educativas, sobretudo, no campo da educação na Amazônia. Observei que nenhum dos trabalhos se propõe a navegar pela relação existente entre a educação e a Prelazia do Marajó, tampouco pelas suas Obras Sociais e Educacionais que influenciaram a infância marajoara.

Ainda fica evidente que as pesquisas sobre a infância em interface com a história da educação e das instituições religiosas dão conta de outros contextos territoriais e partem de um olhar sobre outras instituições religiosas e outras diferentes das prelazias. Desse modo, este estudo destaca-se diante do campo da História da Educação e da História das Instituições que colaboraram com a educação da infância no estado do Pará.

Indubitavelmente, apenas 4 (quatro) estudos destacam a prelazia como objeto de estudo, sendo dois de autoria do Rogério Andrade Maciel, no qual apresenta a Prelazia do Guamá com interface entre a educação e o sistema radiofônico. O outro destaca a Prelazia de Altamira, quando Léia Gonçalves de Freitas traz uma reflexão sobre as políticas de assistência, proteção

e educação. Há também o estudo que evidencia a Prelazia de Cametá, em que José Rivaldo Arnaud Lisboa articula a atuação da Igreja Católica com a educação popular.

Embora estes dois últimos estudos se aproximem da minha proposta, uma vez que me proponho a contar a história da Prelazia do Marajó nos anos de 1950 a 1960, destacando as Obras Sociais e Educativas desenvolvidas pelos Agostinianos Recoletos na cidade de Soure, ressalto que, após buscas nos repositórios dos programas de educação do estado do Pará e em revistas e congressos do campo da educação, é perceptível a incipiência de estudos que versem sobre a importância da Prelazia do Marajó enquanto instituição religiosa que se conecta com a educação a partir de suas ações educativas, que propõem educar e assistir diante da carência e pobreza da região marajoara.

Diante disso, ressalto a relevância e o ineditismo deste estudo que busca apresentar entre outras coisas um fragmento da história da infância marajoara trazendo à tona uma infância silenciada e oculta, sobretudo, nas pesquisas acadêmicas. Posto isto, saliento também a intenção de contribuir com o campo da História da Educação e da Infância no Pará, uma vez que se está problematizando o papel das instituições religiosas em terras marajoaras, especialmente os discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960.

Isso traz à tona a história de uma infância de fronteira e periférica que teve e ainda tem seus direitos violados e, diante desse cenário, conta com o amparo de sujeitos que resignificaram a vivência da fé católica, construindo possibilidades em face da vulnerabilidade social e educacional da região, ponderando alternativas num território onde educação e cultura se entrelaçam, situação que não pode ser desconsiderada pelo contexto educacional.

Isso, porque as ações sociais e educativas da Prelazia do Marajó se desenvolveram em um território que possui particularidades e especificidades que aglutinam culturas peculiares de povos que habitavam a região, o que perpassa por considerar uma concepção de saberes culturais construídos e resignificados pelos próprios sujeitos no seu cotidiano.

Assim, este estudo visa contribuir para que se possa desvelar a infância marajoara a partir de sua história, considerando a sua etnicidade e ainda observar sujeitos que viveram num tempo histórico em que as práticas educacionais e assistências estavam articuladas com a Igreja Católica. Além disso, colabora com o conhecimento disponível em torno da História da Educação na Amazônia marajoara, visto que a Igreja Católica através da Prelazia do Marajó com suas Obras Sociais e Educativas proporcionaram práticas educativas formais e não formais que interagiram com a população marajoara.

## 1.6 Estruturação da tese

Para uma análise dos discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960, organizo este estudo em cinco seções. A primeira seção apresenta a introdução que denominei de “Seguindo o caminho das águas no Marajó”, onde exponho os caminhos que motivaram a construção do objeto de estudo, os objetivos e a tese a ser defendida, bem como o percurso que me levou ao embarque nesta viagem.

Na segunda seção, intitulada “Rio abaixo, rio acima: a travessia metodológica”, apresento o percurso metodológico desenvolvido nesta pesquisa, destacando os procedimentos metodológicos, bem como a construção do *corpus* da pesquisa e a descrição das fontes e a perspectiva analítica utilizada.

Na terceira seção, intitulada “A Prelazia do Marajó: a Igreja Particular no coração da Amazônia”, evidencio as missões religiosas que aportaram em solos marajoara em interface com suas ações assistencialistas e educativas. Além disso, também destaco a criação da Prelazia do Marajó e a chegada da Ordem dos Agostinianos Recoletos à ilha do Marajó, ressaltando os feitos de Dom Gregório Alonso, o primeiro bispo do prelado do Marajó.

Na quarta seção “As Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó e a Infância Marajoara”, apresento os discursos sobre as ações desenvolvidas pela Prelazia do Marajó em prol da educação e assistência da infância e da população marajoara, bem como os desdobramentos das Obras Sociais e Educacionais, tais como a construção e funcionamento das escolas domésticas e escolas primárias criadas pela Prelazia do Marajó e ainda as experiências assistencialistas em interface com o cotidiano da Igreja Católica.

Na quinta seção, intitulada “Experiências Assistencialistas em interface com a Prelazia do marajó e a Infância marajoara”, evidencio o Círculo Operário de Soure, uma obra social da Prelazia do Marajó, que desenvolveu diversas ações em prol principalmente da saúde da população e da infância sourense, e a Escola Artesanal, que possuía um caráter profissionalizante pautado nas aptidões dos meninos sourenses. Por fim, na sexta seção, “Por entre os rios e os campos: uma âncora para recalcular a rota” exponho algumas reflexões acerca da pesquisa e dos seus achados e possibilidades.



**2 SEÇÃO II:  
RIO ABAIXO, RIO ACIMA: A TRAVESSIA  
METODOLÓGICA**

## 2.1 Atravessando as águas marajoaras

*Era a ilha que se atravessava no meio da luta entre o Atlântico e o Amazonas para que os dois rivais fizessem as pazes, deixando-a estirar vagarosamente as suas terras. Mal nascendo nos charcos de Breves, madura nos tesos de Ponta de Pedras e no barranco de Joanes, desenhando os campos de Cachoeira, as dunas de Soure, inchada de mondongos, Marajó que lhe parecia de lodo e aninga, búfalos, cemitérios, indígenas e bandos de aves pernaltas dominando a encharcada paisagem.*

(Jurandir, 1994, p. 248).

Atravessar uma baía que se coloca entre o Atlântico e o Amazonas, como diz Dalcídio Jurandir, é um desafio, ou seria um desatino? É, na verdade, a ousadia de se deixar envolver pelos charcos, tesos, barrancos, campos e dunas, mas também é deixar-se envolver pelos encantos marajoaras. Assim, mundiada pelo misticismo e magia do arquipélago do Marajó, sigo navegando rio abaixo e rio acima, em mais uma travessia.

A travessia metodológica é indispensável e relevante para encontrar respostas aos questionamentos e curiosidades que impulsionaram esta viagem. Portanto, nesta seção, apresento características fundamentais da pesquisa, evidenciando a trajetória trilhada para analisar os discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960.

Pesquisar é uma travessia, isto é, um percurso permeado de movimentos, ondas, maresias e sobressaltos. Nessas circunstâncias, optar por caminhos e fazer escolhas é essencial para que a ciência se construa enquanto processo investigativo. Nesse sentido, Severino (2007, p. 100) destaca que “a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é a sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real”.

Em síntese, a ciência vai se construindo através da aplicação de “recursos técnicos”, os quais estão ancorados e fundamentados em métodos e com bases epistemológicas firmes e sólidas, assim ocorre a grande travessia da empiria para ciência. Nessa direção, Severino (2007, p. 100) denomina como ciência aquilo que “[...] se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”.

Para enfrentar o desafio dessa travessia, importante na realização e desenvolvimento da pesquisa, é necessário que o pesquisador(a) amadureça o olhar investigativo, vislumbre possibilidades, seja sensível e se envolva visceralmente com aquilo que está pesquisando/estudando/investigando, para realizar muitas vezes o movimento de se aproximar

e se afastar o máximo possível do seu objeto, buscando perceber, compreender e entender a realidade a ser estudada.

De acordo com Rubem Alves (1984), todo ato de pesquisar é um ato político, ou seja, uma pesquisa precisa ter um papel social que revela o universo/a realidade de um determinado contexto/fenômeno/território através dos dados a serem analisados. Uma pesquisa precisa ter um papel social que revela o universo, a realidade de um contexto, fenômeno ou território através dos dados que serão analisados.

Nesse contexto, uma pesquisa em educação que tem como lócus o arquipélago do Marajó, mais especificamente a cidade de Soure, possibilita desvelar um conhecimento que está à margem, haja vista que, de maneira geral, a maioria das pesquisas em educação dá conta de outros contextos territoriais. Além de colaborar para a ampliação do conhecimento disponível a respeito da história da educação paraense, o que vai muito além dos estudos sobre a capital do estado do Pará, Belém.

Sendo assim, esta pesquisa possui como ponto de partida o levantamento de fontes documentais no período 1950 a 1960. Então, busco contribuir com a pesquisa nos campos da História da Educação, História das Instituições Educativas e História da Infância, através de uma pesquisa documental que tem a intenção de elucidar “o dito e o não dito”, ou seja, o que está nas entrelinhas acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960.

Conseqüentemente, cumpre analisar as ações/princípios/concepção de educação oferecida, desafios/conflitos, a filosofia de educação proposta pela Ordem Agostinianos Recoletos (OAR) e suas estratégias educativas em Soure. Por conseguinte, há a tarefa de contar uma parte importante da História da Prelazia do Marajó e da História da Educação Marajoara. Nessa direção, Magalhães (2004) aponta que a história da educação é um campo em aberto, marcado pela construção de novos campos e objetos de investigação, por uma associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar.

À vista disso, o campo da história das instituições educativas se entrecruza com a história da educação, assim como a historicidade das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó se articula diretamente com o processo educativo da população e infância marajoara. A instituição educativa é pensada em uma determinada época, com necessidades próprias da região em que se constitui e com intenções específicas de quem as assume e implementa considerando o contexto histórico, educacional, político, social e cultural que configurou como

a Prelazia se organizou entre florestas, rios e campos marajoaras. Nesse sentido, Magalhães salienta que:

A história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo, não se limitando a memória às dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinando o arquivo à documentação e informação escritas. Totalidade em organização e construção, uma instituição educativa não é estática, nem percepção de conjunto se obtém a partir de uma única fonte ou de uma só vez (Magalhães, 2004, p. 69).

Deste modo, a Prelazia do Marajó possui em seu acervo memórias de uma organização católica que, embora tivesse sido criada para esse fim, contribuiu para a educação da infância marajoara. Por essa razão, cabe considerá-la: “[...] como instituição educativa, tanto no plano pedagógico como no plano histórico, uma organização mantida por uma pluralidade de práticas e saberes construídos cotidianamente pelos seus proponentes junto ao público-alvo” (Magalhães, 2004, p. 68).

Com suas Obras Sociais e Educacionais, a Prelazia do Marajó oportunizou à população e à infância marajoara uma pluralidade de práticas educativas e saberes significativos para o cotidiano das suas vivências. Assim sendo, a história da infância na Amazônia marajoara se entrecruza com a Igreja Católica, através de ações que contribuíram para a proteção, educação e assistência da infância marajoara.

Nessa perspectiva, considera-se a afirmação de Alves (2014, p. 39-40), para quem o “lugar da infância na Amazônia se materializa a partir de suas dinâmicas de relações sociais, nas suas articulações com o mundo sociocultural”. Em suma, neste estudo propõe-se uma análise da categoria social infância a partir de suas particularidades e singularidades, principalmente, quando se refere às infâncias que se situam no território que compõe a Amazônia marajoara, tais quais são vivenciadas por crianças indígenas, quilombolas, caboclas, ribeirinhas, pesqueiras, camponesas e tantas outras.

Diante desse desafio, recorre-se à História da Infância – campo do conhecimento que se dispõe a estudar/pensar e compreender a trajetória da infância e da criança ao longo dos tempos. Para estudar/pensar/compreender e analisar a História da Infância na Amazônia marajoara, nesse contexto, destaco a relevância desse estudo, que busca investigar a infância a partir de um contexto específico – a cidade de Soure –, contribuindo para o conhecimento disponível acerca das infâncias em contextos específicos, evidenciando assim suas particularidades e especificidades.

As pesquisas sobre a infância em contextos específicos ainda são incipientes, sobretudo, no que tange à interface com a história da educação. Pode constatar essa lacuna no campo científico com base na busca nos principais PPGs em Educação do estado do Pará, isto é, o PPGED/UEPA e PPGED/UFPA, como já foi apontando na seção anterior.

## 2.2 O lócus da pesquisa: o Marajó dos campos

O cenário amazônico marajoara possui complexidades históricas, políticas, econômicas e culturais que se entrecruzam formando a multiplicidade de vozes étnicas que constituem este espaço. Atualmente, depois de um longo período de colonização brasileira, as contradições sociais nos Marajós, tal qual em outras sociedades latino-americanas, ainda são uma realidade em que os conflitos e disputas ainda persistem, já que nestas localidades há uma rede de poder e forças, que se constrói no embate, na luta entre diversos níveis de poder (Foucault, 1979).

Entretanto, a resistência popular, contra as desigualdades sociais, políticas e econômicas estabelecidas pelas ordens dos micropoderes, especialmente dos grandes fazendeiros dominantes das terras marajoaras, ainda é silenciada pela história oficial do Brasil. Como consequência dessa política colonizadora que devasta os campos e florestas marajoaras, pouco se modificou no que tange a educação, saúde, transporte, saneamento básico e emprego e renda nos municípios que compõem a região marajoara.

Em tempos coloniais, o arquipélago do Marajó foi denominado como Ilha Grande de Joannes, que, de acordo com Miranda Neto (2005), foi um nome dado pelo espanhol Vicente Pizón, assim sendo chamado até a primeira metade do século XVII. Nesse ínterim, falava-se também Ilha dos Nheengaíbas, devido à diversidade de linguagens que circulavam no território marajoara. Muito provavelmente essa nomenclatura foi uma imposição dos colonizadores portugueses, uma vez que *Nheengaíbas* significa povos de língua complicada (Silva, 2013, p. 22).

Seguindo a rota que desvela a constituição histórica do território marajoara, Miranda Neto (2005) diz que o arquipélago do Marajó foi habitado por diversos grupos indígenas que migraram de tribos oriundas da região subandina colombiana e se estabeleceram nas terras da foz do Rio-Mar. Ainda sobre os primeiros habitantes dos solos marajoaras, Pacheco revela que:

O labirinto de Ilhas, os – Marajós e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram passivamente aquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de seu referente humano. [...] Aruãs, Sacacas, Marauanás, Caiás, Ararís, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás e os

batizados de Nheengaíbas enfrentaram as armas portuguesas por quase 40<sup>a</sup> anos (Pacheco,2009<sup>a</sup>, p.84)

Os indígenas Aruãs, Sacacas, Marauanás, Caiás, Ararís, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás e os batizados de Nheengaíbas não aceitaram passivamente a invasão dos seus territórios e enfrentaram com força e resistência e luta pelo direito de existir fazendo a defesa da sua cultura, do seu modo de viver, de fazer e de saber. Segundo Schann (1997), os Aruãs eram os mais temidos, eram conhecidos como índios caribes de costumes antropofágicos.

Em 1754, a então denominada Ilha Grande de Joanes recebe o nome Marajó que assume várias traduções: “o vento que sopra à tarde sobre a ilha”; entretanto, a origem desse nome também é atribuída ao termo “Mbara-yó”, que no Tupi significa “barreira do mar”. Atualmente, o arquipélago do Marajó configura-se como o mais extenso arquipélago fluviomarítimo do mundo, apresentando 104.140 km<sup>2</sup> de dimensão territorial (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [20--]). O arquipélago marajoara está localizado na região Norte do Brasil, mais precisamente no estado do Pará, sendo banhado pela foz do rio Amazonas e constituído pelas ilhas de Mexiana, Caviana e Gurupá.

De acordo com Amaral (2007), o arquipélago do Marajó situa-se na porção do litoral amazônico também denominada de golfo marajoara, extremo Norte do Pará. Tem como limites o oceano Atlântico (ao norte), a baía do Marajó (à leste), a região dos furos (à oeste) e a foz dos rios Pará e Tocantins (ao sul).

Com base nesses dados, apresento o mapa abaixo, com a área de abrangência da mesorregião do Marajó.

**Figura 4 - Mapa do arquipélago do Marajó**



Fonte: Rodrigues (2023).

O arquipélago do Marajó localiza-se na foz do rio Amazonas e destaca-se pelos montes artificiais, nomeados tesos, construídos ainda em seu passado pré-colombiano pelos índios locais. Nesta direção, Abreu destaca que:

A posição da ilha do Marajó, que podemos dizer está na boca do Amazonas, tem feito que muitos viajantes a olhem como parte do delta amazônica; já atrás dissemos tal respeito alguma coisa que se acha admiravelmente resumido no trecho escrito por Derby, geólogo americano que visitou a ilha em 1871, e que acho completamente de acordo com as considerações feitas por Agassiz em sua visita a estas regiões. Diz Derby: A estrutura geológica da ilha de Marajó é conforme a de terra que limita o rio por ambos os lados (Abreu, 1992, p. 209).

A posição geográfica do arquipélago do Marajó é um território estratégico para a Amazônia, com terras que limitam o rio por ambos os lados, possibilitando assim microrregiões distintas; a oeste, observam-se densas florestas inundadas e a leste, campos de várzea, secos no verão e alagados no inverno. Assim como Abreu (1992), Miranda Neto (2005) aponta a localização do arquipélago do Marajó na foz do Rio Amazonas com extensão superior a 50 mil quilômetros. Em seu território, os Marajós abrangem 17 municípios, divididos em cinco regiões: 1) Nordeste: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure; 2) Sudeste: São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Currálinho; 3) Sudoeste: Breves, Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel; 4) Noroeste: Chaves e Afuá; 5) Central: Anajás.

Vale mencionar que o município de Oeiras do Pará, de acordo com o Decreto de nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, passou a integrar a Região de Integração do Marajó: “*para efeito das ações e do processo de regionalização do território paraense*”, segundo decreto de nº 2120 de 20 de janeiro de 2022 publicado no Diário Oficial e assinado pelo então governador do estado do Pará Helder Barbalho (Pará, 2022, grifo meu).<sup>12</sup>

Diante da diversidade territorial marajoara, destaco que está se manifesta muito além da dimensão geográfica, posto que aquele é um território composto por materialidades e elementos imateriais, tais como: as ideologias, os conhecimentos e saberes, culturas e modos de ser e viver. À vista disso, o professor, historiador e pesquisador Dr. Agenor Sarraf Pacheco (2009a), aponta em sua tese uma contraposição do discurso colonizador que denominou o arquipélago do Marajó como ilha do Marajó. Ele propõe um olhar mais plural sobre as especificidades e particularidades da região e, assim, apresenta os Marajós.

Agenor Sarraf Pacheco estabelece um novo conceito social para a região, considerando, os diversos caminhos percorridos no processo de colonização do arquipélago e a resistência vivida pelos grupos indígenas no período de conquista do território. Essa caracterização dos Marajós em dos Campos, das Florestas e das Águas dá-se, segundo Pacheco (2009 a), não apenas pela questão geográfica, mas, sobretudo, com o intuito de marcar a territorialidade de diversas trajetórias e sistemas de dominação no percurso da colonização brasileira.

No presente estudo, evidencio o Marajó dos Campos, que, segundo Pacheco (2009 a) foi denominado assim devido a seus aspectos geográficos – solo de mata rasteira e presença de várzea, isto é, um ecossistema marcado por campos e áreas aquáticas, constituídas por oceano,

---

<sup>12</sup> Incluiu o Município de Oeiras do Pará na Região de Integração do Marajó e altera o Anexo Único do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. A regionalização do arquipélago do Marajó, a mudança estabelecida através do Decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022 que proporcionou mudanças no território do Marajó. Trata-se da alteração que classifica o município para fazer parte da integração do Marajó (Pará, 2022).

praias, rios e mangues. O Marajó dos Campos é composto pelas cidades de Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Muaná, Chaves e São Sebastião da Boa Vista. De acordo com professor Dr. Agenor Sarraf Pacheco, foi palco de concessão de terras junto à Coroa Portuguesa para a construção de grandes fazendas, onde se cultivava mandioca e outros gêneros (Pacheco, 2009 a, p. 144).

Em razão da extensão geográfica do Arquipélago do Marajó este estudo localiza-se na cidade de Soure, popularmente conhecida como a “Capital do Marajó” e também como a “Pérola do Marajó”.

É importante salientar que a cidade de Soure é o foco desta pesquisa, visto que as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó tiveram início em 1950 nesta cidade, com grande atuação se efetuando ali. Outro aspecto importante a ser destacado é que Soure é o centro administrativo a partir do qual se organiza, planeja-se e se tomam as decisões referentes à Prelazia do Marajó, isto é, onde se concentrou e ainda se concentra a sua Cúria e a sua Catedral.

### 2.2.1 Delimitação do lócus: a cidade de Soure, a pérola do Marajó

*Andava pela terceira rua a de Soure. As mangueiras lhe ofereciam uma paz de orvalho e resina, se derramava os frutos verdes e das folhas. Em ordem na rua, pesadas de sossego e mangas*

(Jurandir, 1992, p. 417).

A cidade de Soure é uma cidade que possui características naturais preservadas, com belas praias e paisagens que contam com mangueiras centenárias que os moradores mais antigos comentam que foram plantadas para amenizar o calor rigoroso do verão marajoara. O topônimo é de origem portuguesa, em homenagem à Vila de Concilia no distrito de Coimbra (Soure, [20-]).

De acordo com Cruz (1987), os primeiros colonizadores portugueses vieram de uma antiga vila de Concilia, do distrito de Coimbra, que, nos tempos dos romanos era conhecida como Saurium, devido à presença de sáurios ou jacarés. Como em Menino Deus<sup>13</sup> havia uma grande quantidade de jacarés, os portugueses resolveram chamá-la de Soure, nome que predomina até os dias atuais.

Soure é também conhecida como a capital do Marajó. É o município com maior atividade turística do arquipélago, tendo belas praias em seus domínios. Segundo o IBGE ([20-

---

<sup>13</sup> Nomenclatura utilizada para Soure no início do século XVII, com a chegada dos padres de Santo Antônio (Cruz, 1987, p. 56).

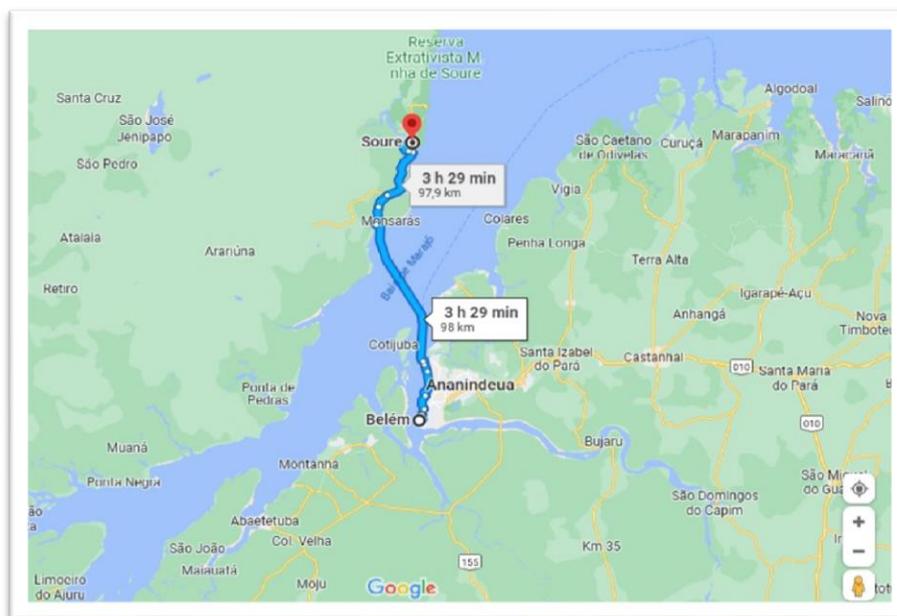
-]), Soure conta com área territorial de 2.857,349 km<sup>2</sup>, havendo em seu território a incidência de muitas fazendas e uma população de aproximadamente 25.752 habitantes.

Localizada no extremo nordeste do arquipélago, é o território que mais sofre influência da região atlântica, o que evidencia as características territoriais, tal qual a reserva extrativista marinha que ocupa toda a zona costeira leste do município (Rodrigues, 2023).

O município de Soure possui dois distritos: Soure (a cidade) e o Pesqueiro (Vila). Em linha reta, a cidade está a 83 km de distância de Belém, capital do estado do Pará. Em frente ao trapiche de Soure, onde naufragou o navio Presidente Vargas, em 1972, a profundidade chega a 132 metros. Algumas partes da orla fluvial da cidade estão ameaçadas pelas marés do Paracauari, fortemente influenciadas pela baía do Marajó e pelo mar. Esta erosão contínua já chamava atenção das autoridades, desde o século XIX. Um relatório da Câmara de Soure, de 15 de junho de 1867, registra que a rua da praia da Vila de Soure estava sendo aniquilada pelas marés lançantes, bem como pela enxurrada das águas das chuvas, o que levou a Câmara da época aprovar a implantação de uma restacada de pau a pique para evitar o desabamento, que até hoje está ocorrendo, mesmo com os muros de concreto construídos no século XX (Lisboa, 2012, p. 319).

Para chegar até Soure, é necessário atravessar a baía do Marajó. Para esta travessia, utiliza-se o transporte marítimo existente em dois terminais hidroviários, um na região portuária de Belém e outro em Icoaraci. Em qualquer dos terminais, aporta-se no Porto de Camará, localizado na Vila de Camará, em Salvaterra. A viagem dura aproximadamente três horas de barco ou balsa. Posteriormente, segue-se em transporte terrestre em direção ao porto da balsa, em Salvaterra; do porto da balsa, atravessa-se o rio Paracauari; à margem direita desse rio está a cidade de Soure.

Há também uma alternativa mais rápida de deslocamento até Soure, a Lancha Catamarã. Essa lancha sai do Porto Hidroviário de Belém e vai direto para Soure e a viagem dura, aproximadamente duas horas. Esse trajeto de Belém a Soure é ilustrada pelo mapa abaixo.

**Figura 5 - Trajeto de Belém a Soure**

Fonte: Google Maps (2024).

De acordo com Cruz (1987), o município de Soure é banhado pelo rio Paracauari e seus limites são ao norte, com o oceano atlântico, ao sul, com o município de Salvaterra, e ao oeste, com o município de Cachoeira do Arari. Está localizado a leste do arquipélago do Marajó e é conhecido também como “Pérola do Marajó”, título que lhe é atribuído por sua diversidade natural exuberante.

O território que hoje corresponde à cidade de Soure originalmente pertencia a duas aldeias indígenas: os Marauanazes e os Mundins, até a segunda metade do século XVII. Segundo Mélcón (2010), os Marauanazes foram catequizados pelos padres franciscanos da província de Santo Antônio, isto é, doutrinados, instruídos, convencidos a seguir os princípios cristãos e católicos. A catequese implantada pela Igreja Católica para povos indígenas representava o início do processo de dizimação e desaparecimento dos saberes tradicionais, religiosos e a hegemonia de uma ideologia colonizadora sob a lógica de vida das populações tradicionais.

Soure passou de aldeia a povoado, denominado de Monforte; de acordo com Cruz (1987), com o desenvolvimento que o Brasil teve quando passou a ser colônia de Portugal, essas aldeias passaram à condição de povoado, com o nome de Monforte ou Monte-Ferro, devido à altura de sua localização.

Em 1757, Soure foi elevada à categoria de Vila por seu fundador, o então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que lhe deu assim autonomia municipal (Cruz, 1987,

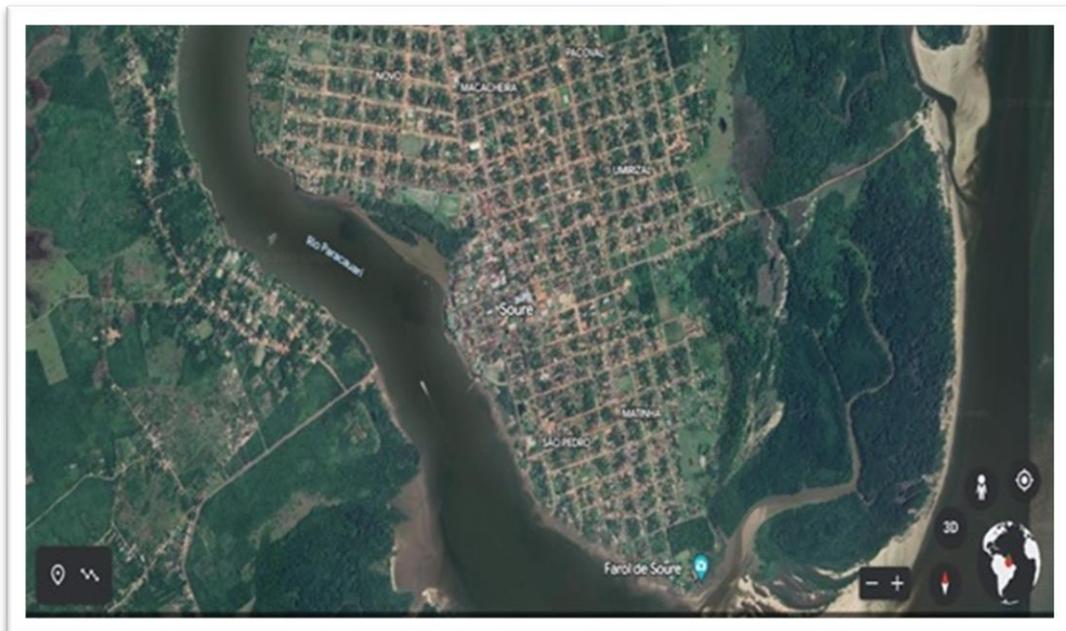
p. 56). Entretanto, em 1833, teve seu título cassado, sendo criada novamente em 20 de janeiro de 1874, porém, apenas em 19 de setembro de 1890, via Decreto nº 194, a vila passaria ter status de cidade (Cruz, 1999).

Soure também se destaca pela sua arquitetura. No final do século XIX, o urbanista Arão Leal de Carvalho Reis, o mesmo que realizou o projeto urbanístico da cidade de Belo Horizonte, desenvolveu e implantou um plano urbanístico semelhante a alguns bairros de Belém. Assim, o município foi planejado e traçado com ruas largas e padronizadas, tendo uma ampla arborização de mangueiras, organizadas paralelamente às ruas. Antes disso, Soure possuía ruas estreitas e com mata fechada (Cruz, 1999).

Ainda que pequena e com poucos bairros, a divisão da cidade em ruas paralelas e travessas denominadas por numerais facilita muito qualquer trajeto e otimiza o espaço de um território rodeado por águas. Atualmente, Soure é constituída por quinze ruas e trinta e quatro travessas na zona urbana, e inúmeras fazendas na zona rural.

Para elucidar o ordenamento das ruas, no estilo nova-iorquino, há, por exemplo, o cruzamento da Quinta Avenida com a Terceira Travessa, proposto pelo projeto urbanístico de Arão Leal de Carvalho Reis para Soure, como apresentado na figura abaixo.

**Figura 6 - Arquitetura Urbanística de Soure**



Fonte: Google Earth (2024).

A Figura 6 apresenta a organização das ruas de Soure, onde se percebe um padrão que forma uma espécie de “tabuleiro de xadrez”. Com as palavras de Cruz (1999), é possível compreender as motivações e inspirações para esse tipo de ordenamento.

Empolgado pela sugestão recebida, o Barão do Marajó, contrata o engenheiro geográfico e civil, bacharel em ciências, física e matemática, Arão Leal de Carvalho Reis, para elaborar um projeto de uma cidade para um tabuleiro de Xterras localizado no Marajó. Após o planejamento pronto foi posto em obras, eis que surgiu um perfeito exemplo de modernidade com características de cidade internacional (New York). A vila de Soure foi ampliada com sete ruas e cinco travessas, no formato de xadrez, o restante era mata fechada, cortada com caminhos públicos que iam a várias partes do município (Cruz, 1999, p. 57).

Seguindo um ideário de modernidade, inspirado nas características da cidade de Nova York, apresento a seguir uma imagem da década de 1950 das ruas de Soure, especificamente o cruzamento da 3ª Rua com a Travessa 15.

**Figura 7 - 3ª Rua com a Travessa 15**



Fonte: Blog Observador Marajoara ([20--]).

O século XX foi marcado por diversas mudanças estruturais e avanços econômicos, haja vista que nesse período a “Capital do Marajó” era a cidade que mais exportava produtos alimentícios para a capital, Belém. O avanço econômico e a modernidade eram uma realidade em Soure, contudo, a riqueza centralizava-se nas mãos de um grupo muito pequeno de grandes

proprietários de terras, enquanto os colonos e suas famílias – isto é, a maioria da população – viviam em situação de extrema vulnerabilidade.

A exemplo disso, Lisboa (2012) relata que, em 1930, o fazendeiro português José Cunha construiu um fosso com fragmentos de vidros no caminho que dava acesso dos pescadores à praia do Mata-Fome<sup>14</sup>; tal atitude visava impedir que os pescadores tivessem acesso ao local. Descontentes e aborrecidos com a atitude do fazendeiro, os pescadores recorreram ao então prefeito Rodolfo Fernando Engelhard, que os ignorou, isto é, nada fez em favor dos pescadores.

Essa situação era inadmissível para os pescadores, que dependiam da praia do Mata-Fome para a subsistência de suas famílias. A situação se agravou e foi então que, em 25 de maio de 1958, um grupo de 50 pescadores armados com facões, terçados, foices e enxadas derrubaram o fosso. Imediatamente as autoridades reagiram com a prisão de dois pescadores. Os pescadores revoltados no dia seguinte marcharam pelas ruas de Soure em direção à delegacia e da prefeitura como sinal de protesto (Lisboa, 2012). Histórias como estas marcam a história da cidade de Soure ao longo do século XX, quando revoltas, conflitos e estratégias de resistência eram uma realidade no cotidiano da cidade.

Segundo o IBGE ([20--]), em 1950, Soure era a cidade com maior índice populacional do Marajó, apresentando 5.264 habitantes residentes na zona urbana e rural, compondo o grupo dos sete municípios de maior retenção populacional. A população sourense ainda demonstrava sua ocupação ligada às atividades pesqueiras, agrícolas ou do campo, um retrato que se manteve fiel quando essa análise é trazida para a realidade do estado do Pará como um todo, onde a maioria de homens e mulheres afirmava seu envolvimento profissional nas atividades da agricultura, da pecuária e da avicultura nesse período. A indústria extrativista representava o segundo posto de maior fixação do trabalhador paraense, seguida pela indústria de transformação e pelo comércio, porém, essas três atividades não chegavam a representar nem a metade dos postos de serviço relacionados ao campo naquela época.

### **2.3 Rotas metodológicas**

Sigo a travessia metodológica e os princípios da abordagem qualitativa, sobre a qual Flick (2009, p. 20) menciona que dá “particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas da vida”. Minayo (2009, p. 21) destaca que a abordagem

---

<sup>14</sup> Praia que tinha muitas espécies de peixes e mariscos em abundância (Lisboa, 2012, p. 323).

qualitativa “responde a questões muito particulares, isto é, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Nessa mesma direção, evidencio que a pesquisa qualitativa propicia um contato próximo entre o objeto a ser estudado e o pesquisador, oportunizando que se estabeleça uma relação entre ambos. Por isso, envolve a descrição dos dados obtidos *in loco*, dando ênfase ao contato do pesquisador com seu objeto de pesquisa, considerando a perspectiva dos intérpretes da pesquisa.

Brandão (2002, p. 186) ressalta que “o qualitativo é uma escolha fundada em uma leitura teórica, é um estilo de relacionamentos, é uma abordagem de fenômenos”, abrangendo pessoas, sociedade, história, cultura e a própria vida. Já segundo Ghedin e Franco (2011, p. 62), na pesquisa qualitativa, “o cotidiano passa a ser percebido como espaço significativo, cultural, em que os seres humanos constroem sua existência e se fazem transformadores das circunstâncias”.

Desse porto, sigo navegando em busca de analisar os discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960. Assim, tenho um objeto situado em um período histórico que foi determinado aqui por conta de ser o início do desenvolvimento das atividades.

Com o intuito de sistematizar o percurso da pesquisa, tracei três etapas a serem seguidas, são elas: I) inicialmente, realizei uma pesquisa exploratória em busca de fontes documentais que pudessem elucidar e registrar a história da Prelazia do Marajó, bem como as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas em Soure sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960; II) posteriormente, sistematizei as fontes encontradas através de um inventário, visto que este é um instrumento fundamental para organizar, mapear, descrever e categorizar as fontes; e por fim III) realizei do cotejamento dos dados analisando-os a partir das informações apresentados nas fontes.

Posto isto, cabe ressaltar que a pesquisa documental consiste em um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Nessa mesma direção, Gil (2008) evidencia ainda que os materiais utilizados nesse tipo de pesquisa se destacam por ainda não terem recebido tratamento analítico, ou pela possibilidade de serem reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Possibilita também ao pesquisador reinterpretar fatos apontados por documentos, realizando assim um movimento dinâmico que Prado (2010) denomina de “releitura do passado”, sendo fundamental para elaboração de hipóteses, problematização das fontes e análise documental, processo que oportunizará as mais diversas descobertas. Esse mesmo autor

salienta que pesquisa documental no campo da História da Educação possibilita muito mais do que apenas investigar uma temática, e sim, “[...] investigar outras áreas e disciplinas que envolvam o objeto estudado, pesquisar-se a sociedade como um todo no período analisado e nunca entender um acontecimento como isolado” (Prado, 2010, p. 125).

Com essa mesma perspectiva, Cellard (2008, p. 295) menciona que “o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador”, possibilitando uma análise da dimensão temporal e a compreensão social do objeto estudado. Posto isto, saliento que os documentos encontrados na Cúria da Prelazia do Marajó foram essenciais para construir uma narrativa acerca da história pela Prelazia do Marajó nos anos de 1950 a 1960. Corroborando os apontamentos de Figueiredo (2007), os documentos são utilizados como fonte de informações, indicações e esclarecimento que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras.

Para Severino (2007), utilizar como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não somente documentos impressos, mas outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais que ainda não tenham recebido nenhum tratamento analítico, propicia matéria prima fecunda para o pesquisador desenvolver sua investigação e análise.

Vale ressaltar que, o manuseio dos documentos exige imprescindivelmente que saibamos como conduzi-los no sentido de analisar o contexto social, cultural, econômico, político, ideológico e filosófico que os direciona, ou seja, é necessária uma escolha teórica, epistemológica e metodológica que dê conta de compreender e analisar a diversidade de discursos contidos em seus escritos, uma vez que, os documentos são construídos por sujeitos com mentalidade que representa o momento histórico vivenciado.

### 2.3.1 O corpus da pesquisa

Já que para iniciar uma pesquisa, faz-se necessário localizar as fontes que irão subsidiá-la, como menciona Bacellar (2021, p. 51): “de modo geral, é preciso verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos documentais poderiam ser investigados em busca de dados”. Por essa razão neste tópico, apresento a busca por fontes e os diversos locais de pesquisa.

Os espaços de levantamento das fontes para o desenvolvimento desta pesquisa foram em sua maioria espaços físicos localizados na cidade de Soure, tais como: a Cúria da Prelazia do Marajó, Paróquia Menino Deus, Câmara Municipal de Soure, Instituto Stella Maris e

Biblioteca Municipal de Soure. Por sua vez, em Belém: Casa da Prelazia do Marajó, Biblioteca Arthur Viana – Setor de Obras Raras.

Além desses, busquei informações e documentos disponíveis em bancos de dados da internet, como: a Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital; os repositórios dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e da Universidade Federal do Pará; o Banco de Teses da CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; e Periódicos de História da Educação, mais especificamente produções dos Anais da Reunião Nacional - GT02 História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED) e da Revista Brasileira de História da Educação.

As páginas eletrônicas e/ou sites consultados são oriundos do: Instituto Histórico e Geográfico do Pará; do Museu Emilio Goeldi; Secretaria de Estado de Turismo (SETUR); Prefeitura Municipal de Soure; Prefeitura de Salvaterra; e Site Oficial dos Augustinos Recoletos. Com o intuito de evidenciar os espaços de coleta de documentos da pesquisa, sintetizo os espaços e sua classificação no quadro abaixo:

**Quadro 4** - Espaços físicos e plataformas virtuais utilizados para a pesquisa

ESPAÇOS DE COLETA DE DADOS	
ESPAÇOS FÍSICOS	PLATAFORMAS VIRTUAIS
Casa da Prelazia do Marajó – Belém	Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital - <a href="https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/">https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/</a>
Arquivo Público do Pará – Belém	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do estado do Pará - <a href="https://ccse.uepa.br/ppged/?p=7013">https://ccse.uepa.br/ppged/?p=7013</a>
Acervo de obras raras da biblioteca Arthur Viana – CENTUR – Belém	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará - <a href="http://ppgedufpa.com.br/">http://ppgedufpa.com.br/</a>
Cúria da Prelazia do Marajó – Soure	Banco de Teses da Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES - <a href="http://bancodeteses.capes.gov.br">bancodeteses.capes.gov.br</a>
Paróquia do Menino Deus – Soure	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - <a href="https://bdtd.ibict.br">https://bdtd.ibict.br</a>
Escola Stella Maris – Soure	Produções dos Anais da Reunião Nacional -GT02 História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação -ANPED - <a href="https://www.anped.org.br">https://www.anped.org.br</a>
Câmara Municipal – Soure	Revista Brasileira de História da Educação <a href="https://www.scielo.br/j/rbhe/">https://www.scielo.br/j/rbhe/</a>
Biblioteca Municipal – Soure	Instituto Histórico e Geográfico do Pará - <a href="http://ihgp.net.br">ihgp.net.br</a>
	Museu Emilio Goeldi - <a href="https://www.getyourguide.com.br">https://www.getyourguide.com.br</a>
	Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-Pa) <a href="http://www.setur.pa.gov.br/noticias/index.php?page=10">www.setur.pa.gov.br/noticias/index.php?page=10</a>
	Prefeitura Municipal de Soure - <a href="https://soure.pa.gov.br">https://soure.pa.gov.br</a>
	Prefeitura de Salvaterra <a href="https://prefeituradesalvaterra.pa.gov.br/">https://prefeituradesalvaterra.pa.gov.br/</a>
	Site Oficial Augustinos Recoletos

	<a href="https://www.agustinosrecoletos.com/?lang=pt-pt">https://www.agustinosrecoletos.com/?lang=pt-pt</a> <a href="https://recoletostv.org">https://recoletostv.org</a>
--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos endereços físicos e virtuais consultados.

Na cidade de Belém, a pesquisa iniciou-se em meados de janeiro de 2021, com uma visita à Casa da Prelazia do Marajó, que fica localizada na Travessa Teófilo Conduru, 99, bairro de Canudos. Fui recebida por uma Irmã Agostiniana Missionária residente da casa, lugar onde realizei a pesquisa pelos primeiros documentos acerca da Prelazia do Marajó, que se constituíam em revistas, livretos, pronunciamentos e recortes de jornais que, em sua maioria apresentavam, a ordem dos Agostinianos Recoletos e das Agostinianas, suas missões, carisma e ações sociais e educativas.

Posteriormente, no período de fevereiro de 2021 a maio de 2021, estive no Arquivo Público do Pará, porém, não encontrei muitos arquivos relevantes, apesar da busca incessante em vários fundos; somente no Fundo “Discurso, Fala, Mensagens e Relatório” encontrei um único Ofício do Diretor Gasparino Baptista da Silva ao Exmo. Sr. desembargador secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, dando conta do detalhamento acerca do grupo escolar de Soure, tais como: aulas, corpo docente, matrícula, frequência, exames, prédio, material, fornecimento e encerramento dos trabalhos escolares.

No acervo bibliográfico do Arquivo Público do Pará, especificamente na Coleção Lendo o Pará, apresentavam-se três obras que dedicavam seus escritos sobre o Marajó – obras que tratavam dos vocábulos peculiares específicos dos marajoaras e da organização demográfica da ilha do Marajó. Em seguida, no período de junho de 2021 a agosto de 2021, acessei o Acervo de Obras Raras da Biblioteca Arthur Viana, no antigo Centur; ali encontrei alguns jornais que destacavam a realidade vivenciada pelo arquipélago do Marajó, tais como: o jornal *O Paracauary*, mais especificamente os exemplares de maio a dezembro de 1984, e janeiro a maio de 1985.

É importante ressaltar que, para os exemplares que contemplam os anos de 1984 e 1985, além de outros anos, foram encontradas as publicações completas na Cúria da Prelazia do Marajó. *O Paracauary* foi dirigido por Dom Alquilio, segundo bispo do Prelado do Marajó, e em suas publicações dedicou-se a apresentar a História de Soure e a importância da igreja nas obras de assistência, cultura e educação da região sourense.

Ainda no Acervo de Obras Raras da Biblioteca Arthur Viana, encontrei dois exemplares (junho de 1986 e dezembro de 1986) de *O Marajoara*, jornal de cunho político que apresenta em sua maioria matérias que dão conta da realidade socioeconômica e política da ilha. Houve ainda nove exemplares referentes aos anos de 1985 e 1986 de *O Cavalo Marajoara*, jornal

ligado à questão pecuária na ilha, que destaca em seus escritos informações de corridas e compra e venda de cavalos de raça, búfalos, bois, sendo direcionado aos criadores da região. Devido aos assuntos tratados, os discursos dispostos e os anos que os exemplares apresentam, não os utilizo estritamente como fonte para a composição do corpus da pesquisa.

Em Soure, tive acesso a diversos documentos arquivados na Cúria da Prelazia do Marajó; tais como: Estatutos; Livros de Matrículas; Anúncio de Publicação no Diário Oficial; Atas de Reuniões; Relatório de Atividades; Projetos; Ofícios; Cartas; Prestação de Contas e Balancetes, Jornais e Pronunciamentos. Ainda em Soure, na Paróquia do Menino Deus, estive diante dos Livros de Tombo, e na Escola Stella Maris, tive acesso ao histórico da escola, fotografias, histórico da Congregação das Agostinianas, fichas individuais dos alunos e livros da Congregação. Na Câmara Municipal de Soure, acessei um acervo de relatórios, pronunciamentos e ofícios, e na Biblioteca Municipal de Soure, um acervo de referências bibliográficas sobre a cidade, reportagens jornalísticas, revistas e álbuns de fotografias.

De posse de uma diversidade de fontes, compostas por documentos de variados gêneros textuais, passei para a segunda etapa do percurso da pesquisa, inventariar. Este foi o tratamento dado às fontes para organizá-las e sistematizar os dados. Então, através do inventário, foi possível organizar, mapear, descrever e categorizar as fontes. A partir da leitura atenta, do estudo e da compreensão da dimensão dos documentos inventariados, foram definidas as fontes documentais que iriam compor o corpus dessa pesquisa.

Após a coleta e seleção das fontes, selecionei os documentos que compõem o corpus desta pesquisa, dispostos no Quadro 5. Optei por documentos religiosos resguardos na Cúria da Prelazia do Marajó e ainda por fragmentos do Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus em Soure. Também escolhi documentos de ordem pública, como o Histórico do Instituto Stella Maris, Relatórios e Ofícios da Câmara Municipal de Soure, além de revistas, livros e álbuns de fotografia pertencentes ao acervo da Biblioteca Municipal de Soure.

Com a finalidade de apresentar de forma clara e objetiva os documentos selecionados para compor o corpus da pesquisa, organizo-o no quadro abaixo:

**Quadro 5** - Documentos Selecionados para compor o corpus da pesquisa

ORIGEM	DOCUMENTOS
Cúria da Prelazia do Marajó- Soure	Estatuto das Obras Sociais e Educativas Estatuto da Escolas Domésticas; Livro de Matrículas Atas de Reuniões; Relatório de Atividades; Cartas
Paróquia Menino Deus – Soure	Livro do Tombo

Escola Stella Maris – Soure	Histórico da escola Fotografias Histórico da Congregação Agostinianas Missionárias Ficha Individual dos alunos
Câmara Municipal de Soure	Relatórios Ofícios
Biblioteca Municipal de Soure	Livros Revistas Notícias de Jornal Álbum de Fotografia

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Neste estudo, a maior parte dos documentos utilizados é oriunda de arquivos de natureza religiosa e está sob a guarda da Cúria da Prelazia do Marajó e das paróquias e da escola ligadas a Igreja Católica. Corroboro assim a ideia de Bacellar (2021, p. 39) quando destaca que “os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas”. Entretanto, vale salientar que estive diante de uma exceção, pois, exceto pelo acesso aos documentos da Escola Stella Maris, tive o privilégio do acesso facilitado aos arquivos da Cúria da Prelazia do Marajó, bem como aos documentos resguardados na Paróquia Menino Deus em Soure.

Neste contexto, Bacellar (2021) destaca que os documentos de cunho religioso são uma documentação rica e variada, compondo-se em especial de registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, processos diversos, livro-tombo das paróquias e correspondências que ficam resguardados pelo bispado. Por essa razão, o acesso depende da postura e sensibilidade dos ocupantes do cargo de bispo que podem ou interpor dificuldades ou ser liberais e sensíveis em compartilhar os documentos.

Na Cúria da Prelazia do Marajó, não encontrei dificuldades no acesso e no manuseio dos documentos resguardados pelo atual bispo do Prelado do Marajó, Dom Evaristo Pascoal Spengler, que foi muito sensível às intenções de pesquisa e compartilhou o acervo da instituição, bem como me recomendou nas paróquias que compõem a Prelazia do Marajó para que pudesse acessar os documentos resguardados por elas, caso fosse necessário.

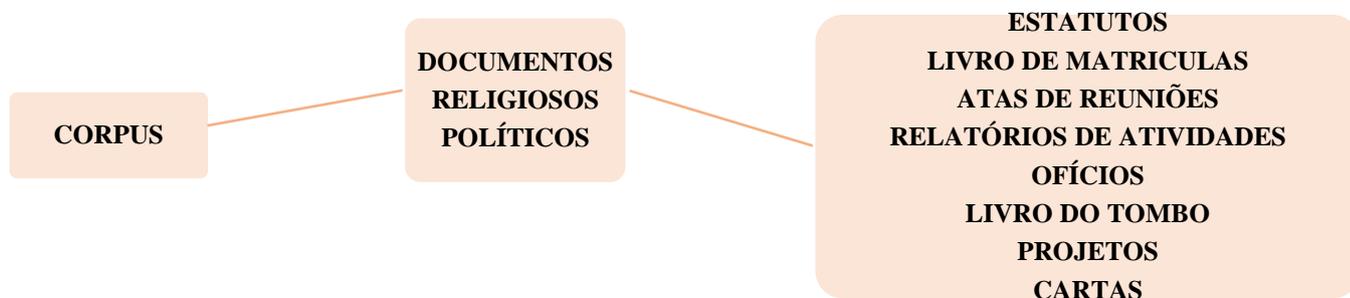
Neste sentido, Bacellar (2021, p. 40), salienta que “o acesso a processos relativos aos próprios religiosos”, possibilitando uma análise de fontes jamais investigadas, o que de fato corrobora a vivência nos dias que estive na Cúria. Na ocasião, soube através de conversa com a Sra. Katia, secretária da Cúria da Prelazia do Marajó, que os documentos resguardados nesta instituição eram raramente solicitados para pesquisa.

Nesse contexto, evidencio que, ainda em Soure, tive acesso a outros arquivos, como o da Paróquia do Menino Deus, onde acessei o Livro do Tombo, que, apesar da dificuldade para a leitura, por se tratar de um manuscrito muito antigo, apresentou informações importantes sobre a chegada dos Agostinianos Recoletos ao arquipélago do Marajó e registros dos movimentos da Igreja Católica para com a comunidade local.

Outro arquivo importante encontrado em Soure foi a Escola Stella Maris, onde acessei documentos que narram a história de construção, fundação e funcionamento da primeira escola primária planejada pelas Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, tais como: histórico da escola, fotografias, histórico da Congregação das Agostinianas Missionárias, fichas individuais dos alunos. Na Câmara Municipal de Soure, tive acesso a relatórios e ofícios que dão conta dos movimentos políticos da cidade; na Biblioteca Municipal de Soure, acessei livros, revistas, notícias de jornal e álbuns de fotografias que narram a história de Soure.

Ao final do levantamento documental, foram selecionados 285 documentos, todos inventariados. Em todos os documentos, palavras como “educação” e “assistência” foram comuns e recorrentes. Entretanto, o corpus se constituiu conforme a Figura 8, com o esquema síntese do corpus que compõe essa pesquisa.

**Figura 8** - Esquema Síntese do corpus que compõem a pesquisa

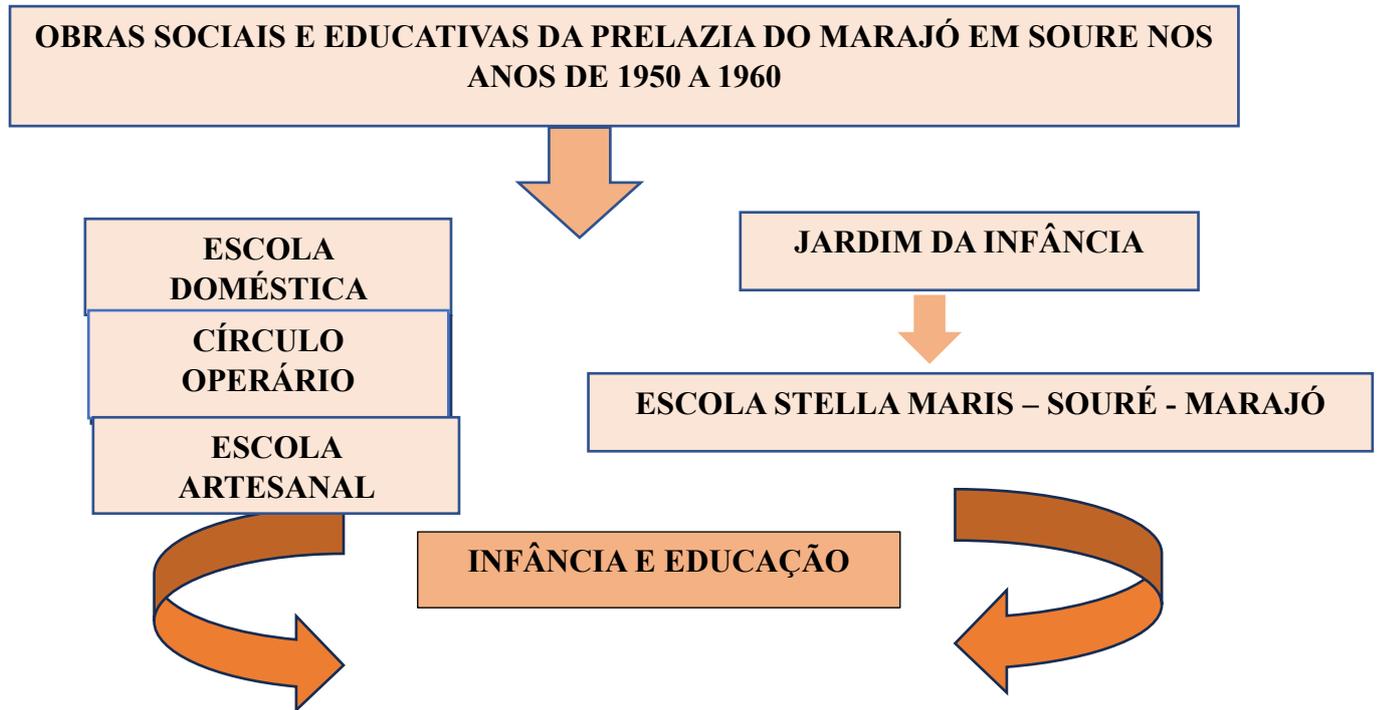


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

### 2.3.2 Tratamento analítico do corpus da pesquisa

Ao considerar o objeto, as fontes e os objetivos propostos para essa pesquisa, é importante lembrar que está inserida no campo da História da Educação na Amazônia, entrecruzando-se com a História das Instituições Educativas, especialmente aquelas que se instalaram no arquipélago do Marajó e com a História da Infância na Amazônia marajoara. Por isso, foram selecionadas algumas categorias a partir das fontes que versam sobre a Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, organizadas no organograma a seguir, conforme Figura 9:

**Figura 9** - Esquema ilustrativo das Obras Sociais e Educativas da Prelazia do Marajó



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O referido esquema apresenta o conjunto das Obras Sociais e Educacionais propostas pela Prelazia do Marajó, em Soure, no período de 1950 a 1960, iniciando com atividades educacionais com o Jardim da Infância Menino Deus, que atendia a crianças pequenas para o ensino das primeiras letras, posteriormente, com a implementação de escolas primárias que até os dias atuais estão em pleno funcionamento, sendo uma delas: a Escola Stella Maris.

Concomitantemente à educação formal evidenciada nas escolas primárias, identificou-se também que as escolas domésticas possuíam o importante papel de instruir as meninas e mulheres para o lar, para serem boas mães e esposas; a educação para o lar se constituía na oferta de oficinas de corte e costura, flores, pintura, bordado, cozinha, manicure, corte de cabelo, tapeçaria, artesanatos em geral, cerâmica e bons modos.

Além das escolas primárias e das escolas domésticas, foram implantadas também outras atividades que compunham as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, tais como: o Círculo Operário, que era uma organização não governamental que se preocupava em qualificar os cidadãos marajoaras com cursos ligados à pesca e à agricultura, além de prestar assistência médica a infância sourense; e a Escola Artesanal, que propunha profissionalizar meninos e prepará-los para o mundo do trabalho.

Desse modo, as Obras Sociais e Educacionais foram um conjunto de ações propostas pela Prelazia do Marajó sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos na cidade de Soure no período de 1950 a 1960 que atendiam a meninos e meninas sourenses no que tange à educação. Assim sendo, indicam de forma recorrente em seus escritos eixos temáticos envolvendo a infância e educação .

Compreende-se que as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó foram propostas por um grupo social distinto – a Igreja Católica –, materializadas pela Ordem dos Agostinianos Recoletos, na figura de Dom Alonso, primeiro bispo do prelado do Marajó que produziu, reproduziu e compartilhou discursos que versavam sobre a população e a infância marajoara, dando conta de que estas careciam de cuidado e atenção, haja vista a sua pobreza; por essa razão, além da missão de evangelizar, precisavam instruir e assistir às crianças marajoaras.

Por conta disso, opto pela análise da infância a partir de autores, como Kramer (1995); Del Priore (2007); Gouvêa (2000) e Kuhlmann Jr. (2002), uma vez que estes corroboram como a História da Infância está relacionada a aspectos como: educação da infância e a infância numa abordagem histórica e sociológica.

Sonia Kramer (2003) é uma das principais estudiosas da infância no Brasil, oferecendo uma perspectiva que considera a criança como um ser social, histórico e cultural. Sua abordagem refuta a visão da infância como uma fase homogênea e universal, destacando a importância das condições socioeconômicas, culturais e políticas na formação da experiência infantil.

Segundo Kramer (2003, p. 15), ao conceituar a infância, é necessário considerar a participação produtiva da criança, o tempo de escolarização dela, o processo de socialização no seu contexto familiar e comunitário, e sua realidade socioeconômica. Nesse sentido, a infância não pode ser vista de maneira homogênea, já que as populações infantis também são vítimas dos processos desiguais de socialização. As crianças são moldadas pelas suas interações sociais e pelas estruturas que as cercam, refletindo a diversidade e complexidade de suas vivências.

A participação produtiva da criança é outro aspecto importante na concepção de infância de Kramer. Ela sublinha que as crianças não são apenas receptores passivos de cultura, mas agentes ativos que contribuem para a construção social. As crianças interagem com o mundo ao seu redor de maneira significativa, influenciando e sendo influenciadas por seu ambiente. Esse reconhecimento da agência infantil é crucial para uma compreensão mais completa e justa da infância.

Kramer também enfatiza a necessidade de reconhecer as desigualdades que afetam a infância. As condições socioeconômicas das famílias, a localização geográfica, e as oportunidades de acesso à educação e saúde são fatores que criam experiências muito distintas para as crianças. Ao adotar uma concepção abstrata de infância, a criança é analisada como “natureza infantil”, que consiste no distanciamento das condições objetivas de sua vida. Isso pode levar a uma compreensão inadequada das necessidades e potencialidades das crianças em contextos diversos (Kramer, 2003).

Após compreender a visão contemporânea e multifacetada de infância proposta por Sônia Kramer, é essencial ampliar o entendimento ao considerar a perspectiva histórica oferecida por Mary Del Priore. Enquanto Kramer oferece uma análise baseada nas realidades atuais e nos desafios contemporâneos da infância, Del Priore convida a olhar para trás, explorando como a infância foi concebida e tratada em diferentes períodos históricos do Brasil.

Segundo Del Priore (2015), a infância deve ser entendida como uma construção histórica que varia de acordo com o tempo e o espaço. Ela argumenta que as percepções sobre as crianças e suas necessidades mudaram significativamente ao longo dos séculos, influenciadas por fatores como a religião, a economia e a política. Essa visão histórica permite compreender a infância como uma categoria dinâmica, moldada pelas circunstâncias e pelas práticas sociais de cada época.

No Brasil colonial, Del Priore (2015) destaca que a infância era muitas vezes marcada pela inserção precoce no mundo do trabalho. As crianças, especialmente as de classes populares e escravizadas, eram vistas como mão-de-obra e contribuíam para a economia doméstica. A educação formal era um privilégio reservado a poucas crianças, principalmente as de famílias da alta classe. Nesse contexto, a infância não era valorizada como um período de cuidado e proteção, mas como uma fase de preparação para a vida adulta e o trabalho.

A autora também aponta a influência da Igreja Católica na concepção de infância no Brasil. Durante muito tempo, a Igreja foi uma das principais instituições responsáveis pela educação das crianças, promovendo uma visão moralizante e disciplinadora.

O século XIX trouxe mudanças significativas na concepção de infância no Brasil, influenciadas por ideias iluministas e pela crescente urbanização. Del Priore (2015) observa que, nesse período, começaram a surgir iniciativas para a proteção da infância e a promoção da educação pública. A criação de escolas e instituições voltadas para o cuidado das crianças reflete uma mudança na percepção de que a infância deveria ser uma fase protegida e valorizada, com a educação desempenhando um papel central.

Com a Proclamação da República, em 1889, a infância começou a ser vista sob uma nova luz, com o Estado assumindo um papel mais ativo na educação e proteção das crianças. A autora destaca que a legislação passou a reconhecer direitos específicos para a infância, incluindo a criação de leis que regulavam o trabalho infantil e promoviam a escolarização obrigatória. Essas mudanças indicam um reconhecimento crescente da importância da infância para o desenvolvimento social e econômico do país.

A concepção de infância de Del Priore também inclui uma análise das condições de saúde infantil. Ela destaca que, ao longo da história, a mortalidade infantil foi um grave problema no Brasil, influenciado pelas condições precárias de vida e pela falta de acesso a cuidados médicos adequados. As iniciativas de saúde pública, como campanhas de vacinação e programas de nutrição, tiveram um impacto significativo na melhoria das condições de vida das crianças e na redução das taxas de mortalidade infantil.

Além das contribuições de Sônia Kramer e Mary Del Priore, autores como Gouvea (2008) e Kuhlmann Jr. (2002) também trazem grandes subsídios sobre infância. Gouvea (2008) oferece uma análise detalhada sobre a educação da infância e as práticas pedagógicas que influenciam o desenvolvimento infantil. Ele destaca a importância de considerar a infância em um contexto educacional amplo, que inclui as práticas escolares e as políticas públicas voltadas para as crianças.

Por outro lado, Kuhlmann Jr. (2002) apresenta uma abordagem que combina aspectos históricos e sociológicos, examinando como as transformações sociais e culturais afetam a infância. Sua análise enfoca a infância como um período de construção de identidades e valores, influenciado por mudanças nas dinâmicas familiares e nas expectativas sociais em relação às crianças.

Com isso, compreender as diferentes abordagens e como elas se inter-relacionam é crucial para desenvolver uma compreensão profunda e contextualizada da infância no Brasil. A análise dessas diversas concepções permite uma visão mais completa e complexa, enriquecendo o debate acadêmico sobre o tema e contribuindo para práticas educacionais e políticas públicas.

A educação é um dos pilares fundamentais na formação da infância e na promoção de seu desenvolvimento integral. Por isso, esse estudo é fundamentado também em Gatti (2006) e Saviani (2007). Bernadette Gatti, pesquisadora brasileira especializada em políticas educacionais, enfatiza a importância de políticas públicas que promovam a equidade e garantam acesso igualitário à educação de qualidade para todos os alunos. Ela defende que a educação deve ser um vetor de transformação social, reduzindo desigualdades e melhorando os resultados educacionais em todas as regiões do Brasil.

Dermeval Saviani, por sua vez, é um destacado educador e filósofo da educação brasileira, conhecido por sua teoria histórico-crítica. Para Saviani, a educação deve estar integrada à realidade social e histórica do aluno, preparando-o não apenas para adquirir conhecimentos, mas também para desenvolver uma consciência crítica e participativa. Ele enfatiza que a escola tem o papel de formar cidadãos capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Na concepção de Gatti (2006), a educação desempenha um papel essencial na construção da sociedade, proporcionando às crianças as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos ativos e conscientes. Ela não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também influencia profundamente na formação de valores, identidades e habilidades sociais das crianças.

Saviani (2007) argumenta que a educação deve ser entendida como um processo complexo de interação entre indivíduos, instituições e sociedade como um todo. Ele destaca a importância de uma abordagem crítica e reflexiva no ensino, que não apenas transmita conteúdos, mas promova o pensamento consciente com capacidade de análise. Para o autor, a escola é um espaço privilegiado de construção de conhecimento e de desenvolvimento pessoal, onde as experiências da infância são moldadas e contextualizadas.

Assim, essa integração entre os fundamentos históricos da infância e a concepção de educação permite uma compreensão mais profunda de como as práticas educacionais podem ser moldadas para atender às necessidades específicas das crianças ao longo do tempo.

Indubitavelmente para salientar e compor a análise dos dados, foi necessário dialogar com autores importantes para a História das Instituições, com fundamentação em Buffa e Nosella (2009), Castanho (2007), Frago (2001), Justino Magalhães (2007) e Sanfelice (2007). Nessa lógica, destaco o entendimento de Castanho (2005) acerca de instituição educativa como um espaço onde se desenvolvem práticas formativas que estão para além do âmbito escolar, ou seja, um espaço, no qual se vivenciam “outras formas societais” (Castanho, 2007, p.46). Essa concepção certifica a Prelazia do Marajó como uma instituição, uma vez que foi um espaço onde se desenvolveram Obras Sociais e Educacionais e onde se fomentaram práticas formativas para além do contexto escolar e da educação escolarizada.

Nessa direção, Justino Magalhães (2007) auxilia na análise da Prelazia do Marajó pela interface com o contexto de criação das suas Obras Sociais e Educacionais a fim de que os sujeitos delas usufruam e/ou participem, desvelando práticas educativas propiciadas nestes espaços. Por conseguinte, Magalhães (2007, p. 1) aponta caminhos epistemológicos que ajudam

a investigar e compreender a Prelazia do Marajó a partir de conceitos que permitam “teorizar, interpretar e traduzir (informar, conceptualizar, interpretar e narrar) o funcionamento e a relação histórica da instituição educativa e os sujeitos envolvidos no contexto”.

Na construção do corpus da pesquisa, sigo o entendimento de Sanfelice (2007), que destaca a pesquisa documental como um processo aprofundado e sistemático, no qual memórias são resgatadas a partir dos documentos arquivísticos que fizeram parte da instituição, de modo que, diante do acervo selecionado, o pesquisador desenvolva um enredo de construção da história da instituição educativa, sem perder de vista a criticidade necessária para analisar o “todo” que a compreende.

Em face disso, busco compreender a História da Prelazia do Marajó a partir dos documentos relacionados às Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos no período de 1950 a 1960, bem como a sua influência na História da Educação e da Infância da Amazônia marajoara. Dessa forma, é possível destacar o projeto evangelizador/romanizador da Igreja Católica desenvolvido pelos Agostinianos Recoletos, que se propuseram a evangelizar, instruir, assistir e educar um grupo social específico.



**3 SEÇÃO III:  
A PRELAZIA DO MARAJÓ: A IGREJA PARTICULAR  
NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA**

“O que é o Marajó?”

*É uma coisa linda, é uma parada! A gente pode colecionar todos os termos que indicam maravilha, entusiasmo, encanto, admiração mais um pingo de mistério; depois misturá-los num liquidificador para conseguir algo que não pode ser definido, simplesmente porque é fora de série [...] ninguém nega a presença da dor, da doença, da fome, do desamparo. Mas isso não é sinônimo de desespero, como a riqueza não coincide com a felicidade.*

(Giovanni Gallo).

As palavras do Padre Giovanni Galo<sup>15</sup> evidenciam a admiração do religioso pelo Marajó, sem perder de vista as adversidades existentes no território, o que aponta em direção ao que Frei Cleto Millán<sup>16</sup> vai sinalizar: evangelizar o Marajó é uma grande aventura e uma árdua missão. A evangelização do Marajó começou no século XVII, realizada pelo ardor missionário das ordens religiosas, como capuchinhos, jesuítas, franciscanos, mercedários e carmelitas.

O centro da missão estava na capital do estado do Pará, Belém, de onde os missionários faziam incursões para o interior, chegando também ao Marajó. Entretanto, na metade do século XVIII, a evangelização do Marajó perdeu muita força devido à expulsão dos jesuítas pela moção do Marques de Pombal (Millán, 2013, p. 4). Em suma, este primeiro momento de evangelização dos Marajós enfrentou grandes dificuldades, tais como: as grandes distâncias enfrentadas pelos missionários e a precariedade dos transportes que ocasionava a falta de continuidade na missão.

Apesar das dificuldades e da distância, as organizações religiosas católicas se fizeram presentes na Amazônia marajoara. Neste contexto, apresento a Ordem dos Agostinianos Recoletos, que chega ao arquipélago do Marajó por ocasião da criação da Prelazia do Marajó e assim inicia um projeto sério e organizado de romanizar o território marajoara, passando então a catequizar, cristianizar, instruir e educar a infância e a população marajoara.

Esta seção se propõe a refletir sobre a importância das missões religiosas no território marajoara, tratando especialmente da criação da Prelazia do Marajó, da chegada e da expansão da Ordem dos Agostinianos Recoletos ao arquipélago do Marajó, destacando ainda a figura de

---

<sup>15</sup> Giovanni Gallo foi um padre inaciano turinês, nascido em 27 de abril de 1927. Foi ordenado sacerdote aos 29 anos, tendo trabalhado na Andaluzia (Espanha), na Ilha da Sardenha (Italia) e na Basileia (Suíça). Chegou ao Brasil na década de 1970 trabalhando inicialmente na Ilha de São Luis do Maranhão, em 1973 é transferido para a Ilha do Marajó (comunidade do Jenipapo) onde trabalha até seu falecimento em 07 de março de 2003. Fundou o Museu do Marajó em 1972, em Santa Cruz do Arari - PA, cujo acervo reúne aspectos do homem, da cultura, da fauna e da flora marajoara (Bibliomania, 2020).

<sup>16</sup> Agostiniano Recoleta, missionário no Marajó, dedicou-se escrever ensaios sobre suas vivências no Marajó, os quais estão publicados no site oficial da OAR. Mais tarde tornou-se pároco de Salvaterra no período de 2010 a 2013.

Dom Gregório Alonso, o primeiro bispo do prelado do Marajó, e as suas proposições diante da missão de evangelizar aos Marajós.

### **3.1 Missões religiosas no território marajoara: um percurso de fé e dominação**

Segundo Hoornaert (1992), a nova “geografia missionária” assume uma nova fase missionária na Amazônia, que expressa a preocupação da Igreja com o imenso território amazônico a ser evangelizado para Cristo. Diante disso, a partir do século XVII, diversas missões religiosas adentram o território amazônico com o intuito de subsidiar os processos de ocupação dessa região oficial do colonizador e, através dela, iniciar processos educativos e de formação para o trabalho, além do contato com o indígena, uma particularidade que contou com a religião católica para a tentativa de dominação e apagamento da cultura e religiosidade indígena.

O processo de desenvolvimento da educação na Amazônia historicamente se entrelaça com o desenvolvimento regional, uma vez que inúmeras tentativas ou empreitadas no campo educacional têm o intuito de desenvolvimento das praças regionais e suas populações, com ações diferenciadas nas principais cidades e outras ações voltadas para os interiores, contrastando também com a classe social de cada indivíduo inserido neste processo.

Em terras paraenses, a colonização portuguesa inicia por volta de 1616, com a chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco no território onde foi fundada a cidade de Belém. De acordo com Salles (1980), portugueses e indígenas conviviam em uma atmosfera de hostilidade e, como de costume, a coroa portuguesa lança mão dos grupos religiosos como uma forma de domesticar e subjugar os nativos. Assim, são incentivadas as missões religiosas católicas para desempenhar o contato com os povos da região, com o ensino da língua e da religião colonizadora como os artifícios que inauguram um processo de dominação que também se deu pelo uso da força em muitos momentos.

Segundo Barros (2009), a ocupação militar foi intercalada com a ocupação missionária. A presença religiosa foi inaugurada no ano de 1617 pelos Franciscanos, também chegando à cidade de Belém a ordem dos Carmelitas, Mercedários, Capuchos de Santo Antônio, entre outras congregações. Mesmo tendo o grande intuito de intermediar ou facilitar a dominação dos indígenas, a presença das congregações católicas foi de fundamental importância para amparo e orientação das famílias portuguesas que chegaram para colonizar a Amazônia, constituindo a manutenção da fé, das crenças e o exercício cristão, mesmo longe do continente europeu.

É importante ressaltar que cabia aos religiosos a oferta de formação educacional às famílias de colonos. Nesse sentido, a atuação das congregações não se restringiu ao compromisso religioso e foi responsável por instruir os filhos das famílias migrantes seguindo as concepções dogmáticas e filosóficas de cada congregação. Quanto aos indígenas, as ordens religiosas desenvolveram um trabalho visando a desconstrução radical de sua cultura, o que, conforme Silva (1976), ocorreu através da retirada dos mesmos de seus aldeamentos, incentivando a formação de ocupações nas porções urbanizadas da cidade e também através da conversão ao cristianismo, com o ensino dos dogmas através da catequese, o que tornou possível o ensino da língua portuguesa e o ensino de ofícios para que os indígenas fossem inseridos nos mais variados postos de trabalho em regime de servidão.

Evidentemente, toda essa inserção e atividades desenvolvidas pelos religiosos eram subsidiadas pela Coroa Portuguesa através das cômputas X, que se tratava de um fomento inicial específico em forma de pensão, destinada a cada congregação, que também recebia do governo português a autenticação dos poderes de natureza temporal e espiritual. Assim, de acordo com Silva e França (2020), a primeira ordem a chegar ao Grão-Pará foram os Franciscanos da Província de Santo Antônio, instalando-se onde hoje se encontra o bairro do Una, local onde fundaram um hospício e iniciaram suas atividades de catequese.

No ano de 1626, a congregação passa a se localizar no centro da cidade, onde se construiu um convento, passando a ofertar também formação de caráter educativo através do ensino da escrita, da leitura e operações numéricas utilizadas para o dia a dia. A partir da construção de seu convento, os Franciscanos mobilizaram missões que vieram a estabelecer também no Marajó. Posteriormente, chegaram ao solo paraense os Carmelitas, mais exatamente no ano de 1637, quando estabeleceram também um convento e iniciaram suas atividades de apoio espiritual, exercício da religiosidade católica e formação educativa com o oferecimento dos cursos de primeiras letras, teologia, filosofia, moral, solfejo e cantochão. Em direção aos aldeamentos, os Carmelitas chegaram a manter escolas que ofertaram aulas de escrita, leitura e até mesmo música.

É possível perceber que o fomento às missões cristãs foi uma forma de assegurar a presença do Estado no cumprimento de funções em um momento em que as terras colonizadas ainda estavam sendo desbravadas, ou seja, em um momento em que ainda não era interessante um aparato maior do Estado português em outro continente. Foi um período em que se privilegiou o uso da força militarizada e a sobreposição cultural através da fé, com uma nova construção amparada no ensino de uma religião cristã, que a partir do contato se fazia oficial, bem como através da formação para o trabalho.

A partir de 1639, em uma das expedições de Pedro Teixeira vindo de Quito, capital do Equador, chegam a Belém os primeiros sacerdotes da ordem de Nossa Senhora das Mercês, padre Pedro de La Rua Cirne e padre Alonso de Amirjo. Segundo Castro (1968), a fixação do Mercedários foi possível graças à doação de um terreno situado no bairro da Campina, juntamente com sete vacas, que marcam o início da criação de gado, que também foi uma forma de subsídio encontrada pelos religiosos, que já em março de 1640 conseguem inaugurar o convento da ordem.

Vindo de uma missão exitosa em Quito voltada para inserção e formação educacional, os Mercedários semearam na cidade de Belém novamente uma experiência curricular importante, destacando-se, segundo Castro (1968), por contar com biblioteca de vasto acervo nos campos das ciências humanas, sociais, naturais, além de teologia, direito canônico, filosofia e clássicos da literatura europeia. Mesmo com a dissolução da União Ibérica em 1640, a ordem recebe de Dom João IV um alvará autorizando a presença e continuidade do trabalho desempenhado; assim, a congregação também pôde expandir sua presença a alguns vilarejos mais afastados, levando os saberes educacionais e saberes da doutrina cristã.

A Companhia de Jesus também passou a se fazer presente no território belenense a partir de 1653, com a chegada dos padres João Souto Mayor e Gaspar Cardoso, oriundos de missão presente no Maranhão. É importante frisar que o início da missão jesuítica se dá restritamente ao compromisso educacional, ofertando ensino para os sujeitos em idade de escolarização. I. C. Silva (2020) destaca que os jesuítas deixaram como marca uma intensa preocupação e atuação no cenário formativo; através dos mesmos, surgiu o Colégio de Santo Alexandre de Belém, onde eram ministradas aulas de latim, teologia, filosofia, escrita e leitura, além do ensino da doutrina cristã e também da formação em artes e ofícios, de onde saíram artífices da escultura, da carpintaria, da alfaiataria, entre outras formações.

Os moldes da educação europeia, em especial a destinada pelos portugueses à sua colônia na América do Sul seguiu oportunizando formação intelectual e de mão de obra que, como em outras congregações religiosas, objetivaram transformar o cenário de um espaço recém-colonizado, propiciando as transformações que o Estado necessitava, criando inclusive estrutura para que outras famílias portuguesas viessem aqui se fixar e interagir dentro das atividades econômicas já desenvolvidas ou com potencial para se desenvolverem. Nesse sentido, a estrutura e o próprio trabalho desempenhado pelos religiosos da Companhia de Jesus foram de profundo impacto tanto no Grão-Pará quanto no Maranhão, atuação que foi interrompida em 1759 com a expulsão dos jesuítas do território brasileiro.

Diante da extensão do território paraense, acabou sendo um processo natural que as missões religiosas não ficassem concentradas somente em Belém e circunvizinhanças, pois havia a necessidade de povoar e explorar o potencial das novas terras. Assim, já com bases sólidas em Belém, os grupos religiosos resolvem intensificar o contato em terras mais distantes, continuando a estabelecer a fé cristã aos indígenas e as instruções de leitura, escrita e formação para o trabalho.

Sobre isso, o jornal *O Paracauary*, na coluna “A História de Soure”, destaca a chegada e a instalação de várias ordens religiosas na ilha do Marajó.

Em 1696, os frades de Ordem das Mercês (Mercedários), seguidos pelos Carmelitas e Jesuítas, instalaram currais nas terras próximas do rio Arari. Depois da instalação destes muitos outros foram criados desenvolvendo-se assim a pecuária marajoara. É inegável a participação das ordens religiosas na ocupação da Ilha do Marajó (*O Paracauary*, 1984a, p. 7).

Estes religiosos fundaram igrejas, próximas das aldeias indígenas, que se tornam sementes de vários povoados e vilas. Dessa forma, compreendo que, com a chegada dos Mercedários, Carmelitas e Jesuítas, o catolicismo passa a ser difundido na cidade de Soure. Além disso, inicia-se também a cultura da pecuária como um determinante para a ocupação do solo marajoara. Vale mencionar que, posteriormente, a pecuária passa a ser uma atividade econômica significativa que perdura até os dias atuais no arquipélago do Marajó, sobretudo, no Marajó dos Campos.

Ainda sobre a expansão do catolicismo no arquipélago do Marajó, destaco como marco significativo a realocação da capela e construção da primeira igreja de Soure, construída pelos jesuítas. Sobre esse fato, o jornal *O Paracauary* apresenta informações importantes, tais como a decisão do Padre Antônio Vieira em mudar de local a 1ª capela que existia. A esse respeito, *O Paracauary*, na sua coluna “A História de Soure”, capítulo IX, evidencia que:

Depois de nascida a primeira luz do catolicismo na atual cidade de Souré, os tempos mudaram, e no início do século XVII a Irmandade dos Carmelitas de Jesus, foi substituída pela Irmandade da Companhia de Jesus (Jesuítas, Antônio Vieira, grande pregador, o Apóstolo da Amazônia, o pacificador dos Aruans, esteve nesta cidade), que achou por bem abandonar o local onde estava instalada a 1ª capela, visto como a orla marítima que servia de ancoradouro, era muito exposta ao vento da Baía de Marajó, e que maltratava as suas embarcações, e desta maneira, resolveram procurar um local mais resguardado das intempéries, se localizando no início da 2ª rua de Soure (atual), na curva do desaguamento do rio Paracauary – rio que banha a cidade de Soure-, e aí iniciaram a grande obra de catequese dos colonos e das tribos existentes no local (*O Paracauary*, 1985, p. 6).

A catequização do Marajó se inicia com a Companhia de Jesus, que teve a árdua missão de catequizar/colonizar a população indígena marajoara, que muito resistiu às investidas dos jesuítas. Destaco nesse contexto a figura do Padre Antônio Vieira<sup>17</sup>, padre missionário, que foi um grande defensor dos indígenas Aruans, que tinha como intenção trazer para o território marajoara os saberes da fé e dos estudos católicos.

Propiciou assim uma alquimia de desconstrução cultural pelos novos dogmas de um catolicismo oficializado à força e apresentado como salvação aos impuros, como eram considerados os indígenas pelo colonizador. À imposição dessa nova fé, somavam-se a nova língua e os costumes do homem branco, subalternizando as construções identitárias seculares dos povos indígenas marajoaras, seja pela imposição cultural ou pela força militarizada.

Mais tarde, com a Reforma Pombalina, uma das reformas do Marquês de Pombal ocasionou a expulsão dos Jesuítas do Brasil, e no arquipélago do Marajó não foi diferente, o que trouxe consequências vitais para o processo de cristianização marajoara, tais como a dispersão dos indígenas e interrupção do culto católico. A esse respeito, o Professor Agenor Sarraf Pacheco explicita que *“a expulsão da Companhia em 1759, até o início das políticas de recristianização, iniciadas nas últimas décadas do século XIX, com novas ordens vindas da Europa, como a dos Agostinianos Recoletos que chegaram ao Pará em 1899, assumindo, a partir de 1930, a região marajoara”* (Pacheco, 2009 a, p.83, grifo meu)

A decisão pela retirada dos jesuítas do território brasileiro demonstra a face promulgada pelas mudanças direcionadas pelo Marquês de Pombal, visando oficializar o Estado como mantenedor do sistema. Com isso, a chegada dos Agostinianos Recoletos nos Marajós dos Campos e Florestas se estabelece como uma renovação na contemporaneidade, que *“realça o extraordinário encontro de povos postos em cena pelo ‘descobrimento’ e colonização efetuada pelos portugueses na ‘sua América’”* (Pacheco, 2009 a)

Com isso, culturas diferentes refazem valores, recriando códigos de comportamentos e sistemas de crenças. Mesmo que a região já estivesse experimentado, em outros tempos, a chegada de religiosos colonizadores de outras ordens, os Agostinianos Recoletos atuaram em quase toda a vasta planície marajoara alcançando construções, projetos assistenciais, articulações e enfrentamentos políticos que remodelaram significativamente os modos de vida da região (Pacheco, 2009 a)

---

<sup>17</sup> Foi uma figura das mais influentes do século XVII em termos de política e oratória, destacou-se como missionário em terras brasileiras. Nesta qualidade, defendeu incansavelmente os direitos dos povos indígenas combatendo a sua exploração e escravização e fazendo a sua evangelização. Era por eles chamado "Paiçu" (Grande Padre/Pai, em tupi). Na cidade de Belém foi preso na igreja de São João por causa de sua pregação contra a escravidão dos índios (Informação retirada de cartaz disposto na entrada da Igreja de São João em Belém-PA).

### 3.2 A Prelazia e a missão de evangelizar o Marajó

A organização geográfica considera o conceito de território como uma área delimitada por fronteiras, entretanto, nem sempre essas fronteiras são visíveis ou bem delineadas. De modo análogo ao conceito de território, a Igreja Católica organiza e divide o território visando repartir as responsabilidades e garantir a eficácia da missão evangelizadora. Dessa forma, estabelece uma geografia própria da Igreja Católica. Assim, a Santa Sé<sup>18</sup> define as áreas de acordo com a relevância, localidade e o número de devotos.

Em síntese, para gerir a Igreja Católica pelo mundo, organizam-se regiões autônomas denominadas de dioceses<sup>19</sup>, arquidioceses<sup>20</sup> e prelazias, sendo esta última o cerne desse estudo. A prelazia é um tipo de circunscrição eclesiástica erguida para atender às necessidades peculiares em um território. As prelazias são similares às igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprio; o conceito de “igrejas particulares” no Direito Canônico<sup>21</sup> define que estas constituem a una e única Igreja Católica. O pastor próprio das prelazias é o prelado que, em geral, pode ser ordenado bispo, e nomeado para uma ser titular em caráter temporário ou vitalício, conforme estabeleçam os estatutos próprios da *prelatura* ou prelazia.

Para a Igreja Católica, era fundamental a criação de Prelazias, já que, através destas, o poder clerical funcionária de forma descentralizada; em consequência disso, a sua capacidade de eficiência seria ampliada, já que cada prelazia é responsável por um número determinado de Igrejas pertencente à mesma região territorial. Desse modo, a prelazia representa um dispositivo de administração da Igreja Católica que funcionava como uma possibilidade de estar mais próximo das Igrejas que se localizam em territórios distantes da capital.

Na Amazônia, as prelazias se concentram em cidades interioranas, a Prelazia do Marajó, por exemplo, terá sua sede na cidade Soure, a aproximadamente 100 quilômetros de distância de Belém, capital do estado do Pará. Em outras palavras, a Prelazia se estabelece em lugares distantes, onde as condições de vida são vulneráveis e há ausência de sacerdotes

---

<sup>18</sup> É a sede (Sé) da Igreja Católica, onde governa o sucessor de Pedro, o bispo de Roma, nosso Papa. O Estado da Cidade do Vaticano, que fica em Roma, é o território onde a Santa Sé é soberana (Vaticano, [20--]).

<sup>19</sup> Dioceses são as igrejas particulares que estão em plena comunhão com a Santa Sé. Em outras palavras, as dioceses são unidades territoriais governadas por um bispo, legítimo sucessor dos Apóstolos (Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, [20--]).

<sup>20</sup> Arquidioceses são dioceses de maior importância, devido ao seu tamanho ou à sua história. O bispo que comanda uma Arquidiocese recebe o título de Arcebispo. Em geral, ele lidera outros bispos auxiliares, que lhe ajudam no pastoreio daquela região. Informação retirada do site (Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, [20--]).

<sup>21</sup> Direito Canônico é o conjunto de leis que rege a estrutura institucional da Igreja Católica Apostólica Romana. Ele regulamenta todos os segmentos da vida eclesiástica; sua organização, governo, ensino, culto, disciplina e práticas processuais (Pretti; Colentino; Silva, 2023).

(Mélcon, 2010). Essas dificuldades listadas inviabilizavam justamente a evangelização quando o trabalho está somente a cargo da Diocese.

Assim, as prelaças se espalharam ao longo do Brasil inteiro; no estado do Pará, há as prelaças de Bragança, de Altamira, de Itaituba, do Alto do Xingu e do Marajó, sendo esta último o foco desse estudo. Diante disso, compreendo que, historicamente, “a criação de novas prelaças está relacionada à chegada de muitas congregações religiosas vindas da Europa, primeiro pelo reavivamento do elã missionário e conseqüentemente a reorganização das antigas ordens e nascimento de novas congregações” (Hoornaert, 1992, p. 354).

A criação das prelaças se articulou com a chegada de missões religiosas oriundas da Europa pelo reavivamento do espírito missionário, nascimento de novas ordens e congregações diante de uma onda anticatólica e outras denominações religiosas que dispersavam os religiosos, isto é, as prelaças possibilitavam clareza e abrangência territorial das ações missionárias, oportunizando assim que a Igreja Católica estivesse mais perto de seus fiéis e retomasse a sua hegemonia.

O estabelecimento de uma prelazia em determinado território trazia para os religiosos vantagens significativas, uma vez que viabilizava um espaço onde a instituição religiosa pudesse exercer suas atividades pastorais e missionárias de forma mais autônoma, já que esta assegura que a igreja esteja mais próxima do povo. Outro fator importante para que as prelaças se estabeleçam em alguns locais era a escassez da população e a precariedade dos meios de comunicação nos territórios mais longínquos. Além disso, é importante ressaltar a ausência de um quantitativo de sacerdotes que se ocupassem da prática sacramental, a presença de outras religiões dominando certos territórios e a maior facilidade de aquisição de recursos.

Percebe-se então que prelaças apresentam importância religiosa, gestora e organizacional para a Igreja Católica em determinada região, congregando responsabilidades clericais, sociais e ideológicas, que apontam para um protagonismo que vai além do âmbito religioso, principalmente em territorialidades onde a presença do Estado se faz discreta ou apresenta inconsistência. Também não deve passar despercebido que, se outrora o catolicismo era semeado com grande abrangência em várias localidades, hoje a religião convive com o crescimento significativo de outras vertentes religiosas, fato que passou a exigir também a habilidade política da autoridade católica no balanceamento de forças e interesses.

Diante desse cenário, a Prelazia do Marajó foi criada em 14 de abril de 1928, pela Bula *Romanus Pontifex* do Papa Pio XI, sendo assim desmembrada da Arquidiocese de Belém do Pará. Foi confiada pela Santa Sé na época aos cuidados da Província São Tomás de Vilanova, da Ordem dos Agostinianos Recoletos. Contudo, somente em 19 de outubro de 1930, o Pe.

Gregório Alonso, acompanhado de Pe. Luis Atienza, tomava posse da Prelazia do Marajó em Soure, como seu primeiro administrador apostólico (Millán, 2013, p. 5).

Inicialmente, a Prelazia do Marajó tinha sob sua jurisdição os povoados de Soure, Salvaterra, Monsarás, Joanes e Chaves, na parte dos Campos, e Breves, Anajás e Afuá, na parte das florestas. A respeito disso, Mélcón salienta que:

No momento de sua criação, a extensão territorial da Prelazia do Marajó, era 53.000, ocupava quilômetros apenas três quartas partes da grande ilha de Marajó. Depois o arquipélago ficou dividido em duas Prelazias: A de Marajó, confiada aos padres agostinianos recoletos e a de Ponta de Pedras, entregue aos Padres Jesuítas. Os geólogos dão a ilha uns 42.000 quilômetros quadrados. Desses 14.696, pertencem a de Ponta de Pedras e os 27.304 restantes correspondem à Prelazia do Marajó. Posteriormente, esta foi aumentada com as ilhas de Caviana e Mexiana, parte setentrional da desembocadura do Rio Amazonas e do arquipélago de Jurupari (Mélcon, 2010, p. 119).

Assim, é possível verificar que as prelazias desempenhavam um trabalho de adentrar profundamente nos interiores do Brasil; no caso da Amazônia marajoara, entrou-se em contato com populações, principalmente tendo que contornar muitas dificuldades oferecidas pelas particularidades da floresta, do clima equatorial e dos rios da região.

De acordo com Pacheco (2009 a, p. 112), embora tenha sido criada em 1928 pela Bula *Romanus Pontifex* do Papa Pio XI, a Prelazia do Marajó só iniciou as suas atividades em 1930, quando Dom Alonso foi nomeado primeiro bispo do Prelado do Marajó. Nestes tempos, Soure respondia por Salvaterra, da qual se desmembrou só em 1949, passando a ter comunidade agostiniana própria. A Breves, a Ordem chegou em 1940, passando a responder por Anajás, Afuá e parte de Chaves. A partir de 1946, quando os padres da Ordem se instalaram em Afuá, Chaves e parte de Anajás foram transferidas para esta nova paróquia. Assim, parte de Anajás ficou sob a responsabilidade de Breves e a outra, sob a direção de Afuá, também respondendo por Chaves.

Após o período de fixação, os religiosos costumavam criar laços com a população local, amparados na devoção católica e na formalização dos autos da religião. Desse modo, os agostinianos recoletos foram intensificando a presença da Igreja Católica no território marajoara e subsidiando a relação desta com seu povo, uma vez que essa relação sempre foi de fundamental importância para a manutenção do catolicismo diante da presença crescente de outras religiões, tais como as pentecostais e as religiões de origem indígenas, caboclas e afrodescendentes, muito recorrentes na região marajoara.

Tempos depois, os municípios de Portel e Melgaço foram incorporados à Prelazia do Marajó

No dia vinte e dois de fevereiro de 1964, o Núncio Apostólico no Brasil, cumprindo um decreto publicado pela Santa Sé no dia dezoito de novembro de 1963, incorporou a Prelazia de Marajó os municípios de Portel e Melgaço, situados no continente, e que também pertenciam à Arquidiocese de Belém e parte da Prelazia do Xingu. Foram mais de 53.000 quilômetros quadrados. Desta forma, sua extensão passou a ser aproximadamente 105.000 quilômetros (Mélcon, 2010, p. 119).

Em uma demonstração de sua atualização com o crescimento populacional e com as transformações ocorridas no espaço regional, a Igreja Católica atua também redimensionando sua teia organizacional. O surgimento de novas prelazias ou a incorporação de novos municípios a uma determinada prelazia aponta o interesse e a necessidade de vivenciar atentamente os desdobramentos de uma sociedade que se transforma, seja no contexto geográfico seja no contexto social e cultural.

Segundo Correa (2007), a Igreja Católica precisou se reorganizar tanto no período áureo da exploração da borracha amazônica, quanto na fase desenvolvimentista impulsionada pelo governo federal, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, criação da Zona Franca de Manaus e instalação dos grandes projetos de mineração e geração de energia. A cada ciclo de crescimento e de explosão populacional, a Igreja Católica, atenta a esses movimentos, também conduziu processos de reorganização, para que sua presença pudesse se manter notada e atuante.

Atualmente, a Prelazia do Marajó é composta por nove municípios: Anajás, Afuá, Bagre, Chaves, Breves, Melgaço, Portel, Salvaterra e Soure, onde está localizada a sua sede, a Catedral e Cúria da Prelazia. Logo abaixo apresento um mapa que elucida a organização da Prelazia do Marajó em regiões pastorais.

**Figura 10** - Mapa de delimitação territorial da Prelazia do Marajó

Fonte: Ordem dos Agostinianos Recoletos ([20--]).

O mapa da Figura 10 apresenta os 9 (nove) municípios que compõem a Prelazia do Marajó, subdivididos em regiões pastorais. Vale mencionar que essa organização em regiões é uma disposição da Igreja Católica, manifestando-se da seguinte forma: dos campos (Soure e Salvaterra); região norte (Afuá, Anajás e Chaves) e região das ilhas (Bagre, Breves, Melgaço e Portel). Frei Thiago Coelho<sup>22</sup>, em sua entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2020, ao site da Ordem dos Agostinianos Recoletos ([20--]), quando discorreu sobre a atuação da Prelazia do Marajó, narra que atualmente nos 9 (nove) municípios que compõem a Prelazia formam-se 10 (dez) comunidades paroquiais, das quais 3 (três) são comunidades Agostinianas Recoletas: Portel, Breves e Salvaterra.

O professor, historiador e pesquisador Agenor Sarraf Pacheco, em sua tese intitulada *En El Corazón de la Amazônia: Identidades, Saberes e Religiosidade no Regime das Águas*, evidencia que o nascimento da Prelazia do Marajó foi uma forma que Igreja Católica encontrou para fortalecer os sacramentos, dogmas e prescrições de um viver regrado sob a égide da instituição que se recristianizava e assumia a postura de implantar políticas de reeducação religiosa em todo o mundo. O nascimento da Prelazia do Marajó, nas palavras do Professor

<sup>22</sup> Frei Thiago Coelho é agostiniano recoleto, que atualmente está à frente da Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Salvaterra, Marajó, Pará.

Agenor Sarraf, pontua que segundo “*as crônicas agostinianas, reconstrói imagens de um tempo em que Soure parecia estar em ruínas*” (Pacheco, 2009 a, p. 114).

De acordo com Pacheco (2009 a), as ruínas explicitadas nas crônicas agostinianas se referem ao olhar da Igreja sobre o comportamento do povo marajoara e das velhas oligarquias, formadas por fazendeiros viciados em práticas de mando e desmando. Como fato marcante deste período, Dom Alonso descreve “a barbárie” que culminou na destruição da Igreja do Menino Deus, padroeiro do município, a mando do chefe político.

Pacheco (2009 a) ressalta ainda que, quando a conquista espiritual na Amazônia marajoara esteve orientada por ordens religiosas, como capuchos de Santo Antônio, Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, Mercedários, a primeira catequização legou às populações o nascimento de catolicismo moreno, de muita reza e pouco padre, muito santo e pouco sacramento, muita festa e pouca penitência, muita promessa e poucas missas.

Neste cenário, a Prelazia se instala nos Marajós, e os Agostinianos Recoletos trazem para a região um catolicismo baseado em outra orientação espiritual, na pregação do evangelho esclarecido e fundamentado nos sacramentos. Segundo Pacheco (2009 a), a pedagogia missionária dos agostinianos, ao instalar-se nos Marajós, passou a combater uma série de práticas do que considerou como resíduos de um catolicismo tradicional, ignorante, fruto muitas vezes de compósitas intermediações culturais.

O catolicismo tradicional é descrito por Pacheco (2009 a) como um dos traços do ser cultural marajoara, aquele cuja identidade se expressa pela significativa devoção e crença em uma multiplicidade de santos, deixando o Cristo, seu único senhor, às margens da religiosidade. Assim, tem-se na presença dos Agostinianos Recoletos no Marajó um instrumento também para disciplinar o catolicismo vivenciado na região, enfrentando os aspectos culturais e o sincretismo, em defesa de uma religião católica romana e fiel aos encaminhamentos do Vaticano.

Nessa conjuntura, a OAR chega para firmar-se nos Marajós, tendo Soure como sede e seu ponto de partida, sendo onde foram edificadas as primeiras propriedades da Prelazia do Marajó, onde os primeiros agostinianos recoletos iniciaram o trabalho de organização do patrimônio paroquial e onde iniciaram também o desenvolvimento das suas Obras Sociais e Educacionais, que se constituem como um dispositivo importante para alicerçar o projeto de romanização do catolicismo marajoara. Nesta direção, Pacheco (2009 a) aponta que:

Dom Alonso sinaliza problemas com as quais a Prelazia debateu-se ao longo de sua existência na região. Desse modo, assumir as paróquias que faziam parte de sua jurisdição com a posse de novos sacerdotes; combater a

ignorância religiosa nos moldes do que prescrevia o Concílio Vaticano I; enfrentar a expansão do protestantismo, criar escolas de primeiras letras que educasse para o ensino do catolicismo e construir capelas, configuram as primeiras medidas a serem urgentemente adotadas (Pacheco, 2009 a, p. 108).

Para viabilizar o projeto de romanização do catolicismo marajoara, a Prelazia do Marajó encontrou algumas dificuldades ao assumir as paróquias que lhes foram conferidas, haja vista que romanizar o catolicismo significava a desvinculação entre Igreja e Estado, e estreitar os laços com Roma, isto é, a igreja obedeceria a ordens diretas do Vaticano. Além da catequização dos indígenas, afrodescendentes e colonos, houve a tentativa do “apagamento” do catolicismo moreno, orientado inicialmente pelas ordens religiosas como capuchos de Santo Antônio, Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, Mercedários, sendo substituído pela OAR, com os princípios filosóficos educativos da reza, sacramento e penitência e missas.

Deste modo, o catolicismo praticado em solo marajoara era um catolicismo diferente das prescrições do Concílio do Vaticano. A expansão do protestantismo foi uma das adversidades encontradas pelos Agostinianos Recoletos na administração da Prelazia do Marajó. No sentido de combater as dificuldades, buscaram criar escolas de primeiras letras que educasse para o ensino do catolicismo, como é o caso do Jardim da Infância Menino Deus, que será apresentado na próxima seção, o qual foi uma das primeiras medidas urgentes a serem tomadas, compondo o conjunto de Obras Sociais e Educacionais proposto pelos agostinianos recoletos.

Diante disso, a Prelazia do Marajó ampliou as suas Obras Sociais e Educacionais por toda sua extensão territorial. A atuação dos agostinianos recoletos nos Marajós dos campos e das florestas se refletiu nas construções do patrimônio da Igreja Católica, que foi sendo construído ao longo do tempo, nos projetos assistenciais e educacionais e articulações políticas, remodelando assim o modo de vida da região.

Diante da compreensão da complexidade e particularidades do arquipélago do Marajó fez-se necessário delimitar um único município. Como já mencionado anteriormente, parti de Soure para analisar as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960. Ressalto que nos dias atuais Soure ainda é uma cidade central, haja vista que continua abrigando a sede, a cúria e a igreja matriz da Prelazia do Marajó.

Vale mencionar que a Prelazia do Marajó, nesta pesquisa, é pensada como uma instituição que se tornou um lugar educativo e foi analisada a partir de um conceito ampliado de educação, proposto por Magalhães (1999, p. 50) quando este aponta que a educação é um processo multifatorial e ininterrupto de formação e desenvolvimento do indivíduo.

### 3.3 Os Agostinianos Recoletos: uma história de missão, amor e fé

“Ante de tudo, queridos irmãos, amemos a Deus; depois, também ao próximo, porque estes são os principais mandamentos que nos foram dados” (Mt 22,36-40). Essa é a regra do nosso pai Santo Agostinho. No século XVI, alguns religiosos agostinianos da província de Castela, Espanha, impulsionados por um carisma coletivo especial, queriam viver, com renovado fervor e sob novas normas, o caminho da vida consagrada que Santo Agostinho fundou na Igreja, ilustrou com sua doutrina e exemplo, bem como ordenou em sua santa Regra. Algo semelhante aconteceu, no início do século XVII, na província agostiniana da Colômbia (Orden Agustinos Recoletos, [20--]).

Os agostinianos recoletos são herdeiros da forma de vida suscitada por Santo Agostinho (354-430) e assumida no século XIII, com espírito mendicante, pela Ordem de Santo Agostinho (Grande União de 1256). Depois de mais de três séculos de história, em 1912, foram reconhecidos pela Igreja como ordem religiosa autônoma. O seu projeto de vida é o próprio de uma ordem religiosa, suscitada sob o impulso do Espírito Santo e aprovada pela Igreja: vivendo em comunidade de irmãos, desejam seguir a Cristo casto, pobre e obediente; buscam a verdade e estão a serviço da Igreja; esforçam-se para crescer na caridade segundo o carisma de santo Agostinho e a intensidade própria da Recoleção (Orden Agustinos Recoletos, [20--]).

A Recoleção é uma atividade de formação cristã levado a cabo pelo Opus Dei, que consiste em dedicar algumas horas à oração pessoal e à meditação sobre diferentes temas da vida cristã, como virtudes, doutrina ou o bom uso do tempo (Opus Dei, 2021). Assim, a recoleção constituiu-se na nova maneira de experimentar a vida religiosa, chamando a atenção de muitos frades, de modo que, em pouco tempo, mais conventos foram fundados em toda a Espanha. Assim, no ano de 1602, a Santa Sé fechou os cinco conventos reformados e com eles ergueu a “Província de Santo Agostinho dos Frades Recoletos Descalços da Espanha”. Esses foram os primeiros passos para a construção da Ordem dos Agostinianos Recoletos – independentes, autônomos, sempre unidos espiritualmente e com o carisma de grande família agostiniana (Orden de Agustinos Recoletos, [20--]).

Desse modo, os agostinianos recoletos são os herdeiros do modo de vida inspirado em Santo Agostinho, assumido no século XIII, com espírito mendicante, pela Ordem de Santo Agostinho, com a Grande União de 1256. Depois de mais de três séculos de história, em 1912, eles foram reconhecidos pela Igreja como uma ordem religiosa autônoma. Segundo o site oficial da OAR, os agostinianos recoletos fazem parte de uma ordem religiosa formada por religiosos

e irmãos religiosos; salienta-se que todos vivem a sua vocação compartilhando uma vida fraterna em comunidade e partilhando uma missão a cumprir.

O projeto de vida da OAR está pautado no impulso do Espírito Santo e é aprovado pela Igreja. Seus votos solenes são castidade, pobreza e obediência; procuram a verdade e estão sempre a serviço da Igreja; esforçam-se para alcançar a perfeição da caridade, segundo o carisma de Santo Agostinho e a intensidade própria da Recoleção. O carisma é uma experiência do Espírito Santo que determina um modo específico de ser, uma missão e espiritualidade própria, um estilo de vida. O carisma agostiniano é o amor incondicional de Deus, que unifica almas e corações em uma vida fraterna e se espalha a todos os homens para uni-los em Cristo dentro da Igreja. A vivência do carisma assinala o vigor do Espírito Santo e os renova e impulsiona a uma formação permanente e a se colocarem a disposição do serviço na igreja (Orden de Agustinos Recoletos, [20--]).

Em síntese, a figura abaixo apresenta o carisma a partir de três palavras-chaves, as quais definem o carisma agostinianos recoleto.

**Figura 11 - O Carisma dos Agostinianos Recoletos em três palavras**



Fonte: Paróquia Santo Agostinho ([201-]).

A expressão do carisma da OAR indica um modo particular de seguir a Jesus Cristo, respondendo à vocação dos agostinianos recoletos. É formada por três aspectos constitutivos

do carisma: o amor contemplativo, o amor orientado para a comunidade e o amor difusivo apostólico.

A Ordem dos Agostinianos Recoletos atualmente está organizada em quatro províncias<sup>23</sup>: São Nicolau de Tolentino (1622) – Espanha, Taiwan, Inglaterra, México, Costa Rica, Estados Unidos e Brasil; Nossa Senhora da Candelária (1663) – Colômbia e Chile; Santo Tomás de Villanueva (1909) – Espanha, Argentina, Brasil e Venezuela; e Santo Ezequiel Moreno (1998) – Filipinas.

A província de Santo Tomás de Villanueva provém do ano de 1907, tendo sob sua administração o convento de Berlanga de Douro, as residências espanholas de Granada, Motril, Lucena e Sigüenza, mais a que foi fundada em Saragoça, além das casas do Brasil, Panamá, Venezuela, Trinidad e as da costa do Pacífico colombiano. Após três décadas de expansão, no período de 1919 a 1936, já com um número maior de religiosos, com a formação solidificada, identidade própria, a ação missionária dirige-se para os territórios de missão confiados à ordem. Dentre estas, destaco a entrada no Rio de Janeiro (1920), a aceitação das prelazias de Lábrea (1925) e Marajó (1928), as fundações Argentina, onde, entre 1925 e 1936, foram abertas casas em Hudson (1926), Buenos Aires (1928), Santa Fé (1929) e Rosário (1931); a tímida abertura do seminário de Ribeirão Preto no Brasil (1931) e a recepção de alguns aspirantes em Hudson (1932).<sup>24</sup>

No Brasil, a presença da província mudou sua aparência, favorecida pela proximidade do provincial, que, desde 1937, tinha sua sede no Leblon. As vocações indígenas estavam crescendo, havia aperfeiçoamento da vida comum, elevava-se o nível cultural dos frades. Franca (1943), Rio de Janeiro (1947), Cachoeiro e outros ministérios antigos abriram grandes igrejas, e paróquias foram aceitas em Paraguaçu Paulista (1943), Pedregulho (1946), Igarapava (1947) e outras cidades.

Os Agostinianos Recoletos chegam ao Brasil oriundos da Espanha, no navio Aquitane. Inicialmente chegam os primeiros 12 (doze) agostinianos recoletos, no Porto de Santos, São Paulo, no dia 19 de fevereiro de 1899. Em sua maioria, eram missionários das ilhas das Filipinas. O primeiro destino de trabalho foi o Triângulo Mineiro e, posteriormente, partiram para outras cidades e regiões brasileiras (Orden Agustinos Recoletos, [20--]).

Sobre esse contexto, o professor Agenor Sarraf esclarece que a vinda dos Agostinianos Recoletos para o Brasil fez parte do projeto de reconquista espiritual que cumpria desígnios

---

<sup>23</sup>Divisão territorial, política, administrativa usada em certos países. Utilizada na OAR para organizar a divisão territorial e administrativa (Orden de Agustinos Recoletos, [20--]).

<sup>24</sup>Dados extraídos do site oficial dos Agustinos Recoletos (Orden de Agustinos Recoletos, [20--]).

muito próprios, como por exemplo, as dificuldades que o arcebispado de Belém tinha em acompanhar a vida religiosa dos habitantes do vasto território paraense; a necessidade de conter o avanço do protestantismo norte-americano e a urgência em promover uma reforma na política evangelizadora para reavivar o elã missionário.

Além desta versão sobre a vinda dos Agostinianos Recoletos para terras brasileiras, há também a publicada na *Revista Santo Agostinho*, editada pela própria OAR e publicada na ocasião dos 100 anos da chegada dos Agostinianos Recoletos no Brasil (1899-1999), que apresenta uma passagem que diz: “Esta violenta intervenção estatal modificou a orientação espiritual da congregação. Até 1835 havia sido uma corporação de cunho contemplativo, com um forte espírito missionário. Agora despojada de seus conventos, converte-se em congregação de estilo apostólico” (Van Bavel, 1999, p. 31).

De acordo com essa versão acima, os agostinianos recoletos chegaram ao Brasil oriundos da grande crise do século XIX, na qual o governo confiscou 32 de seus 33 conventos espanhóis e expulsou deles seus moradores; o mesmo aconteceu na Colômbia e, sabidamente, a OAR ficou reduzida às paróquias das Filipinas.

Essas foram algumas das motivações que trouxeram a OAR para o solo brasileiro e, no decorrer de sua estada, desenvolveram diversas atividades, tais quais: dirigiram paróquias, seminários diocesanos, renovaram e organizaram santuários, restauraram e construíram igrejas e capelas, desenvolveram atividades apostólicas e missionárias, aperfeiçoaram irmandades e confrarias, e instauraram a catequese onde não se havia e fundaram escolas primárias.

Diante disso, em 1929, iniciaram o cultivo de vocações próprias e, no ano de 1960, criaram a Província Santa Rita de Cássia, uma província brasileira. Entretanto, a Província de São Tomás de Vilanova continuou com casas no Brasil e como responsável pela Prelazia do Marajó, Pará. Como bem explicita o Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus em Soure:

Entre revoltas populares e progresso da cidade, chegava à Soure, em 1930, a congregação dos Agostinianos Recoletos de Santo Tomaz de Vila Nova para reerguer a Igreja católica e sua influência na região. A construção da Prelazia do Marajó, nesse ano, foi fundamental para dar início ao processo de permanência e expansão do catolicismo no Arquipélago (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Os Agostinianos Recoletos de São Tomaz de Vila Nova chegaram na cidade de Soure em 1930, trazendo consigo uma missão desafiadora e importante para a Igreja Católica – reerguê-la e retomar influência do catolicismo na região, já que o período que antecede a sua chegada é marcado por revoltas populares e fomento de outras religiões, tais quais o protestantismo, maçonaria, cultos afrodescendentes, entre outras.

Vale ressaltar que, no Pará, a chegada dos Agostinianos Recoletos se dá alguns anos antes, quando D. Antônio Manuel de Castilho Brandão, assume o bispado do Pará, ao mesmo tempo em está submerso em algumas dificuldades, de ordem financeira e pastoral, já que não havia padres suficientes para atender às necessidades que cresciam sempre mais. Ele consegue trazer para a diocese, os padres Agostinianos Recoletos que chegaram em 1899 a Belém (Hoornaert, 1992, p. 344-345).

Inicialmente, os Agostinianos Recoletos se fixam em Belém como evidenciam as palavras do Monsenhor Leal:

Fixou-se a comunidade da Ordem Agostiniana em convento a Rua Tomazia Perdigão, antiga Rua de São João Batista, bem próxima da igreja e, enquanto alguns padres se dedicavam a ministérios ocasionais em Belém ou no interior do estado, dois deles davam assistência diária a igreja de São João que passou a ser dos padres agostinianos (Leal, 1969, p. 23).

Tendo a igreja de São João sob a sua administração, os agostinianos recoletos cuidaram com zelo da pequenina igreja e trouxeram da Espanha o culto a Nossa Senhora da Consolação. Iniciaram o culto da Sagrada Correia, a devoção a Santa Rita de Cássia, e fundaram associações religiosas e iniciaram as celebrações que se mantinham na pequena igreja de São João<sup>25</sup> (Hoornaert, 1992, p. 345). Foi atribuído aos agostinianos recoletos um prestígio significativo diante da ação missionária de criar e implementar associações piedosas e assistencialistas que nutriam a espiritualidade do laicato nas paróquias.

Além disso, os agostinianos recoletos assistiam aos enfermos, acompanhavam os mortos ao cemitério se convocados pela Cura da Sé e ajudavam nos trabalhos paroquiais do Curato da Sé. Da igreja de São João Batista saíram três bispos, que tomaram posse do bispado do Pará: Dom Frei Gregório Alonso e Dom Frei José Alvarez que assumiram as prelazias do Marajó e da Lábrea respectivamente; o terceiro, Frei Vicente Pinilla regressou a Espanha e lá foi morto martirizado na revolução comunista espanhola de 1936 (Leal, 1969, p. 24).

Diante de diversas ações edificantes realizadas na Igreja de São João que ficaram gravadas na memória de seus contemporâneos durante o tempo que lá estiveram, apresento o quadro exposto na Figura 12, o qual foi ofertado pelo padre provincial aos Agostinianos em 05 de maio de 1999, durante os festejos do centenário da chegada desses padres a Belém-Pará.

---

<sup>25</sup> A Igreja de São João Batista, também chamada de Igreja de São Joãozinho está localizada na Praça Frei Caetano Brandão, na cidade Velha-Belém -Pará, é uma igreja colonial situada na Praça do Líbano, mais conhecida como Largo de São João. Foi criada pelo italiano Antônio José Landi, é considerada a joia da arquitetura do italiano, por ser a mais diferente, pelo tamanho, porte e harmonia O que originou a atual obra foi a construção primitiva de taipa coberta de palha, datada de 1622. Um fato histórico marcante é o fato de a igreja em 1661 ter servido de prisão para o padre jesuíta Antônio Vieira por sua dedicação a causa indígena (Catedral Metropolitana de Belém, [20--]).

**Figura 12** - Quadro em homenagem aos Agostinianos Recoletos presente na Igreja São João



Fonte: Sacristia da Igreja de São João.

A tela apresentada na Figura 12 marca a presença dos Agostinianos Recoletos e os condecora pelo centenário de chegada em Belém e pelos 60 anos de serviço da igreja de São João Batista na Cidade Velha. O quadro está resguardo na sacristia da igreja de São João Batista e nele constam informações de que foi ofertado pelo Padre Provincial dos Agostinianos Recoletos em 05 de maio de 1999. Nele também se vê a imagem do Frei Vicente Pinilla, reitor da igreja na década de 1930, fundador do centro de catecismo, que funcionou até 1998, onde foram catequizadas centenas de crianças (ele é o segundo da esquerda para a direita e os demais companheiros são os advindos da Espanha.)

Em primeiro de fevereiro de 1959, os agostinianos recoletos foram transferidos para a Paróquia de São José de Queluz<sup>26</sup> e mais adiante estenderam sua ação missionária para outras áreas da região amazônica; quando o Monsenhor Frederico Costa assumiu a prelazia de Santarém, levou os agostinianos com ele e mais tarde as prelazias de Lábrea e Marajó foram entregues aos seus cuidados.

<sup>26</sup> Paróquia de São José de Queluz foi fundada em 19 de março de 1913 e está localizada na Av. Cipriano Santos, nº 311, no bairro de Canudos em Belém-PA.

Procedentes de Belém, no dia 10 de março de 1902, chegaram ao Marajó os primeiros agostinianos recoletos Pe. Sabino Canillas e o Pe. Aquilino Rubio que assumiram a administração da Paróquia de Chaves. Saliente-se que estes chegam ao Marajó anos antes da criação da Prelazia do Marajó em 1928. Entretanto, com poucos meses, este projeto pastoral acabou devido à morte em consequência da malária do Pe. Aquilino, ocorrida no dia 30 de agosto de 1902. Por conseguinte, no período de 1908 a 1920, realizaram trabalhos de evangelização em Portel e Breves os agostinianos recoletos Pe. Manuel Navascués, Pe Julián Bonafuente e Pe. Eulalio Goñi (Millán, 2013, p. 5).

À vista disso, a Ordem dos Agostinianos Recoletos chegou ao Marajó, bem antes da criação da Prelazia do Marajó, assumindo assim as primeiras iniciativas de evangelização da OAR no Marajó, as quais apresentaram muitas dificuldades, tais como: as grandes distâncias, os precários meios de transporte, o clima diferente, as doenças, entre outras. Paralelamente a isso, a coordenação eclesiástica se fazia de Belém, capital do estado, o que impunha uma distância considerável, inviabilizando a constância dos missionários e a produtividade do trabalho.

Porém, somente em 19 de outubro de 1930, dois anos após a criação da Prelazia do Marajó, Dom Gregório Alonso, missionário da OAR, chegou a Soure para tomar posse e ser o administrador apostólico da Prelazia do Marajó. Sobre este contexto, Fr. Cleto Millán, em seus escritos denominados *Marajó: uma grande aventura de evangelização*, aponta que:

Começava um projeto sério e organizado para implantar o Evangelho e construir o Reino de Deus na maior ilha fluvial do mundo. A igreja particular do Marajó começava a caminhar, sendo organizada e animada pela primeira vez de dentro da ilha. Terminava assim uma época, onde era administrada eclesiasticamente de Belém, a capital do Estado, com todas as limitações que isto implica, devido às grandes distancias que separam Belém do Marajó e a necessidade que o rebanho tem da presença permanente do pastor (Millán, 2013, p. 5).

Com o aceite de administrar a Prelazia do Marajó, os Agostinianos Recoletos da Província de São Tomás de Vilanova confirmam o seu espírito missionário, já que enfrentaram com fé e coragem o desafio de desenvolver o serviço da Igreja e do Evangelho navegando pela imensidão dos rios encontrando-se assim com a frondosidade das florestas, as grandes distâncias, o clima diferenciado, a pobreza extrema, o analfabetismo da população, as doenças a ausência de meios para combatê-las etc.

Diante dessas circunstâncias, os missionários da OAR realizavam as desobrigas<sup>27</sup> passando meses na zona rural dos municípios, administrando os sacramentos em lugares estratégicos que eram de conhecimento do povo; os missionários se sentiam no dever de ir até onde o povo estava a fim de levar a ele a Palavra de Deus e a graça dos sacramentos; com isso, a fé era vivida e partilhada no seio das famílias, e, inspirados na parábola do Bom Pastor<sup>28</sup>, os missionários iam atrás das ovelhas, levando o alimento espiritual que precisavam para a sua salvação (Millán, 2013, p. 6).

Salienta-se que nos dias atuais os agostinianos recoletos da Província de São Tomás de Vilanova continuam realizando tarefas de evangelização, assumindo três das dez paróquias da missão<sup>29</sup>. Vale mencionar que essa realidade é muito diferente de tempos atrás, quando todas as paróquias que compunham a Prelazia do Marajó eram administradas pelos agostinianos recoletos. Hoje a maioria das paróquias é dirigida por padres diocesanos, o que demonstra os frutos germinados na pastoral vocacional da Prelazia.

Enfatizo como presença marcante dessa história de amor, fé e coragem o bispo emérito do prelado do Marajó o ilustre Dom José Luiz Azcona<sup>30</sup>. Sabe-se que o agostiniano recoleto, que ainda hoje no auge dos seus 83 anos, continua cotidianamente travando uma luta incansável pela promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil e, de modo muito particular, mantém uma atitude firme de denúncia e combate à violência, à exploração sexual e ao tráfico de menores na região do Marajó, atitude essa que “pôs a sua vida em perigo” no ano de 2007, quando ele chegou a ser ameaçado de morte pelas máfias locais. Cumpre ressaltar que Dom

---

<sup>27</sup> Desobrigas é a incursão da igreja católica e/ou as viagens que os párocos realizavam pelas capelas do interior; geralmente tratava-se de regiões de difícil acesso, praticando a catequese e oferecendo os sacramentos a pagãos.

<sup>28</sup> A parábola do Bom Pastor é um texto bíblico que diz o seguinte "Eu asseguro a vocês que aquele que não entra no aprisco das ovelhas pela porta, mas soube por outro lugar, é ladrão e assaltante. Aquele que entra pela porta é o pastor das ovelhas. O porteiro abre-lhe a porta, e as ovelhas ouvem a sua voz. Ele chama as suas ovelhas pelo nome e as leva para fora. Depois de conduzir para fora todas as suas ovelhas, vai adiante delas, e estas o seguem, porque conhecem a sua voz. Mas nunca seguirão um estranho; na verdade, fugirão dele, porque não reconhecem a voz de estranhos". Jesus usou essa comparação, mas eles não compreenderam o que lhes estava falando. Então Jesus afirmou de novo: "Digo a verdade: Eu sou a porta das ovelhas. Todos os que vieram antes de mim eram ladrões e assaltantes, mas as ovelhas não os ouviram. Eu sou a porta; quem entra por mim será salvo. Entrará e sairá, e encontrará pastagem. O ladrão vem apenas para roubar, matar e destruir; eu vim para que tenham vida e a tenham plenamente. "Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas. O assalariado não é o pastor a quem as ovelhas pertencem. Assim, quando vê que o lobo vem, abandona as ovelhas e foge. Então o lobo ataca o rebanho e o dispersa. Ele foge porque é assalariado e não se importa com as ovelhas. "Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem. João 10:1-14,

<sup>29</sup> As paróquias que continuam sobre a gerência dos Agostinianos Recoletos são Salvaterra, Breves e Portel.

<sup>30</sup> Dom José Luís Azcona Hermoso, nasceu em Pamplona, 28 de março de 1940 é um religioso [missionário] da Ordem dos Agostinianos Recoletos, bispo católico, atual bispo emérito do prelado do Marajó, no estado do Pará. Uma personalidade importante e muito conhecida por seu engajamento na luta pelos direitos sociais e pela defesa das crianças marajoaras.

Azcona tem forte atuação também contra a destruição do meio ambiente e a exploração dos recursos naturais e da pesca na região (O Liberal, 2021).

Tal qual Dom José Luiz Azcona, os outros bispos que assumiram a Prelazia do Marajó também colocaram a sua vida a serviço da Igreja e da população e infância marajoara. Contudo, devido ao recorte temporal (1950 a 1960) selecionado para essa pesquisa, faz-se necessário para a análise destacar o primeiro bispo do Prelado do Marajó, Dom Gregório Alonso, uma vez que foi sob a sua direção que as Obras Sociais e Educacionais se iniciaram, com a proposição de “desenvolver atividades em favor da infância e adolescência feminina, difundindo assim a educação doméstica feminina” como bem explicita os escritos nos fins do Extrato dos Estatutos das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó (documento disponível para leitura na íntegra no anexo A).

Em síntese, as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó sob a direção do agostiniano recoleto Dom Gregório Alonso se constituíram em um conjunto de ações sociais e de práticas educativas que expressaram a influência da Igreja Católica na educação da infância na Amazônia marajoara. Com o intuito de compreender quem foi esse sujeito que se dedicou à missão de recristianizar os Marajós, assim como instruir, educar e assistir a infância e a população marajoara, apresento logo a seguir uma biografia sucinta do primeiro bispo do Prelado do Marajó, um Agostiniano Recoleta que contribuiu para a história da educação marajoara.

### 3.3.1 Dom Gregório Alonso e sua missão de consubstanciar a Prelazia do Marajó

**Figura 13** - Quadro com a fotografia de Dom Alonso



Fonte: Escola Dom Alonso – Marajó ([20--]).

Monsenhor Gregório Alonso Aparição da Consolação, chamado de Dom Gregório, foi cidadão de nacionalidade espanhola, nasceu no dia 24 de abril de 1894, em um pequeno povoado de Castelhana, Província de Guadalajara; sua escolha pela vida religiosa se deu ainda na adolescência. No ano de 1911, aos 17 anos, entrou para o convento de Berlenga de Duero da Ordem dos Agostinianos Recoletos.

Mesmo ainda não tendo concluído sua formação religiosa, foi transferido para o Brasil e, na cidade de Ribeirão Preto-SP, concluiu seus estudos eclesiásticos e foi ordenado presbítero<sup>31</sup> em 16 de maio de 1919, aos 25 anos. A celebração da sua primeira missa foi no convento de Franco onde iniciou seu trabalho de evangelização.

Aos 31 anos de idade, Frei Alonso, desembarca em Buenos Aires no dia 19 de janeiro de 1925, permanecendo nessa cidade até 1930, sendo o primeiro vigário e implantando a Ordem dos Agostinianos Recoletos, que anos mais tarde se irradiaria para outras províncias argentinas.

Contudo, com a criação da Prelazia do Marajó pela Santa Sé, em 1928, Frei Alonso foi escolhido para dirigir as atividades missionárias deste novo território eclesiástico, uma vez que ele era um padre com habilidades para coordenar, tendo em vista o bom desempenho de seu trabalho na Argentina; além disso, sua formação eclesiástica estava dentro dos novos padrões,

<sup>31</sup> Indivíduo eleito pela congregação para dirigi-la e ser seu chefe espiritual, sacerdote, padre.

isto é, foi instruído de acordo com os normas romanas, tornando-se assim um padre exemplo no tange o cumprimento das mesmas (O Paracuary, 1984a).

Quase dois anos após a criação da Prelazia do Marajó, em 19 de outubro de 1930, Dom Gregório Alonso chegou ao município de Soure para assumir a Prelazia do Marajó, sendo nomeado como Primeiro Bispo do Prelado do Marajó, com “a árdua missão de PASTORAR o rebanho da Santa Igreja, disperso na vasta ilha “BARREIRA DO MAR” (O Paracuary, 1984b). Sobre a sua chegada, foi possível identificar o seguinte registro no Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus da cidade de Soure.

Em 1930 chega à Soure o Frei Dom Gregório Alonso Aparício, agostiniano recoleto, esse ano foi marcado pela presença dos agostinianos recoletos na cidade que passaram a desenvolver várias ações missionárias, dentre as quais destacamos o ato de educar meninos e meninas e com esse objetivo na década de 1940 implantaram as escolas domésticas e a escola infantil que funcionavam na Paróquia de Soure (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

A chegada de Dom Gregório Alonso é um marco importante da presença dos Agostinianos Recoletos no Marajó, pois, com a sua chegada, iniciaram trabalhos com várias ações missionárias.

**Figura 14** - Dom Alonso e os Missionários



Fonte: Mélcón (2010, p. 142).

Dom Alonso teve como primeira missão conhecer o território que era de abrangência da Prelazia do Marajó, isto é, conhecer a realidade das paróquias marajoaras que compunham a Prelazia. Para isso, programou e executou longas viagens pelos Marajós para conhecer os

povoados e desenvolveu diversas atividades que integraram a sua missão no Marajó, com coragem e cheio de fé, como a realização de batismos e matrimônios. Tinha ainda a preocupação de organizar a vida das paróquias que compunham a recém-criada Prelazia do Marajó, que se encontravam em condições precárias, sobretudo, no que tange a estrutura.

Nessas circunstâncias, o Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus em Soure relata:

O estado da paróquia de Soure, a chegada dos Recoletos não podia ser mais triste. Uma capelinha de 8x9m, com grandes e alcançadoras fendas, devido ao desvio das paredes laterais, com só parâmetros de cada cor, já muito velha, uma só aba e um roquete, sem uma mala, gaveta ou qualquer utensílio onde guardar estes parâmetros. O padre anterior os guardava numa cômoda de propriedade dele e que dispôs quando nós chegamos. Sem caixa de Santo Olese, se mal estava esta paróquia no que diz respeito aos objetos de culto, não estava melhor na parte espiritual (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Mesmo diante de um panorama desanimador, carente de tudo, com condições precárias de estrutura física, dificuldade nos meios de comunicação e de locomoção, até mesmo dentro dos municípios, essas adversidades não foram o suficiente para desanimar o espírito forte e missionário de Dom Gregório Alonso. Sua coragem e determinação o ajudaram a modificar o quadro de abandono no qual encontrou a Paróquia do Menino Deus em Soure. Assim, empenhou-se inicialmente na construção da residência prelatícia e, posteriormente, na construção da Igreja Matriz da cidade, construindo assim um patrimônio significativo para a Igreja Católica.

Para subsidiar a cultura patrimonial eclesiástica, ele contou inicialmente com subsídios da OAR e posteriormente com a renda das festas religiosas. Em 1937, pediu ajuda ao senhor Dr. Francisco de Castro Ribeiro, que acabara de ser nomeado prefeito da cidade de Soure, utilizou-se ainda da autoridade de ser bispo do Prelado do Marajó e de sua boa relação com os políticos da cidade, de modo a conseguir fazer com que os vereadores integralizassem no orçamento do município dez contos de réis para obras da Igreja Católica (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Diante da realidade vivenciada nas paróquias marajoaras que compunham a Prelazia do Marajó, Dom Gregório Alonso acrescenta a sua missão evangelizadora – “o ato de educar meninos e meninas” – como uma das missões mais importantes do seu prelado. Com esse objetivo, na década de 1940, foi iniciada a criação de escolas domésticas, escolas infantis e escolas primárias que, mais tarde, vão compor o conjunto de Obras Sociais e Educativas da Prelazia do Marajó, que consistem em várias ações sociais e educacionais propostas,

implementadas e desenvolvidas pela Prelazia do Marajó sob a gerência dos Ordem dos Agostinianos Recoletos.

O Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus registra que Dom Gregório Alonso fundou uma escola para crianças que funcionava nos fundos da Igreja, próximo à Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, fundada na década de 1940, e ao Colégio Stella Maris em 1959 (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]). Vale ressaltar que iniciaram as atividades na cidade de Soure e ,posteriormente, estenderam-nas por toda a região do Marajó que fazia parte dos desígnios da Prelazia.

Dom Gregório Alonso fixa então a cidade de Soure como sede da Prelazia do Marajó. Sobre essa escolha, Millán (2013) relata que:

O agostiniano recoleto Mons. Gregório Alonso, coloca a sede da Prelazia do Marajó em Soure, que se encontra em um extremo do território da mesma. Talvez o motivo fosse a posição geográfica da cidade que se encontra com maior proximidade de Belém. Desta forma, era mais fácil pôr em andamento este grande projeto com menos dificuldades que se a sede central estivesse no centro geográfico da ilha. Talvez faltasse uma visão de futuro (Millán, 2013, p. 5).

A motivação para a escolha da sede da Prelazia em Soure – área que fica no extremo do território compreendido pela Prelazia do Marajó, isto é as margens do território da mesma, provavelmente essa escolha se deu por conta da distância e do acesso facilitado com a sede central da Igreja Católica em Belém, a capital do estado do Pará, prevalecendo assim o critério mais prático no momento, contudo essa escolha não é explicitada nos documentos oficiais da Cúria da Prelazia do Marajó nem no Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus. Entretanto, é claramente reprovada pelos escritos *Marajó: Uma Grande Aventura de Evangelização*, de Frei Millán, que descreve tal atitude como falta de visão futura sob a égide de considerar inoportuno a administração, com a distância de um dia da sede para a maioria das paróquias. Todavia, até os dias atuais, Soure é a cidade-sede da Prelazia do Marajó, inclusive, esse é um dos motivos pelos quais este estudo a tem como lócus.

Já com a sede da Prelazia do Marajó fixada na cidade de Soure, Dom Gregório Alonso tem como uma de suas primeiras ações a mudança da estrutura do prédio (reforma e ampliação) e do nome da igreja dedicada à Nossa Senhora de Nazaré, situada na 3ª rua da cidade de Soure. Sobre este fato, o Livro do Tombo da Paróquia do Menino Deus narra a dedicação em ampliar as instalações eclesiais.

Nos dedicamos a despertar entre o povo a necessidade de fazer obras importantes. A capela era pequena para o povo que pouco a pouco ia

frequentando os atos religiosos e além disso estava em ruínas (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Para isso, Dom Alonso lançou mão de sua persuasão, da sua influência como autoridade de Bispo do Prelado do Marajó e de sua influência diante dos políticos da cidade. Desse modo, conseguiu que os vereadores de Soure, do ano de 1937, integralizassem no orçamento do município a importância de dez contos de réis, para as obras da Igreja, como já mencionado acima (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Em consequência disso, em 1º de setembro de 1940, foi possível, mesmo que em caráter provisório, declamar a 1ª missa na nova igreja dedicada à Nossa Senhora da Consolação; afinal, era o dia da sua festa. Entretanto, nesta ocasião não houve a bênção do Templo, que só seria inaugurado no dia 19 de março de 1942, pois, embora a estrutura da igreja estivesse pronta, a torre precisava de revestimento (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Vale ressaltar que Nossa Senhora da Consolação é a patrona da Ordem dos Agostinianos Recoletos e a ela foi dedicada a nova Igreja Matriz de Soure. A substituição da santa padroeira da cidade de Soure, Nossa Senhora de Nazaré, pela santa de devoção de Dom Alonso, Nossa Senhora da Consolação, ignorando a devoção da população sourense, expressa o rigor do objetivo de Dom Alonso com o seu propósito em terras marajoaras – a romanização do catolicismo marajoara e a garantia da imponência da Igreja Católica em solos sourenses.

Não obstante, é importante destacar que a colonialidade e a soberania da Igreja Católica deixaram marcas indeléveis na formação do povo sourense. Percebe-se sua supremacia para a cidade e seu povo materializada pela vontade/escolha de Dom Alonso, que ignorou a devoção da população à Nossa Senhora de Nazaré e titulou como a padroeira da nova Igreja Matriz de Soure sua santa de devoção, Nossa Senhora da Consolação. Tal atitude se configurou como uma forma de aculturar a população sourense.

Ao impor uma nova cultura à população sourense, substituindo a santa padroeira da cidade, assim como transferindo para a Igreja a celebração das missas antes realizadas nas irmandades, expressa o rigor do seu propósito de romanizar o catolicismo marajoara. Com isso, impõe um novo padrão cultural eurocêntrico-cristão em terras marajoaras, promovendo assim a aculturação, uma vez que, frequentando e realizando as celebrações da missa dentro da igreja, os fiéis assimilavam o catolicismo romanizado, cumprindo os sacramentos, e afastavam-se do catolicismo popular.

Diante desse cenário, entendo o quanto a colonialidade se fez presente na relação de imposição da Igreja Católica em solos marajoaras, impondo um catolicismo romano pautado no evangelho e no cumprimento dos sacramentos, em detrimento do “catolicismo, moreno, de

muita reza pouco padre, muito santo pouco sacramento, muita festa pouca penitência, muita promessa poucas missas” (Hoornaert, 1992, p. 306), praticado nos Marajós desde a primeira catequização, quando a conquista espiritual amazônica se misturou com outras relações com o sagrado já existentes em terras marajoaras.

Nessa direção, conceituando a colonialidade, Maldonado-Torres (2007) pontua que:

A colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Desse modo, posso vislumbrar a colonialidade expressa nas exigências de Dom Alonso para com o povo sourense, tais como a definição na sua relação com o sagrado, por exemplo, descolando para as margens a devoção aos santos e as festas em torno destes, que são uma marca do ser cultural marajoara (Pacheco, 2009), ao passo que centralizava os sacramentos que colocam a fé em Jesus Cristo como único Senhor e Salvador.

Essas práticas eram facilitadas pelo fato de Dom Alonso ser um homem carismático, com um grande poder de persuasão, trabalhador e muito simples, além de, mesmo sendo um estrangeiro, conseguir tornar-se um mito, como é conhecido e lembrado em Soure. O ápice da sua aceitação e carisma se materializa no dia 19 de março de 1940, quando, às 07h da manhã de um dia muito chuvoso, Dom Alonso iniciava a cerimônia de inauguração e bênção da Igreja Matriz de Soure. Apesar da chuva, grande parte da população se fez presente nessa cerimônia. Sobre esse acontecimento, o Livro do Tombo da Paróquia do Menino Deus em Soure relata que:

As 07:00hs da manhã o Hilmo Sr. Prelado acompanhado de dois padres e algum povo, pois foi uma manhã muito chuvosa, fez a bênção do templo. Porém o ato solene da inauguração consistiu na grande procissão Eucarística que se realizou as 08:00 dirigiram-se para a capela de São José de Mundim as irmandades, os alunos de todas as escolas da cidade e uma grande massa (povo) de onde assistiram a primeira missa celebrada naquela nova capela. Terminado a missa organizou-se a procissão com rumo a nova igreja. O Hilmo Prelado levava nosso Senhor Sacramentando e o povo todo acompanhava cantando hinos religiosos com fé e entusiasmo.  
.....o local embora grande ficou repleto de fiéis que assistiram reverentes a bênção dada com o S. S. Sacramento (Paróquia Menino Deus em Soure, [19-]).

O carisma e a persuasão de Dom Alonso colaboraram para que a população marajoara participasse com mais frequência dos atos religiosos, como a Santa Missa, e principalmente o

cumprimento dos atos sacramentais, tais como: o batismo, a eucaristia, a crisma, a penitência, a unção aos enfermos, a ordem e o matrimônio.

Paralelamente às ações missionárias e eclesiais, Dom Gregório Alonso possuía também uma outra preocupação – a construção de residências prelatícia. Para isso, empenhou-se significativamente e efetivou a produção de uma cultura patrimonial em Soure. Os vestígios disso estão materializados num vultoso conjunto de prédios que ocupa o quarteirão inteiro da 3ª rua da cidade de Soure.

Os prédios prelatícios são compostos: pela Igreja Matriz; pela casa que abriga as irmãs da Divina Graça, prédio onde funcionou a Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação; por um imponente Salão Paroquial, onde funcionou o único cinema que a cidade de Soure teve; pela Paróquia do Menino Deus; pelo Seminário São José; e pela Cúria da Prelazia do Marajó. À vista disso, a Figura 15 permite visualizar a Igreja Matriz e o Salão Paroquial.

**Figura 15** - Igreja Matriz e Salão Paroquial de Soure



Fonte: Mélcón (2010, p. 142).

Com a grandiosidade dos prédios prelatícios, Dom Alonso revigora na cidade o poder eclesial através da cultura patrimonial da Igreja Católica, o que contribuiu para que ele se torne uma figura importante na sociedade sourense, chegando a ser considerado uma figura mítica e sendo referenciado por moradores antigos de Soure. Obteve também influência sobre

os políticos da cidade e participou ativamente da vida social da cidade, chegando a receber o título de cidadão honorífico.

Em 1953, na ocasião da comemoração do 25º Aniversário das Atividades dos Padres Agostinianos Recoletos no município de Soure, houve a construção de um monumento, representando a Cruz de Cristo, na quadra entre 6ª e 7ª ruas, com a 13ª e 14ª travessa, bairro Centro, registrando assim o importante trabalho de evangelização exercido pelos Agostinianos Recoletos na cidade de Soure (Paróquia do Menino Deus em Soure, [19--]). A figura abaixo apresenta os detalhes do monumento:

**Figura 16** - Cruz de Cristo erguida em homenagem ao 25ª Aniversário das Atividades dos Padres Agostinianos à frente da Prelazia do Marajó



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

A placa na parte de baixo da cruz erguida em homenagem ao 25ª Aniversário das Atividades dos Padres Agostinianos à frente da Prelazia do Marajó menciona o ano de 1928 – ano da criação da Prelazia do Marajó. Contudo, vale salientar que, somente em 1930, Dom Alonso Gregório chegava a Soure para iniciar as atividades da Prelazia do Marajó. Observou-se assim uma lacuna de dois anos entre a criação da Prelazia do Marajó até o início das suas atividades.

Em síntese, Dom Alonso Gregório chegou em Soure em 1930, quase dois anos depois da criação da Prelazia da Marajó e deu início às atividades missionárias. Após 35 anos de gestão

prelaticia e de um trabalho apostólico carregado de méritos e com extrema estima do povo marajoara, sobretudo, os sourenses, em 4 de junho de 1965, aos 71 anos e com a saúde já debilitada, renuncia ao bispado da Prelazia de Marajó e passa a viver retirado á “solidão”, no Rio de Janeiro, vivendo apenas em oração.

Na ocasião da sua renúncia, Dom Alonso se despediu com as seguintes palavras:

Meus filhos, faz trinta e cinco anos que estou entre vós. Consagrei meus trabalhos e minha ilusões para a vossa salvação e para que amásseis muito a Jesus e Maria. Já tenho setenta e dois anos. Sou um pobre velho e minha saúde não é suficiente para atender às vossas necessidades. Não posso fazer as viagens missionárias pelo interior da nossa ilha. Considerando isto, pedi reiteradamente ao Santíssimo Padre o Papa para que fosse substituído por outro mais jovem e de maior vigor que eu. [...] Acabei minha missão. Vou-me filhos meus, porém, meu coração fica convosco. Desejei sempre morrer em Marajó, mas não sendo possível, morrerei ao menos amando o Marajó (Mélcon, 2010, p. 163).

Seu pronunciamento reconhece suas limitações e demonstra profundo carinho pelo Marajó e seu povo. Em consequência do seu trabalho e dedicação no dia do seu embarque teve calorosa e apoteótica despedida, prova do quanto estava no coração daquela gente (O Paracuary, 1984b, p. 11). Ele se despediu deixando um significativo e valoroso legado, sendo substituído pelo Frei Dom Alquilio Alvarez, após tê-lo elevado à função de Monsenhor, exatamente no dia 3 de setembro de 1965.

Saliente-se que Dom Alonso se empenhou em diversas áreas que considerava importantes para a missão de evangelizar e ajudar aos pobres diante de suas vulnerabilidades. Na área da saúde, por exemplo, inaugurou a “Casa de Saúde Círculo Operário”<sup>32</sup>, que anos depois veio a tornar-se o Hospital Municipal Menino Deus, o único hospital da cidade de Soure. Na educação, por sua vez, construiu uma escolinha que iniciou suas atividades com Jardim da Infância Menino Deus, funcionando inicialmente nas dependências da Paróquia do Menino Deus – da qual apresentei uma foto no início desta sessão –, posteriormente tornando-se o atual Colégio Stella Maris<sup>33</sup>. No aspecto cultural, auxiliou a construção do primeiro e único cinema que a cidade de Soure teve, o qual recebeu a denominação de Auditório “Santo Agostinho”. Ao todo, colaborou ainda de forma intensa na formação e profissionalização de jovens, promovendo oficinas, cursos e atividades educativas voltadas para o mercado de trabalho.

---

<sup>32</sup> Casa de Saúde do Círculo Operário ofertava serviços de saúde básica a mulheres e crianças nos tempos em que ainda não existia posto de saúde nem médicos a serviço, oficialmente instalados na cidade de Soure. Trataremos dela com mais profundidade, já que se constitui como uma das Obras Sociais e Educativas da Prelazia do Marajó mais à frente na quinta sessão desta tese.

<sup>33</sup> É a primeira escola privada católica da rede agostiniana de ensino da cidade de Soure e da Amazônia.

Foram inúmeras Obras Sociais e Educacionais oportunizadas durante o seu prelado. Sobre isso, o jornal *O Paracuary* apresentou na sua coluna “Valores Humanos”, o texto intitulado *O passado de Dom Alonso*, que evidencia que ele:

Criou o CORO DOS ANJOS (catequese infantil); cursos preparatórios para a 1ª Eucaristia; a Arquiconfraria da Consolação. Implantou o Círculo Operário, sociedade beneficente com atendimento, médico-odontológico gratuito, distribuição de leite a crianças menores de 2 anos; curso noturno de alfabetização de adultos, cesta de Natal completa as pessoas mais carentes. A Casa de Saúde com serviço ambulatorial e pequenas internações. Seu ideal, podemos dizer, foi concretizado, pois no mesmo prédio funciona hoje o atuante Hospital Menino Deus. Implantou a BOA IMPRENSA cujo objetivo era formar jovens para o serviço doméstico. A continuidade desta obra está sendo feita através da ESCOLA DOMÉSTICA (O Paracuary, 1984b, p. 11).

Administrado por seu sucessor, Dom Alquilio Alvarez, segundo bispo do prelado do Marajó, o jornal destaca várias ações desenvolvidas por Dom Alonso: 1) Implantação do Círculo Operário; 2) Sociedade Beneficente em Atendimento Médico e Odontológico; 3) Distribuição de leite; 4) Cursos noturnos de alfabetização de adultos; 5) Cesta de Natal para pessoas carentes; 6) Criação de ambulatório para pequenas internações, entre outros.

É certo que a presença do Dom Gregório Alonso movimentou o povo de Soure não só com a criação de diversos mecanismos que visavam educar, assistir e proteger a infância e/ou a população marajoara, como também com o fomento de uma educação religiosa, apoiada na Mãe da Consolação e em Santo Agostinho, de modo a garantir uma melhor formação cristã de seu rebanho. Ele trouxe para Soure as Irmãs Agostinianas, que vinham com toda a “força” dedicar-se ao trabalho missionário e mais tarde assumiram a direção do Colégio Stella Maris, onde permanecem até os dias atuais.

Além das obras mencionadas acima, Dom Gregório Alonso se esforçou muito para levar para a cidade de Soure o Curso Ginásial, que corresponde ao atual Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano). Para conseguir esse feito, utilizou de seu prestígio e influência com as autoridades municipais e estaduais, como bem evidenciam os relatórios anuais do movimento das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó.



**4 SEÇÃO IV:  
AS OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA  
PRELAZIA DO MARAJÓ E A INFÂNCIA  
MARAJOARA**

*Capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente de seu desenvolvimento integral, tornando-o consciente de sua energia e estimulá-lo a desenvolver suas capacidades.*

(Dom Alquilio *apud* Mélcon, 2010, p. 275).

Com a intenção de converter a população e a infância sourense ao catolicismo romano, a Igreja Católica em solo sourense, através da Prelazia do Marajó, desenvolveu obras educacionais que propunham a educação primária e práticas educativas pautadas na educação para o lar. Diante dessas circunstâncias, visava o desenvolvimento integral dos indivíduos, uma vez que os tornava conscientes e assim desenvolviam suas capacidades.

A mais importante virada na dinâmica da evangelização oficial da Amazônia se operou quando a Igreja deixou de apoiar incondicionalmente os projetos do Estado e de apoiar-se no Estado para realizar seus projetos, embora a Igreja da Amazônia tenha assinado importantes projetos com a Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), conseguindo desta forma dinheiro público para os seus estabelecimentos próprios, como colégios, escolas, hospitais, orfanatos, centros sociais e oficinas (Hoornaert, 1992, p. 396).

Neste contexto, a Prelazia do Marajó, especialmente no período de 1950 a 1960, foi muito beneficiada com convênios, como bem demonstram os relatórios anuais das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó disponíveis no acervo da Cúria da Prelazia do Marajó. Diante disso, apresento nesta seção as obras educacionais propostas pela Prelazia do Marajó, isto é, escolas criadas para difundir uma educação pautada em práticas educativas centradas na doutrina da fé católica. Abordo primeiramente o Jardim da Infância Menino Deus, que é a primeira obra educacional da Prelazia do Marajó, o qual ofertava o ensino das primeiras letras a meninos e meninas empobrecidos de Soure.

Posteriormente, trato do Instituto Stella Maris e a sua educação para promoção humana, que expõe a constituição de uma escola primária, confessional, cristã, tradicional e conservadora, a qual tinha como plano pedagógico a moral e os bons costumes. Vale mencionar que Soure, sede da Prelazia do Marajó, foi a primeira cidade contemplada com uma escola primária que viria a ajudar o programa governamental através de seu grupo escolar (Mélcon, 2010, p. 279). Ou seja, na concepção da Igreja Católica, o Instituto Stella Maris representava um ideário desenvolvimentista para a Amazônia marajoara.

Por fim, abordo a Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, uma escola doméstica que propunha inicialmente o ensino de práticas educativas direcionadas para educação feminina e do lar, tais como: o ensino de pintura, arte culinária, bordados, corte e

costura entre outros. Esse conjunto de escolas compunha as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó.

Diante disso, apresento um dos principais documentos desta pesquisa, que se encontra nos arquivos da Cúria da Prelazia do Marajó e se tornou fonte com dados relevantes para desvelar os discursos acerca das Obras Sociais e Educativas desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960. A partir desses elementos é possível contar uma parte importante da História da Prelazia do Marajó.

Na figura abaixo, tem-se o Extrato do Estatuto das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó com os seus objetivos, finalidades e a importância de desenvolver atividades para amparar a infância e adolescência feminina marajoara. Todavia, para fins de facilitação da leitura, apresento uma versão transcrita de modo mais legível no Anexo A, haja vista que o documento original foi datilografado e a sua reprodução como documento escaneado dificulta um pouco a leitura da imagem.

Figura 17 - Extrato do Estatuto das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó

EXTRATO DO ESTATUTO DAS OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA PRELAZIA DO MARAJÓ

OBJEÇÃO	.....	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA PRELAZIA DO MARAJÓ.
SEDI	.....	ESCOLA DOMESTICA N. 34 DA CIRCUNSCRIÇÃO N. 1200 SA. RUA. - SOURE. - ESTADO DO PARÁ.
DATA DA FUNDACÃO	.....	19 de MARÇO DE 1951.
FINS	.....	Tem como objetivo desenvolver actividades em favor da infancia e adolescencia femininas da Prelazia do Marajó; difundir a educação Domestica Feminina; colaborar com os Poderes Públicos e instituições particulares no sentido de promover em toda a Prelazia do Marajó o preparo á infancia e a adolescencia. Mantem em todos os centros principais da Prelazia: Uma Escola Domestica com todos os serviços necessarios, funcionando gratuitamente; escolas primarias de alfabetização; iniciação agricola; cursos profissionais femininos; um parque de jogos, ginastica e diversões. Todos estes serviços mencionados são gratuitos.
DURAÇÃO	.....	Tempo ilimitado.
PRazo DO MANDATO DA DIRETORIA	.....	Cinco annos.
RESPONSABILIDADE	.....	Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Sociedade.
RENDA SOCIAL	.....	É constituida pelas subvenções do Governo, auxilios da Prelazia e do povo, contribuições dos socios, festivais, bazares, exposições e outros donativos.
DISSOLUÇÃO	.....	Se for extinta esta Sociedade os seus bens serão entregues á Prelazia do Marajó para ser oportunamente organizada uma nova Sociedade de Assistencia Social.
DIRETORIA ATUAL	.....	D. Frei Gregorio Alonso - Presidente F. Frei Alquilio Alvares - V. Presidente Srta. Maria do Carmo Paula - 1ª. Secretaria " Amalia Pereira - 2ª. Secretaria " Aldenoura Chagas - Tesoureira.

Soure, 6 de Dezembro de 1953

*72251 ang 7 de la Preto - + Frei  
solo - Paeres*

*Apresentado no dia 6 de Dezembro de 1953 das 12 as 18 horas. Deputado no P. D. 3 ang 12 de dezembro de 1953. O P. D. 3 ang 12 de dezembro de 1953. O P. D. 3 ang 12 de dezembro de 1953.*

*Frei Gregorio Alonso - Presidente*


  
 Paulo  
 Soure - 1953

CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: Acervo da Cúria da Prelazia do Marajó.

O documento acima oficializa as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó, isto é, confere-lhes personalidade jurídica, apresentando dados que expõem os desdobramentos em torno de sua criação, a importância, os objetivos, os custos, duração, diretoria e prazos do mandato da diretoria. Trata-se do Extrato dos Estatutos das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó. Em outras palavras, o gênero textual utilizado é um estatuto, um texto que circula no âmbito jurídico e apresenta um conjunto de normas e diretrizes que buscam regularizar e/ou normatizar as relações entre as pessoas de uma mesma sociedade.

De acordo com o Dicionário Online de Português, a palavra “estatuto” significa o conjunto de normas jurídicas que disciplinam um instituto de direito ou os direitos e deveres de uma classe profissional, de uma entidade pública ou privada, nacional, estrangeira ou internacional (Estatuto, 2023). Desse modo, os dados contidos nessa fonte apresentam um

discurso impositivo, uma vez que congregam um conjunto de normas e diretrizes a serem cumpridas pelos associados.

Esse documento tenciona estabelecer uma comunicação com a sociedade sourense, já que foi registrado em cartório tendo assim as suas informações oficializadas. Portanto, o documento apresenta o quanto as Obras Sociais e Educacionais eram relevantes, na perspectiva de Dom Gregório Alonso, representante da ideologia da Igreja Católica e dos missionários da Ordem dos Agostinianos Recoletos. Isso, porque eram uma iniciativa que visava desenvolver atividades em favor da infância e da adolescência feminina da Prelazia do Marajó, como evidencia a fonte. Por conseguinte, seria possível edificar a proteção social dos sujeitos e sujeitas marajoaras diante de sua situação de vulnerabilidade social.

Para a realização e efetivação das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, buscava-se o pressuposto da “colaboração com os poderes públicos e instituições particulares no sentido de promover em toda a Prelazia do Marajó amparo a infância e a adolescência”, como revela o conteúdo na fonte. Percebe-se que isto é que está dito no discurso expresso pelo documento; entretanto, o não dito, as entrelinhas evidenciam o real objetivo das práticas sociais e educacionais propostas pelos Agostinianos Recoletos, que era colocar em prática o projeto de romanizar o Marajó, em consonância com romanização do Brasil. Para isso, era necessário estar próximo da comunidade e instruí-la para convertê-la.

Assim, o Extrato do Estatuto das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó organiza tópicos que preveem as sanções legais para resguardar o cumprimento das regras e normas de convivência e/ou desenvolvimento das atividades. Desse modo, o documento apresenta inicialmente a orientação “Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó”, seguida do endereço da sede “Escola Doméstica Nossa Senhora. da Consolação n. 1500 3ª rua - Soure”, e logo após marca a data de fundação “19 de março de 1951”; posteriormente, constam os fins, a duração, o prazo do mandato da diretoria responsável, a renda social, dissolução, a diretoria atual e, ao final, é lavrada a data e assinada, com os registros da autenticação em cartório.

Os fins do Extrato dos Estatutos das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó apresentam com clareza os seus objetivos

Tem como objetivo desenvolver actividades em favor da infância e adolescência feminina da Prelazia do Marajó; difundir a educação Doméstica Feminina; colaborar com poderes públicos e instituições particulares no sentido de promover em toda a Prelazia do Marajó amparo á infância e a adolescência. Mantem em todos os centros; principais da Prelazia: Uma Escola Doméstica com todos os serviços necessários funcionando

gratuitamente; escolas primárias de alfabetização; iniciação agrícola; cursos profissionais femininos; um parque de jogos, ginásticas e diversão. Todos estes serviços mencionados são gratuitos (Prelazia do Marajó, 1953).

A ideia apresentada nos fins do Extrato dos Estatutos das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó apresenta como finalidade “desenvolver atividades em favor da infância e adolescência feminina da Prelazia do Marajó”, a fim de manter em todos os centros principais da prelazia: escolas domésticas, escolas primárias de alfabetização, iniciação agrícola, cursos profissionais femininos, um parque de jogos, ginástica e diversão. Isto é, volta-se para prestar assistência educacional, profissional, socioeconômica, doméstica e recreativa aos munícipes da área de jurisdição da Prelazia do Marajó.

Com o intuito de demonstrar a importância dessas atividades, apresenta no texto verbos de ação, tais como difundir, colaborar e promover, expondo assim uma linearidade proposta para uma infância específica: as meninas e adolescentes sourenses. Cabe lembrar que as mensagens oriundas da Igreja Católica então se constituem enquanto construtos produzidos por sujeitos essencialmente históricos.

Ao mencionar a infância e a adolescência de modo recorrente, nota-se a preocupação da Igreja Católica com a infância considerada pobre e vulnerável que habitava Soure entre 1950 e 1960. Nesse sentido, vale ressaltar que tal documento foi produzido por Dom Alonso<sup>34</sup>, espanhol, agostiniano recoleto, primeiro bispo do Prelado do Marajó. Ele é o sujeito que materializa o discurso assistencialista e caritativo da Igreja Católica, efetivando assim o discurso da Igreja Católica articulado ao carisma da Ordem dos Agostinianos Recoletos, que se pauta de uma forma geral na caridade e na vida em comunidade.

Ele foi idealizador e também quem inicialmente poria em prática na cidade de Soure as ações referentes às Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, isto é, um conjunto de ações que incluía escolas primárias, como: o Jardim da Infância Menino Deus e a Escola Stella Maris; as escolas domésticas, no caso de Soure, esta chamava-se Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, em referência a sua santa de devoção. Estas eram escolas onde as meninas e mulheres aprendiam a cozinhar, costurar, bordar, pintar entre outras atividades manuais.

Além disso, desenvolvem ações de fomento de iniciação agrícola e de saúde, além de atividades de lazer como aulas de ginástica e sessões de cinema. Tudo isso propicia um conjunto

---

<sup>34</sup> Na seção III, tópico 3.3.1, apresentamos uma biografia detalhada de Dom Alonso, recuperando a sua cultura explicitando assim esse sujeito.

de ações que visava abrandar a situação de pobreza do povo marajoara, apontada por ele em vários documentos, e ainda exercitar a vida mais próxima da comunidade.

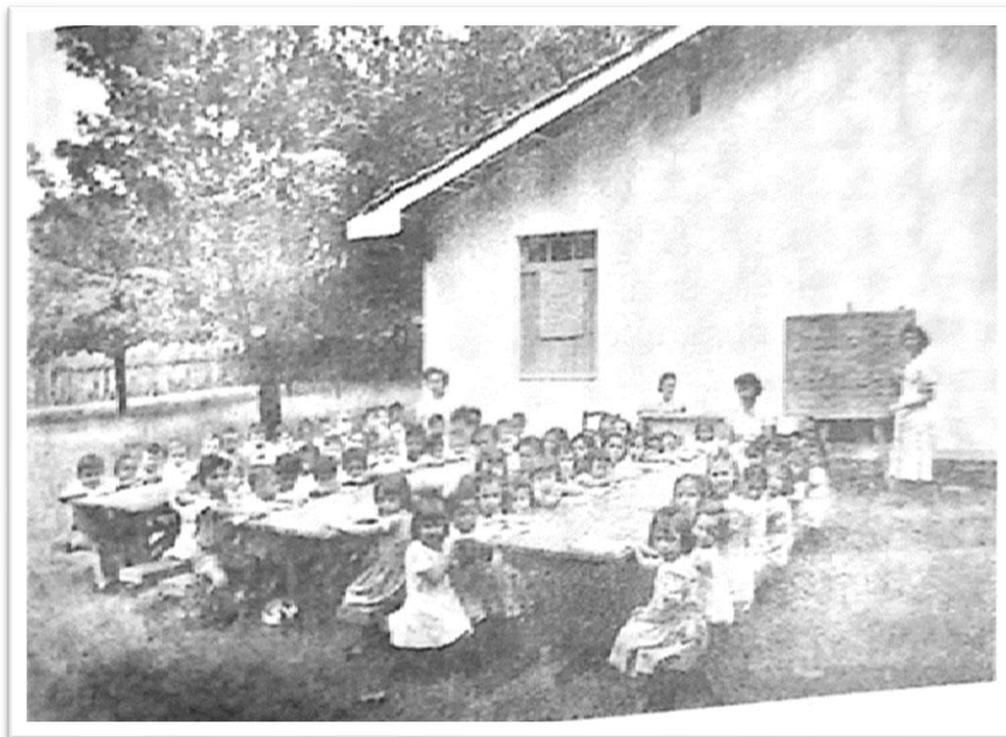
#### **4.1 Jardim da Infância Menino Deus: uma escola ao ar livre para “párvulos”**

Kramer (1995) diz que a educação pré-escolar no Brasil tem duas fases: antes e depois de 1930. A autora divide a primeira fase em três períodos. O primeiro foi o do descobrimento, que perdurou até 1874, quando ainda havia pouca preocupação com a educação pré-escolar, a criança e a infância. O segundo ocorreu entre 1879 e 1889, quando se reúnem pequenos grupos para se dedicar ao atendimento de crianças, com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil, tão grande naquela época. O terceiro período compreende de 1889 a 1930, caracterizado pela criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil em 1889. Com o objetivo de atender às crianças com menos de oito anos, são criadas leis para regulamentar a vida e a saúde, bem como para criar maternidades, serviços de amas de leite, auxílio às crianças desprotegidas, trabalhadoras, defeituosas, pobres e doentes, creches e jardins de infância.

Ainda em diálogo com Kramer (1995), ela nos diz que no segundo período, pós-1930, a criança passa a ser considerada em suas necessidades básicas, e os impactos políticos, sociais e econômicos são aprimorados. No entanto, as alterações ocorreram de forma lenta e mais de forma teórica do que prática. Aos poucos, as instituições educacionais públicas e privadas destinadas às crianças pequenas expandiram-se e foram estendidas a todo os estados do país, dentre elas os jardins de infância.

No arquipélago do Marajó, em Soure, o Jardim da Infância Menino Deus foi fundado por Dom Alonso em 1950, tratando-se de uma escolinha pequena e simples, que funcionava em uma casa anexa à sede da Prelazia, em que as aulas de primeiras letras eram ministradas ao ar livre, onde meninos e meninas sentavam-se lado a lado ao redor de mesas retangulares (Paróquia Menino Deus, [19--]). Nessa direção, apresento abaixo a figura que apresenta meninas e meninos ao redor das mesas, assistindo à aula de primeiras letras ministrada pelas professoras ao ar livre.

**Figura 18** - Alunos e alunas do Jardim da Infância Menino Deus



Fonte: Mélcon (2010, p. 285).

No registro fotográfico acima, tem-se uma escola que funciona ao “ar livre”, anexa ao prédio da Prelazia do Marajó, uma escola para “párvulos”, isto é, destinada aos filhos dos pescadores e outra gente pobre. As crianças usam vestimentas do cotidiano, não há evidências de fardas na imagem, nem nos escritos que citam o Jardim da Infância Menino Deus; as crianças posicionavam-se em assentos, mobílias sem encosto, o que prejudica a concentração, porque ficar muito tempo sem o encosto incomoda as costas e traz problemas na coluna. Além da observação no que tange à aprendizagem, algumas crianças não irão conseguir observar o que está escrito no quadro devido a estarem posicionadas em mesas retangulares e o quadro no formato de um cavalete de madeira ao fundo. Entretanto, é possível visualizar a disposição das professoras em meio as crianças, uma ao lado do quadro e as outras na cabeceira das mesas, posicionamento esse talvez com objetivo de suprir as lacunas apresentadas pelas condições materiais e estruturais do Jardim da Infância Menino Deus.

Vale mencionar que essa escola para crianças é a pioneira, isto é, representa o início das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó. Embora inicie em condições frágeis e inapropriadas para o contexto educacional alguns anos depois o Jardim da Infância Menino Deus saiu da casa anexa à Prelazia, passado para um prédio independente, suntuoso, estruturado

e espaçoso, e assim passa a chamar-se Instituto Escola Stella Maris e irá ofertar à infância sourense a educação primária, sobre a qual trato logo mais.

Perante o exposto, o Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó foi escrito e enviado por Dom Alonso ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação<sup>35</sup> em 17 de junho de 1958. Neste documento, Dom Alonso descreve Soure como uma região composta por pequenas povoações, sem grandes recursos, devido à pobreza dos seus moradores. Essa argumentação de Dom Alonso materializa no documento o ideário persuasivo, ressaltando a importância da fundação da sociedade “Obras Sociais e Educacionais” em Soure, já que atende às necessidades mais urgentes desta gente pobre, especialmente em dois setores primordiais, Educação e Saúde.

Esse pensamento do religioso converge com as reflexões de Mary Del Priore (2007), quando defende que as diferenças sociais que se constituíram historicamente no Brasil acentuavam as diferenças entre os grupos sociais ricos e pobres, sendo os últimos, sem dúvida, os mais vulneráveis e acometidos pelas mazelas sociais, portanto, necessitavam de atenção. Com o intuito de conseguir “recursos” e “subvenções”, o relatório apresenta detalhadamente cada uma das Obras Sociais e Educacionais que vinham sendo desenvolvidas pela Prelazia do Marajó, reforçando sua importância para a região, sempre destacando a pobreza da região e o desejo de trabalhar e levar a educação para o Marajó.

Em vista disso, trago abaixo um fragmento do Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó de 1958, no qual Dom Alonso apresenta o Jardim da Infância Menino Deus.

Nesta mesma cidade de Soure as Obras Sociais e Educacionais mantem uma escola para párvulos, igualmente é um centro gratuito destinado aos filhos dos pescadores e outra gente pobre. A matrícula deste ano foi 135 crianças (Prelazia do Marajó, 1958).

Segundo Gouvêa (2000), ao “[...] caracterizar, descrever a criança e seus contornos, os documentos ao mesmo tempo que retratam a(s) criança(s), constroem a infância através das narrativas”. Assim sendo, a partir do registro no Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó de 1958, posso identificar o Jardim da Infância Menino Deus sendo retratado como uma escola para a infância das crianças pequenas, haja vista que utilizam o termo “párvulos”, que significa criança, de forma gratuita para os filhos dos pescadores e outra gente pobre.

---

<sup>35</sup> O referido documento encontra-se na íntegra nos anexos.

Nesse sentido, é interessante o destaque dado a uma instituição repleta de obras sociais voltadas para a assistência e educação da criança pobre. De acordo com Kuhlmann Jr. (2002), estas instituições religiosas geralmente disseminavam a imagem da criança pobre como delinquente e perigosa em potencial, pois, viviam mal alimentadas, em lares precários, nos quais o alcoolismo era uma constante, e conviviam com pais que muitas vezes não trabalhavam. Desse modo, esses pequenos indefesos necessitavam de ações sociais de cunho protetivo, preventivo ou de recuperação que os livrassem da condição de miséria.

Era uma escolinha simples e pequena, que atendia a um número significativo de crianças e funcionava ao lado da casa prelatícia. As professoras eram algumas jovens professoras da cidade, de modo que o corpo docente era formado por professoras que trabalhavam no Grupo Escolar de Soure e assim foi até a chegada das Madres Agostinianas, em 21 de fevereiro de 1959 (Paróquia Menino Deus, [19--]). Com a chegada das Madres Agostinianas, trazidas para Soure por Dom Alonso, elas assumem a Escola Stella Maris. Daí ser possível identificar o Jardim da Infância Menino Deus como a primeira obra social e educacional desenvolvida pelos Agostinianos Recoletos em terras marajoaras.

O Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó apresenta ainda as palavras de Dom Alonso, por meio das quais expressa sua intenção/desejo/necessidade de levar a educação para a infância sourense. Com essas intenções, Dom Alonso potencializa a carência e a necessidade de subvenção suficiente para tal feito. Como bem explicita o fragmento abaixo:

Por este pequeno relatório poderá V. Excia ver que o nosso desejo de trabalhar e levar a educação a este recanto do Amazonas é grande, porém contamos com poucos recursos, e assim solicitamos a V. Excia que para os anos posteriores se digne conceder uma subvenção suficiente para poder atender a estas grandes necessidades (Prelazia do Marajó, 1958).

Com o desejo de trabalhar e levar educação ao território marajoara, que no documento é tratado como recanto do Amazonas, apesar dos poucos recursos, no âmbito da Educação, o Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó de 1985 apresenta as obras educacionais em desenvolvimento, bem como as suas atividades e o número de alunos matriculados neste ano na Escola Doméstica de Soure, que teve 279 alunas matriculadas nesse ano; e no Jardim da Infância Menino Deus, que teve 135 matriculas, ambos localizaram-se em Soure. Ainda no âmbito da Saúde, evidencia o Posto de Enfermagem de Soure.

Com o propósito de vislumbrar mudanças através da educação para a infância marajoara, Dom Alonso foi incansável no pedido de contribuição financeira ao Ministério de Educação, o que se materializa em vários relatórios anuais enviados a esse ministério e aos balancetes de prestações de conta da subvenção recebida. Além disso, sempre que possível estava cogitando com os políticos na esfera municipal e estadual a manutenção das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó.

Ao desenvolver as Obras Sociais e Educacionais, Dom Alonso cumpria um objetivo da Igreja Católica de se fazer presente em vários segmentos da sociedade. Entretanto, é inegável que a Igreja Católica, mais especificamente a Prelazia do Marajó, exerceu um papel significativo no sentido de oportunizar possibilidades educativas e conseqüentemente mudanças na história da infância marajoara. Já que no período de 1950 a 1960, Soure vivenciou uma precarização dos serviços básicos, tais quais a saúde e educação. Vale mencionar que neste período Soure não contava com hospital público, e no âmbito da educação a escassez de escolas era uma realidade. A esse respeito, Kuhlmann Jr. (2000, p. 7), quando menciona as ações educacionais historicamente voltadas à infância, diz que “No teatro da História, outros espetáculos já haviam sido e continuaram a ser realizados. Nesse processo muitos atores surgiram, e vários dos existentes assumiram novos personagens e papéis”.

Dessa forma, a deficiência da administração municipal foi uma aliada para que Dom Alonso construísse a imagem de mito e tornasse-se um personagem com papel influente em Soure, uma vez que ele passou a “resolver” questões importantes para o cotidiano da população marajoara, as quais cabiam à prefeitura municipal, tal qual o acesso à educação e à saúde. Seu empenho em colaborar com estas áreas lhe concedeu apreço e representatividade como uma figura importante para os mais carentes, especialmente, o sujeito criança.

Assumia assim a responsabilidade da Igreja Católica no que tange à expansão do plano educacional, materializando a filosofia agostiniana, que preconiza uma educação singular que visa a promoção humana. Nessa mesma direção, Mélcón (2010) assinala que:

A igreja tem sua responsabilidade quanto ao progresso e a expansão do plano educacional, uma vez que, para cumprir o mandato recebido de seu divino Fundador, ou seja, de anunciar o mistério da salvação a todos os homens e de tudo restaurar em Cristo, deve cuidar de toda a vida do homem. O decreto conciliar salienta ainda as obrigações dos pais, dos governos e, de um modo especial, dos dirigentes da Igreja. Exorta com veemência a nós pastores a que meçamos nenhum sacrifício para que nossas escolas católicas jamais deixem de cumprir a missão (Mélcon, 2010, p. 279).

A Igreja Católica assume sua responsabilidade com a expansão do plano educacional, contudo, as práticas educativas que constituíam a educação proposta pelas Obras Sociais e

Educacionais estavam pautadas no projeto de romanização do catolicismo marajoara, em consonância com o projeto de romanizar o catolicismo no Brasil. Além disso, voltava-se para “capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente de seu desenvolvimento integral, tornando-o consciente de sua energia e estimulá-lo a desenvolver suas capacidades” (Mélcon, 2010, p. 275). Em outras palavras, a Igreja Católica tencionava capacitar, estimular e desenvolver o homem com um objetivo específico e particular, convertê-lo, para assim o tornar submisso à fé cristã.

#### **4.2 Instituto Stella Maris e a sua educação para a promoção humana**

Toda instituição educativa existe ou existiu num determinado tempo e espaço, daí ser importante situá-la. O Instituto Stella Maris, foi fundado em 21 de fevereiro de 1959, em Soure, pelos padres Agostinianos Recoletos, na figura do bispo Dom Alonso (Prelazia do Marajó, [19-]). Para Dom Alonso, o primeiro bispo do prelado do Marajó, educar as crianças da cidade de Soure era uma necessidade, pois colaborava significativamente com o seu projeto maior, aquele que o trouxe para os solos marajoaras: romanizar os Marajós.

Sendo a escola um espaço fundamental para a socialização das crianças, Kramer (2015) argumenta que a escolarização não é apenas um processo de aquisição de conhecimentos, mas também um meio pelo qual as crianças aprendem a conviver, a entender normas e valores sociais. A escola, portanto, desempenha um papel crucial na construção da identidade infantil, sendo um lugar onde as desigualdades sociais podem ser tanto reproduzidas quanto desafiadas (Kramer, 2015).

A educação escolarizada era então uma oportunidade de difundir os aspectos religiosos e morais para as crianças e conseqüentemente para suas famílias. Isso, porque a escola constituiu-se como um espaço que educa, que propicia ensino e aprendizagem, mas também um lugar que assume uma dimensão simbólica contemplada por elementos históricos, materiais e imateriais da cultura de um povo (Frago, 2001, p. 59).

Já existiam em Soure 6 (seis) escolas, o Grupo Escolar de Soure<sup>36</sup>, criado pelo decreto nº 867, de 29 de junho de 1900, 2 (duas) escolas primárias para cada sexo e 3 (três) escolas mistas (Cruz, 1999). Por sua vez, a criação e o funcionamento do Instituto Stella Maris se deram sob a égide de ensinar a devoção da fé cristã católica necessária para uma formação educacional

---

<sup>36</sup> No Arquivo Público do Estado do Pará, no Fundo Discurso, Fala, Mensagens e Relatórios, há um ofício de 15 de dezembro de 1909, que detalha o funcionamento do Grupo Escolar de Soure, tais como: aulas, corpo docente, matrícula, frequência, exames, prédio, material, fornecimento e encerramento dos trabalhos escolares.

que tivesse como base os princípios morais para se alcançar a cidadania plena (Prelazia do Marajó, [19--]). Em outras palavras, Soure passa a contar com uma instituição educativa católica, a primeira escola da rede agostiniana da Amazônia; com isso, a filosofia da educação agostiniana adentra os Marajós associando a educação à promoção humana, ou seja, “[...] A nossa tarefa educativa não pode restringir-se aos conhecimentos teóricos, mas deve cuidar, antes de tudo, da educação do coração” (Ordem dos Agostinianos Recoletos, 2008, p. 3)

Vale mencionar que, nesse período, a política, a economia e a educação de Soure iniciavam a década de 60 de forma crescente e favorável. O município “foi reconhecido como um importante centro pecuário do arquipélago do Marajó e do Brasil” (Cruz, 1999, p. 133). Contudo, é importante destacar que, para a maioria da população, a situação não era tão satisfatória quanto para os grandes proprietários de terras.

Então, para a missão de educar as crianças sourenses seguindo a doutrina cristã centrada na catequização e com a perspectiva da espiritualidade agostiniana, Dom Alonso buscava reforços e trazia da Espanha as Irmãs Agostinianas Missionárias para assumir a direção e o gerenciamento da evangelização através da educação escolar. Sobre a chegada das Irmãs Agostinianas Missionárias em Soure, o Livro do Tombo evidencia que em 1959:

Foi uma festa de devoção a fé católica na cidade de Soure. As irmãs agostinianas chegaram a essa cidade de Soure para alargar a espiritualidade católica no Colégio Stella Maris, com educação digna aos moradores que necessitam ter uma formação moral e cidadã. As irmãs chegaram e passaram a conversar com alguns moradores da cidade que também ajudam na limpeza do próprio Colégio que as irmãs moram. Pela dificuldade da língua, as irmãs tem o apoio do Monsenhor Gregório Alonso para ajudar na educação que era carente na cidade (Prelazia do Marajó, [19--]).

A chegada das Irmãs Agostinianas em Soure data de um ano antes da fundação do Instituto Stella Maris. Nesse período, adaptam-se à realidade da cultura marajoara e passam a dedicar-se a amenizar as suas dificuldades, sobretudo, de comunicação, uma vez que, advindas da Espanha, falavam espanhol. Estabelecer uma boa comunicação com a população sourense era extremamente necessário para que pudessem assumir os desejos de Dom Alonso por melhorias na área educacional de Soure e com isso empreender uma nova cultura para a educação escolarizada no município.

Nesse período de adaptação, auxiliaram Dom Alonso na gestão e nas aulas no Jardim da Infância Menino Deus, que foi fundado em 1950. Essa escola funcionava no atendimento de meninos e meninas, ofertando aula de primeiras letras ao ar livre atrás da igreja, como foi mencionado no tópico anterior. A seguir, a Figura 19 retrata as Irmãs Agostinianas ao lado de Dom Alonso.

**Figura 19** - Irmãs Agostinianas e Dom Alonso



Fonte: Acervo Particular.

A Figura 19 apresenta 8 (oito) irmãs agostinianas com sua vestimenta peculiar, o hábito, e Dom Alonso ao centro. A chegada das Irmãs Agostinianas a Soure ampliou a atuação da Prelazia do Marajó no âmbito educacional, uma vez que elas assumiram a gerência da educação escolarizada e passaram a dedicar-se a uma educação diferenciada, pautada na doutrina católica e mais centrada na catequização, auxiliando assim Dom Alonso no seu projeto de romanizar os Marajós, constituindo a evangelização das crianças por meio da educação escolar.

A fundação do Instituto Stella Maris é um projeto grandioso das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, sob os desígnios de Dom Alonso, e repassada aos cuidados das Irmãs Agostinianas Missionárias para que elas administrassem e se dedicassem à educação das crianças marajoaras. O Colégio Stella Maris foi um marco importante para a história da educação de Soure e do Marajó, pois assinalou uma educação pautada no ethos cristão e religioso. Sobre isso, o Livro do Tombo da Prelazia do Marajó descreve que:

O Colégio Stella Maris, localizado no centro da cidade de Soure, é confessional cristão, católico com a espiritualidade agostiniana e tem como lema: a Educação e a Promoção Humana. Que neste mês glorioso de fevereiro de 1959 foi fundado pelas Irmãs agostinianas missionárias: Assunção, Milagros, Aurélia, Tereza e Isabel Ayala, que chegaram na cidade em 1958

convidadas pelo bispo do Marajó Dom Gregório Alonso para ajudar na área da educação, funcionando na 3ª rua esquina com a travessa 15, com apenas 30 alunos e apoio financeiro do bispo (Prelazia do Marajó, [19--]).

O fragmento do Livro do Tombo da Prelazia do Marajó apresenta que o Instituto Stella Maris era popularmente conhecido como Colégio Stella Maris, e sua fundação foi mais uma das ações desenvolvidas pelas Obras Sociais e Educacionais para expansão da doutrina cristã, católica, romana, pois destacava seu caráter confessional, cristão, católico e com espiritualidade agostiniana. Inicialmente o Colégio Stella Maris foi uma extensão do Jardim da Infância Menino Deus, a primeira escola infantil, criada pelas Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó.

Contava com o apoio financeiro do próprio bispo Dom Alonso, demonstrando o seu empenho em “ajudar” na área da educação escolarizada. É importante mencionar que o surgimento das escolas católicas confessionais se deu como uma extensão da prática religiosa e assim proporcionaria o “[...] desenvolvimento da personalidade completa, a dimensão espiritual da educação, e o envolvimento dos pais [...] cujo o objetivo é a transmissão de valores para a vida e estabelecer uma comunicação com Cristo” (João Paulo II, 1995, p.412). Desse modo, essas escolas possuem um lema que é um fio condutor do tipo de educação que expressa os seus propósitos.

Diante disso, destaco o lema do Instituto Stella Maris descrito no fragmento do Livro do Tombo da Prelazia do Marajó – “A Educação para a Promoção Humana” – que revela a forma de educar proposta por Santo Agostinho, que propunha, além da formação escolarizada, empenhar-se em formar a integridade, espiritualidade, religiosidade diante da moral e da ética, ou seja, envolve o educando num universo que alcança em sua totalidade o seu cotidiano. Para isso, seria necessário desenvolver práticas educativas que revelassem suas potencialidades, isto é, que considerassem suas emoções, suas fraquezas, suas frustrações, seus modos de ser e pensar o mundo, ou seja, práticas educativas que circulam no campo da educação como cultura.

Nesta direção, Brandão (2002) evidencia as práticas educativas se constituem no interior da cultura, sendo a cultura a própria morada do saber, bem como o local onde homens e mulheres trocam experiências e diversas formas de conhecimentos. Para o autor, educação e cultura estão relacionadas devido:

Tudo o que se passa no âmbito daquilo a que nos acostumamos a dar o nome de educação, acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura. Tal como a religião, a ciência, a arte e tudo o mais, a educação é, também uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e de produtos, de poderes e de sentidos, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação

de pessoas como sujeitos de ação e identidade e de crises de identificados, de invenção de reiterações de palavras, valores, ideias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade a que a vida social nos obriga (Brandão, 2002, p. 25).

Neste contexto, a educação amplia-se e passa a considerar também os processos sociais de interação que englobam a cultura, a religião, a arte e o lúdico como possibilidades de educar, já que, entre as alternativas do sujeito de ação e identidade, estão os atos de aprender e ensinar seus valores, sua vivência, seu modo de pensar e assim compartilhar seus saberes e sua cultura. Isto torna o processo de busca do conhecimento dialógico, cultural, plural e diverso, algo que se processa de acordo com a cultura, que vai sendo dimensionado para a prática social.

Assim, destaco as possibilidades de educar que extrapolam o contexto escolar, como no caso deste estudo, cujo foco está na educação pautada na religiosidade, na fé e na devoção cristã, católica propiciada pela Prelazia do Marajó através de suas Obras Sociais e Educacionais, as quais direcionaram a população e a infância sourense para um contexto espiritual/religioso, moral e ético.

Diante dessa conjuntura, em 1960, o Instituto Stella Maris, que significa Estrela do Mar, foi instalado em um suntuoso e imponente prédio independente da Igreja Matriz, com as Irmãs Agostinianas Missionárias assumindo a direção da escola. Passaram a imprimir na educação sourense os princípios das escolas católicas que se tornam pastorais educativas, com oferta de uma formação intelectual, moral e espiritual para as crianças marajoaras.

É importante evidenciar que os termos colégio e instituto são utilizados para se referir ao Stella Maris. No Livro do Tombo da Prelazia do Marajó, há sempre a referência a colégio, nomenclatura essa que se popularizou entre os munícipes. Já nos documentos produzidos pelas Irmãs Agostinianas, a nomenclatura utilizada é instituto e externato, ampliando assim os propósitos definidos a serem alcançados, conforme expõe o relatório das Irmãs Agostinianas Missionárias ao diretor da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Ilmo. Sr. Diretor

Temos a grata satisfação de enviar a V.S um pequeno relatório de nossas atividades sociais e educacionais em benefício da infância e juventude desta cidade de Soure, onde radica o nosso trabalho.

Exposição.

Nosso Instituto Stella Maris é um externato construído pela Prelazia de Marajó e dirigido pelas Irmãs Agostinianas Missionárias.

Atualmente estamos ministrando a educação primária inteiramente gratuita a trezentas e cinquenta crianças, as quais recebem também merenda diária e medicamentos quando necessários. Prestamos também assistência às famílias dos mesmos.

Como é notório, a finalidade específica das Irmãs Missionárias Agostinianas sempre foi educar e prestar assistência social e religiosa no meio em que vivem. Aqui na Amazônia o nosso trabalho é feito com maior sacrifício, mas ao mesmo tempo com toda a alegria pois temos todo o interesse em colaborar na educação do futuro homem da Amazônia (Irmãs Agostinianas Missionárias, 1960).

O conteúdo apresentado no relatório das Irmãs Agostinianas Missionárias ao diretor da LBA assinala o Instituto Stella Maris como um externato construído pela Prelazia do Marajó, isto é, um estabelecimento de ensino em que estudam alunos externos, bem como o zelo e a dedicação com o qual educam e prestam assistência social e religiosa à infância sourense. Contudo, a Irmã Isabel Melo narrou no relatório a realidade educacional e política de Soure, evidenciando o sacrifício necessário para o desenvolvimento do trabalho, o que indica a ausência do poder público local diante das necessidades da população e da infância sourense.

A perspectiva de ensino não se pautava somente no conhecimento aos alunos, uma vez que se ampliava a suas famílias, pois a finalidade específica das Irmãs Missionárias Agostinianas sempre foi educar e prestar assistência social e principalmente religiosa no meio em que vivem, haja vista que a escola é um meio entre tantos outros. A educação, para Gadotti (2000, p. 4), é um processo de desenvolvimento individual, que se estende pela vida e não é neutra. Isto é, a educação proposta pelas Irmãs Agostinianas Missionárias não poderia neutra, era religiosa e direcionada pela fé e devoção católica.

Por conseguinte, o Instituto Stella Maris representou um marco importante para a história da educação sourense e marajoara, pois foi a primeira escola com uma estrutura arquitetônica única no município, que impressionava os munícipes, pela construção em 3 (três) andares, nunca vista antes, e por disponibilizar a crianças carentes a educação primária inteiramente gratuita, visando a promoção e o desenvolvimento humano.

Isso ratifica assim os apontamentos de Buffa e Nosella (2009) sobre a arquitetura escolar descrita pela autora como neoclássica, ou seja, com “edifício imponente, hall de entrada primoroso, escadarias, eixo simétrico, duas alas, pátio interno, corredores internos, janelas verticais grandes e pesadas, acabamento com materiais nobres” (Buffa; Nosella, 2009, p. 108). Caso similar é o Instituto Stella Maris, em Soure, que conserva um suntuoso hall de entrada, com duas escadas paralelas que se cruzam, conforme se avança nos degraus e 15 (quinze) salas de aula, 7 (sete) quartos de morada, capela e outras dependências; além disso, o formato da instituição é semelhante a uma cruz. Em consideração a isso, apresento abaixo a figura da construção do prédio.

**Figura 20** - Construção do prédio do Instituto Stella Maris em 1950



Fonte: Acervo particular.

É importante mencionar que a construção do prédio do Instituto Stella Maris se iniciou em 1950, ou seja, a educação escolarizada, bem como a sua ampliação já vinha sendo pensada e preparada por Dom Alonso desde a sua gênese – a aula de primeiras letras, ao ar livre nos arredores da Igreja Matriz. De acordo com a descrição de Mélcón: “O Colégio Stella Maris, confortável e espaçoso. Possuindo três andares, quinze salas de aula, sete habitações, capela e outras dependências” (Mélcon, 2010, p. 175).

Dez anos depois do início da sua construção, em 1960, o Instituto Stella Maris foi finalmente inaugurado, impactando a população sourense, dada a sua grandiosidade e imponência, criando assim um imaginário de poder simbólico com a construção do prédio em três andares para ofertar uma educação escolarizada pautada nos valores morais e culturais da educação religiosa.

Nesta direção, a Figura 21 apresenta a fachada do Instituto Stella Maris, com o nome Instituto Stella Maris em letras destacadas. Logo abaixo, consta o lema da escola “Educação e Promoção Humana” e ainda o símbolo do livro com o coração em chamas<sup>37</sup>, à esquerda, ao lado da referência às Irmãs Agostinianas Missionárias.

---

<sup>37</sup> Esse é o símbolo da Ordem de Santo Agostinho e marca o momento de sua conversão a saída de uma vida promíscua e cética para o conhecimento da verdade: Deus (Congregação Agostinianas Missionárias, [20--]).

**Figura 21** - Fachada do Instituto Stella Maris em 1960



Fonte: Acervo da pesquisa.

A suntuosidade da construção do prédio do Instituto Stella Maris impressionou os munícipes de Soure desde o seu início. Sousa (2019) destaca que, no Pará, a monumentalidade das construções escolares promovida pelas reformas republicanas deu destaque para a importância da economia e do poder local. Foi um período em que a economia da região amazônica se configurava com uma grande potencialidade, e as edificações eram chamadas de palacetes de ensino.

O Instituto Stella Maris pode até ser considerado um dos palacetes de ensino da Amazônia marajoara, assim demonstrando a imponência da Igreja Católica no âmbito Educacional, pois apresenta-se como o caminho para a moralização da sociedade sourense através de um ensino religioso pautado na doutrina cristã, católica e romana, em que as normas, a disciplina e o ensino de qualidade seriam uma realidade vigente.

Assim, a Prelazia do Marajó demonstrou o seu compromisso e atuação no âmbito educacional das crianças sourenses. Neste sentido, Mélcon destaca que:

A Igreja tem sua responsabilidade quanto ao progresso e à expansão do plano educacional, uma vez que para cumprir o mandato recebido de seu divino

Fundador, ou seja, de anunciar o mistério da salvação a todos os homens e de tudo restaurar em Cristo, deve cuidar de toda a vida do homem. O Decreto conciliar salienta ainda as obrigações dos pais, dos governos e, de um modo especial, dos dirigentes da Igreja. Exorta com veemência a nós pastores a que não meçamos nenhum sacrifício para que nossas escolas católicas jamais deixem de cumprir a missão (Mélcon, 2010, p. 279).

A Igreja Católica assume a responsabilidade de “cuidar de toda a vida do homem” e isso inclui o plano educacional, de modo que as escolas católicas possuem uma missão importante de ensinar a devoção da fé cristã e católica necessária para a uma formação plena e digna aos alunos, pautada nos princípios morais da doutrina cristã. Vale mencionar que nesse período as escolas e universidades católicas estavam em expansão no Brasil, mantendo-se firmes no propósito de difundir uma educação pautada na doutrina cristã, contrariando a laicização do Estado.

Neste cenário, o Instituto Stella Maris, em Soure, já em um prédio independente da Igreja Matriz e da sede da Prelazia do Marajó, passou a ter um número maior de alunos e continuou com as turmas mistas compostas por meninos e meninas. Além do ensino das primeiras letras, passou a contar com o Ensino Primário, em que esses alunos tinham aulas de disciplinas tradicionais, como Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Artes e Ensino Religioso, ministradas pelas Irmãs Agostinianas Missionárias pela manhã. Com o Ensino Primário, o Colégio Stella Maris passou a ser regido pela Lei Orgânica do Ensino Primário, Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946 (Brasil, 1946), que trata da organização curricular do Ensino Primário em todo o país.

No período da tarde, as crianças participavam de outras atividades, como tear, bordado, declamação, canto, sessão de cinema e estudo da catequese. Ou seja, o ensino no Instituto Stella Maris, nesse período de 1950 a 1960, não estava voltado somente para a educação formal e institucionalizada, havendo atividades concomitantes às atividades artesanais.

Todavia, é importante evidenciar a descrição feita pelo relatório de atividades das Obras Sociais e Educacionais de 1960, de acordo com o qual as atividades artesanais ofertadas às alunas do Instituto Stella Maris eram ministradas por outras professoras/educadoras que não eram Irmãs Agostinianas Missionárias; no ensino do tear, por exemplo, as educadoras eram mulheres negras, possivelmente quilombolas.

Em síntese, as obras educacionais da Prelazia do Marajó se iniciaram com o Jardim da Infância Menino Deus, onde professoras do Grupo Escolar de Soure e da Escola Doméstica ministravam aulas de primeiras letras para as crianças sourenses. Com a chegada das Irmãs Agostinianas, o jardim da infância ampliou-se para o Ensino Primário (1ª a 4ª série), com aulas

de português, matemática, estudos sociais e ensino religioso ministradas por elas em três salas de aulas anexas à Paróquia Matriz, que acomodava meninos e meninas de quatro a dez anos (Prelazia do Marajó, [19--]).

Posteriormente, anos mais tarde, já em meados de 1970, foi possível ampliar o ensino no Instituto Stella Maria e assim este passou a ofertar o Ensino Primário e Ensino Médio. Percebe-se assim o Instituto Stella Maris como um resquício em pleno funcionamento das Obras Sociais e Educacionais, com sua imponência arquitetônica marcando um período da história da educação de Soure onde a formação de crianças carentes da época esteve articulada e subsidiada diretamente aos ideários da Igreja Católica. Atualmente, possui convênios com a esfera municipal e estadual, funcionando com turmas do 1º ao 5º ano, 6º ao 9º ano e Ensino Médio, nos turnos matutino e vespertino.

#### **4.3 A Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação e a educação feminina em Soure**

A Educação Doméstica é uma preparação para a família e representa um papel importante na formação da comunidade. A Prelazia de Marajó foi a pioneira neste campo educacional, com as Escolas Domésticas que foram distribuídas pelos Marajós, funcionaram em Soure, Salvaterra, Breves, Afuá e Portel, e cumpriram o papel de educar meninas e mulheres. Possibilitaram ainda a geração de renda e, com isso, a melhoria de vida das pessoas de baixa renda e sem qualificação profissional, uma vez que ofertava cursos que educavam para o lar e viabilizavam a iniciação profissional, sendo expedido um certificado ao final de cada curso, atestando o bom aproveitamento e habilitação profissional (Mélcon, 2010).

As Escolas Domésticas foram uma proposição das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, que consistia em escolas que visavam difundir a educação doméstica para meninas e mulheres. Propagava-se a ideia de uma formação pautada nos desígnios da fé cristã e no ensino de atividades artesanais e manuais, tais como: culinária, pintura, bordado, corte e costura, cultivo de flores, avicultura, horticultura e obrigações domésticas, favorecendo assim modelo subserviente de comportamento para o lar e para a Igreja. De acordo com Almeida (2014, p. 62), a educação oferecida pela Igreja Católica visava, sobretudo, “preparar as jovens para o casamento em idade de extrema juventude”.

Com esse propósito de formar meninas e mulheres para servir a Deus, à família e ao lar, as escolas domésticas ampliaram-se por toda extensão territorial sob administração da Prelazia, com o propósito de “desenvolver toda a classe de atividade em prol da infância e juventude feminina”. Entretanto, vale mencionar que este estudo foca na Escola Doméstica Nossa Senhora

da Consolação, popularmente conhecida como Escola Doméstica de Soure, que funcionou na cidade, mas precisamente na 3ª Rua, nº 663, haja vista que este município é o lócus dessa pesquisa.

De acordo com o primeiro Livro de Matrículas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação de 1951, esta foi fundada pelo bispo Dom Alonso. Neste mesmo ano, iniciou suas atividades com aulas de pintura em tecido, tear, bordado a mão e corte e costura, que eram ministradas por professoras oriundas da capital, contratadas pela Prelazia do Marajó para ensinar as meninas e mulheres sourenses (Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, [19--]). Nesse ano, o Livro de Matrículas registra cerca de 47 alunas matriculadas, sendo 18 meninas de 10 a 12 anos, 13 adolescentes com entre 13 e 18 anos, e 16 mulheres com idade não identificadas.

Em consonância com os registros Livro de Matrículas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação de 1951, apresento as Figuras 22 e 23, que ilustram as aulas de corte e costura e tear.

**Figura 22** - Aula Corte e Costura na Escola Doméstica de Soure



Fonte: Mélcon (2010, p. 276).

Observe-se na imagem acima a sala de Corte e Costura da Escola Doméstica de Soure, onde podem ser vistas cerca de dez mulheres e meninas negras e pardas, lado a lado, sentadas

à máquina de costura; as do lado esquerdo, estão aprendendo a utilizar a máquina de costura, enquanto as do lado direito manuseiam tecidos. A sala é rodeada por suntuosos armários, onde possivelmente se guardavam os materiais (tecidos, agulhas, linhas etc...) utilizados na confecção das peças produzidas nas aulas. As quatro professoras/educadoras aparecem ao fundo, em pé, observando o trabalho das alunas.

**Figura 23** - Aula de Tear na área externa da Escola Doméstica de Soure



Fonte: Mélcón (2010, p. 276).

Já na aula de tear, observam-se somente meninas negras, vestidas com uma espécie de uniforme, que se trata de vestido longo com mangas, popularmente conhecido como “bata”, manuseando os fios e o tear ao ar livre, provavelmente em área externa à Escola Doméstica de Soure. Visualizo assim o espaço físico sendo utilizado para diversas práticas educativas destinadas a mulheres e meninas sourenses, sobretudo, das camadas pobres.

A finalidade das proposições de práticas educativas destinadas às mulheres e meninas sourenses está descrita no Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, de 1952, que Dom Alonso encaminha aos Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação. Sobre a Escola Doméstica de Soure, aponta que:

Este é o centro de maior importância. Trata-se duma escola gratuita destinada à juventude e infância feminina desta cidade do interior marajoara. Os moradores desta cidade, com perto de oito mil habitantes são muito pobres. Uma grande parte vive exclusivamente da pesca e está feita com métodos anticuados e alias muito rudimentares, outra dedica-se ao pastoreio nas

grandes fazendas, portanto faltos de recursos para mandarem suas filhas à cidade de Belém para ser educadas. Neste ano a matrícula elevou-se a 279 alunas (Prelazia do Marajó, 1952).

A premissa era proporcionar à juventude e infância feminina sourense aquelas práticas educativas destinadas a mulheres e meninas pobres, que não tinham recursos para dispor de uma educação na capital, Belém. Dom Alonso exalta a Escola Doméstica de Soure como “um centro de maior importância” para uma cidade de muitos pobres, que não possuíam recursos para custear a educação na cidade de Belém. Fica evidente no discurso de Dom Alonso que a educação disposta na capital do estado Belém é exaltada como superior e com mais possibilidades. Entretanto, em meio à falta de recursos para tal, fazia-se necessário uma escola que propiciasse o ensino e a instrução de forma gratuita para as meninas e mulheres, o que era indicado como de suma importância para a sociedade sourense.

O ideário expresso no Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, de junho de 1952, aponta a necessidade e importância de uma escola gratuita destinada à juventude e infância sourense como a possibilidade de mulheres e meninas serem educadas em Soure, mesmo diante do cenário de pobreza e poucos recursos. Nessas circunstâncias, a educação proposta pela Escola Doméstica de Soure pautava-se em práticas educativas que dispunham do ensino-aprendizagem de trabalhos manuais e domésticos, o que direciona a uma formação específica, limitada e conservadora para as mulheres e meninas sourenses. Afinal, a destinação natural das mulheres para a educação mantinha sempre uma estreita relação com o universo doméstico (Almeida, 2014).

Para subsidiar as atividades da Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação de Soure, Dom Alonso se utilizou de recursos oriundos da OAR e também buscou angariar fundos com a administração pública local. Nessas circunstâncias, em 1953, Dom Alonso enviou uma carta para o então governador interino do estado do Pará, Abel Nunes Figueiredo<sup>38</sup>, na qual relata a importância da Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação de Soure, destacando a necessidade de uma escola especializada e gratuita em Soure para que as meninas e senhoritas pudessem “adornar suas almas com uma série enorme de conhecimentos”. Em um fragmento da Carta de Dom Alonso para Abel Nunes Figueiredo, em 1953, ele diz o seguinte:

Outra necessidade deixava-se sentir no nosso meio: era a falta de escolas especializadas. Era bem difícil resolver essa situação, por que a juventude e as crianças não contam com recursos econômicos. Havia de pensar num centro totalmente gratuito as alunas. Assim fundamos a Escola Doméstica Nossa

---

<sup>38</sup> Abel Nunes de Figueiredo, natural de Soure, se notabilizou pela carreira política construída entre os anos de 1947 e 1959. Seu primeiro degrau foi o posto de Deputado Estadual pelo Partido Social Democrático, mas também exerceu o posto de governador do Estado, de maneira interina, em 1951, em 1953 e em 1959 (Wikidata, [20--]).

Senhora da Consolação de Soure, está em pleno funcionamento, é um triunfo para a religião e para Soure. As meninas e senhoritas de toda classe social, podem adornar suas almas com um serie enorme de conhecimentos, sem pagar ao menos um vintém, por que nossa Escola se lecionam as seguintes aulas: renda síria, corte e costura, bordado à máquina, crochê, bordado a mão, flores, confecção de redes artesanais, desenho, solfeio, piano e aula de letras (Dom Alonso Gregório, 1953).

A carta foi produzida na intenção de revelar a necessidade e importância da formação das mulheres e meninas sourenses, a qual é concebida como “um triunfo para a religião e para Soure”. Nessas circunstâncias, Abel Nunes Figueiredo é uma figura interessante, pois era governador interino do Pará, mas também natural da cidade de Soure e conhecedor das lacunas da cidade, sobretudo no âmbito educacional. Dom Alonso se dirige a ele através de uma carta que tenciona, com o seu discurso, não somente apresentar as aulas de renda síria, corte e costura, bordado à máquina, crochê, bordado a mão, flores, confecção de redes artesanais, desenho, solfeio, piano e aula de letras propiciadas pela Escola Doméstica de Soure. Como se pode observar, a educação do sujeito feminino em Soure não carecia de um aprofundamento de todos os conhecimentos humanos, devendo limitar-se aos conhecimentos essenciais para poder viver bem no mundo: “[...] por ter a mulher inteligência inferior à do homem, não seria mesmo capaz de especializar-se nessas questões” (Veríssimo, 1985, p. 123).

A relevância da Escola Doméstica de Soure para o desenvolvimento da educação feminina sourense é assinalada pelo fato de que as meninas e senhoritas de toda classe social, podem adornar suas almas com um serie enorme de conhecimentos. A educação feminina sourense proposta por Dom Alonso era voltada para as necessidades domésticas, sendo mulheres e meninas educadas e/ou preparadas para as funções restritas de mãe, senhora do lar e pilar da família, em um processo aliado aos conhecimentos e perspectivas da doutrina da fé cristã.

Nesta direção, Guacira Louro (2002) salienta que a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave de qualquer projeto educativo para mulheres. Já que:

O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que com suas missas, novenas e procissões, representavam uma das poucas formas de lazer para essas jovens (Louro, 2002, p. 446).

Desse modo, as meninas e mulheres deveriam ser educadas e/ou preparadas para executar seus conhecimentos dentro dos lares sob a concepção do discurso de que uma moral

sólida, bons princípios e noções de atividades manuais que adornariam as suas almas com uma série de conhecimentos e as tornariam virtuosas e educadas. Com essa concepção de uma educação feminina para além dos interesses das mulheres e meninas, pois estava focada na sua função social de mãe e esposa, a Escola Doméstica de Soure se constituía e desenvolvia suas atividades. Destas atividades religiosas, esperava-se das mulheres “a permanência no espaço, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como mais elevada aspiração” (Almeida, 2014, p. 68).

Em 1956, a Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação adquiriu personalidade jurídica, com a criação do seu estatuto e a composição de uma diretoria. O Estatuto da Escola Doméstica de Soure Nossa Senhora da Consolação registra o regulamento, funcionamento e estabelece as normativas institucionais. Desta forma, estabelece uma comunicação com a sociedade sourense, uma vez que foi lavrado em cartório com as devidas assinaturas e autenticações.

À vista disso, apresento abaixo o capítulo inicial do Extrato dos Estatutos da Escola Doméstica de Soure.

Extracto dos Estatutos da “Escola Doméstica de Soure” Nossa Senhora da Consolação  
 Capítulo I  
 Nome, Fim e Sede  
 Art. 1ª Sob a denominação de Escola Doméstica de Soure Nossa Senhora da Consolação fica organizada uma sociedade civil de direito privado.  
 Art 2ª e 3ª Tem por finalidade desenvolver toda classe de atividade em prol da infância e juventude feminina de Soure.  
 Art 4ª Sua existência é por tempo indeterminado.  
 Art 5ª Sua sede é a Terceira Rua de Soure (Prelazia do Marajó, 1956a).

O Extrato do Estatuto da Escola Doméstica de Soure Nossa Senhora da Consolação organiza-se em cinco capítulos. Inicia com o “Nome, Fim e Sede”, onde apresenta a denominação, finalidade e o endereço. Já o capítulo dois, “Dos Sócios”, apresenta o conjunto de direitos e deveres, prevendo a colaboração com a diretoria e a presença nas reuniões e serviços relevantes. Já o capítulo três, “Administração”, expõe a organização e o tempo de mandato da diretoria. O capítulo quatro, “Disposições Finais”, prevê a acumulação dos patrimônios com donativos dos sócios, auxílios de festivais e exposições. Por fim, o capítulo cinco menciona que, caso haja o fim da entidade, seus bens devem ser repassados para a Prelazia do Marajó.

A Escola Doméstica de Soure passou a ser uma sociedade de caráter educacional e assistencial, devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas e no Conselho Nacional

de Serviço Social do MEC. Passou também a receber subvenções e alguns cursos passaram a ser financiados pela Operação para a Educação e Desenvolvimento da Região Amazônica (OXFAM). Os cursos, que poderiam ser de meses ou anos, dariam diploma oficial de bom aproveitamento e de habilitação profissional (Mélcon, 2010, p. 281).

Com isso, a Escola Doméstica de Soure se constituía em uma entidade organizacional que objetivava

desenvolver o mais possível a atividade em prol da infância, adolescência e juventude femininas; zelar pela saúde e bem moral e físico de suas alunas; difundir a educação doméstica tão necessária ao pessoal do interior do nosso estado. Todas as obras a executar serão gratuitas, para facilitar aos pobres a instrução. É nossa intenção incrementar a boa harmonia entre a nossa Escola e as autoridades civis (Prelazia do Marajó, 1956b).

O conteúdo contido na fonte em destaque acima revela o objetivo principal da Escola Doméstica de Soure, isto é, o desenvolvimento e o zelo pela infância, adolescência e juventude feminina sourense, tendo como princípios o resguardo da saúde e da moral de suas alunas. Demonstra ainda uma preocupação de Dom Alonso em manter o bom convívio com as autoridades civis, o que visava uma facilitação na busca por recursos e proventos públicos para manter as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó.

Assim sendo, a Ata da Primeira Reunião da Escola Doméstica de Soure, em março de 1956, registrava um projeto grandioso da Prelazia do Marajó que visava “difundir a educação doméstica feminina”. Com isso, percebo um discurso colonizador, sobretudo para as mulheres, que careciam de uma educação doméstica, ou seja, eram ofertados subsídios para que elas pudessem se tornar cristãs religiosas e submissas, reduzindo-as ao lar e ao papel de boas esposas, conforme as premissas da Igreja Católica.

Nessa mesma direção, Ferreira (2002) evidencia que a Educação Doméstica consistia em preparar as meninas para o casamento e, diante disso, o ensino das prendas domésticas que lhe conferiam o zelo pela saúde, bem moral e física as tornaria boas esposas. Faz necessário então refletir sobre a imposição da subalternidade e subserviência para mulher na sociedade brasileira e marajoara, cujas estruturas características visam como padrão o *status quo* europeu, mediante práticas educativas direcionadas e/ou impostas para as meninas e para as mulheres.

É necessário haver uma definição do que é colonialidade, que, segundo Gomes (2023), caracteriza-se como:

[...] o resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que, mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem. [...] (Gomes, 2023, p. 227).

A colonialidade estabelece um padrão de poder, superioridade e hierarquização social entre colonizadores e colonizados. Nesta mesma direção, Mignolo (2007) apresenta a colonialidade com uma produção ideológica, um padrão de poder, que traz consigo a retórica e o projeto de salvação dos bárbaros colonizados e que atravessa os tempos. Assim, a Igreja Católica, mesmo após o término do domínio colonial, vai ainda persistir com essas amarras subalternizando as mulheres e as limitando ao papel de boas esposas, religiosas e submissas.

As práticas educacionais propostas pela Prelazia do Marajó através da Escola Doméstica de Soure propiciaram para as mulheres e meninas sourenses uma educação específica, uma vez que se pautava no desenvolvimento de aulas de corte e costura, renda síria, tear, bordados a mão e a máquina, pinturas em tecido e tela, bons modos entre outros saberes relativos à educação feminina; essa educação não estava direcionada para o espaço público, mas sim para o ambiente privado do lar. Essas práticas da Escola doméstica de Soure seguem o mesmo modelo das aplicadas no Orfanato municipal de Belém do Pará, instituição dirigida internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana Filhas de Sant'Anna. Conforme Duarte (2013), esta contribuiu para a instrução e educação das educandas segundo os princípios formativos da instituição, no sentido de preparar as meninas para assumirem o papel de “boas mulheres” na sociedade paraense das primeiras décadas do século XX.

Para entusiasmar e para que os ensinamentos tornassem trabalhos valorosos e impecáveis, o Exmo. Sr. Presidente Dom Alonso inspecionava cada uma das aulas, para ver a dedicação e o aproveitamento das alunas. Visitava mensalmente todas as aulas, de modo que, para incentivar as alunas e as professoras, escolheu os melhores trabalhos e presenteou as autoras com cinquenta cruzeiros a cada uma das alunas selecionadas, e ao final dos cursos resolveu que daria um prêmio mais valioso ao melhor trabalho de cada uma das aulas (Prelazia do Marajó, 1957).

Diante disso, percebo claramente o incentivo e empenho para que as mulheres e meninas sourenses se dedicassem a uma educação específica voltada para o aprendizado de atividades práticas que se constituem no aprendizado de habilidades com agulhas, linhas e rendas, o que se constitui em uma educação para o lar, restringindo e limitando as mulheres ao espaço privado do lar e/ou doméstico. Isso, porque a uma educação feminina se voltava somente para as necessidades domésticas, o que significa que “a mulher compete dar o tom à casa, ser a alma da família, das conversações, das diversões domésticas” (Veríssimo, 1985, p. 155-157).

A ideia era clara: incentivar a educação feminina para, dessa forma, atingir o objetivo principal da iniciativa, que era a educação da sociedade como um todo, uma vez que Veríssimo

sustentava que o perfil das mulheres, sem instrução, sem cultura espiritual, "sem nenhuma prenda de espírito, sem convívio social, sem qualquer conhecimento do mundo e da vida" (Veríssimo, 1985, p. 120). A esse respeito, comenta o intelectual acerca da mulher:

[...] tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta de vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural de seu marido, guia de sua prole e reguladora da economia de sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções (Veríssimo, 1985, p. 122).

Tendo como base, o ideário da dedicação, aproveitamento e práticas meritocráticas, em 1960, Dom Gregório Alonso comunicou a instalação do curso de Arte Culinária, que funcionaria na Escola Doméstica uma vez por semana, ou seja, aos sábados, das 14h às 17h. Para a eficácia do ensino, ficou resolvido que a matrícula para essa nova disciplina não excederia vinte alunas. A professora seria uma pessoa competente para o cargo e, no fim do curso, haveria exame feito por outra advinda da capital para esse fim. O Revmo. Bispo do Prelado do Marajó Dom Alonso, com palavras paternais, animou as professoras a continuarem com prazer este apostolado em que se faz tanto bem às almas e se coopera para muitas meninas ali aprendam e possam mais tarde ganhar honestamente a sua vida (Prelazia do Marajó, 1960).

Ao pensar a educação para as meninas e mulheres sourenses, visualizo que a Escola Doméstica de Soure propiciou práticas educativas restritas a atividades do lar, em consonância com o pensamento da Igreja Católica, corroborando uma educação feminina pautada na colonialidade, que marginalizava o sujeito feminino do processo político, econômico e social. A esse respeito, Lugones (2008), amplia o conceito de colonialidade, apresentando uma reflexão cunhada como colonialidade de gênero, que aponta para o lugar da mulher enquanto um sujeito histórico restrito e oprimido, já que, segundo a autora, “existem papéis de gênero que foram tradicionalmente designados a mulheres”.

Ao longo dos anos, a Escola Doméstica foi ampliando a sua oferta de cursos, passando a ofertar aulas e cursos que tendenciavam a uma formação profissional, tais como: datilografia e manicure/pedicure; com isso, o número de matrículas também crescia como indicam os registros nos Livros de Matrículas anuais, haja vista que a década de 1960 foi um momento de significativas mudanças políticas, culturais e educacionais, quando o desenvolvimentismo econômico vinha se potencializando no Brasil; entretanto, nos Marajós, os problemas sociais eram uma realidade colossal.

Em Soure, os resquícios da escravidão ainda eram vigentes, mesmo depois de cem anos de “abolição”, de modo que os fazendeiros tratavam os trabalhadores rurais como

serviçais<sup>39</sup>. Diante desse cenário, a Igreja Católica reúne-se com órgãos do governo federal, tais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e “[...] o papel da Igreja Católica no desenvolvimento da Amazônia passa a ser transformar em um crescente instrumento de promoção do homem e da região” (Mélcon, 2010, p. 277).

Por essa razão, compreendo que inicialmente a Escola Doméstica de Soure tinha a finalidade de ensinar as principais artes que levam a mulher para ser uma boa esposa, uma boa dona de casa, tais como: renda síria, corte e costura, bordado à mão e a máquina, crochê, tapeçaria, pintura, tear, flores e confecção de redes. Ou seja, a princípio a Escola Doméstica de Soure foi criada com um ideário assistencialista, sendo o lugar onde mulheres e meninas tinham uma educação doméstica, como o próprio nome da escola evidencia; o processo formativo que contemplava a educação feminina para o lar tendo uma perspectiva moral e religiosa, isto é, aprendiam a dedicar-se a Igreja, aos cuidados do lar e da família. Dessa maneira, formava-se o que Louro (2002) chama de “rainha do lar”, isto é, mulheres religiosas e dedicadas ao contexto privado da casa e da família.

Contudo, embora não tenha sido criada para este fim, a Escola Doméstica de Soure alinhou-se ao ideário desenvolvimentista que o governo federal projetava para a Amazônia, motivo pelo qual acabou por oportunizar aulas e cursos que se tornaram iniciação profissional, entre estes podem-se citar: corte costura, datilografia, manicure e pedicure entre outros. Viabilizou-se com isso o que Mélcon (2010) denominou de promoção social dos menos favorecidos, já que os aprendizados puderam tornar-se ofícios para as mulheres e meninas sourenses.

---

<sup>39</sup> Em meados do século XIX, a população de Soure estava dividida em brancos (26), índios (44), mamelucos (83), mulatos (40), curibocas (7), cafusos (11) e escravos negros (155) dados retirados da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1954).



**5 SEÇÃO V:  
EXPERIÊNCIAS ASSISTENCIALISTAS EM  
INTERFACE COM A PRELAZIA DO MARAJÓ E A  
INFÂNCIA MARAJOARA**

## TEMPO DE MENINO

*Asa de garça  
passou por cima de minha cabeça ao entardecer...  
Chuva encheu a lagoa.*

*Me lembro de Cachoeira  
ao entardecer, no tempo do inverno  
O quintal da casa, cheio d'água,  
para minha alegria de menino levado,  
doidinho pela água como filhote de pato brabo.  
Alegria de brincar com meus navios de miriti  
E de espantar as sardinhas.  
Me lembro das piaçocas,  
das marrecas,  
Dos tuiuiús passando muito alto.  
Indo embora para os lagos desconhecidos.  
Me lembro daquele moinho de vento  
Parado no meio das águas.  
Montarias levando meninos para as escolas.  
O velho Mané Leão, surdo e trôpego,  
subia a torre da igreja para bater a ave-maria.  
Gaviões, colhereiras, marrecas, piaçocas, tuiuiús  
passavam por cima da igreja...  
Eu não pensava nos reinos encantados  
que há nos livros caros dos meninos ricos  
(quando eu conhecia os contos de Perrault)  
Sabia histórias que a Sabina, cria da casa, me contava,  
Pensava nas canoinhas de miriti bubuiando nas águas,  
nos matupiris que comiam os miolos do pão,  
nos cabelos verdes da mãe d'água, nos choques dos puraqués,  
no ronco dos jacarés, nos sucurijus que podiam vir buscar a gente  
quando estivesse descuidada, tomando banho no quintal da casa...  
(quando eu pensava nas fábulas de La Fontaine).  
Eu tinha a Sabina, cria da casa,  
Para me ensinar a linguagem dos bichos marajoaras.  
E me mirava horas e horas, no espelho das águas,  
E quando o vento vinha arrepiando as águas,  
O meu retrato se arrepiava também, se desmontava,  
[perdia,  
o sério de um retrato bem tirado  
para ser uma criatura que o vento bolia  
nos espelhos das águas...*

*Não vejo mais nenhuma asa de garça...  
Não vejo mais nenhuma paisagem de água e mururé  
[em volta de mim*

*Infância, tempo de menino,  
Sucuriju te levou p'ro fundo das águas  
Com todas histórias de Sabina  
As canoinhas de miriti, os cabelos da mãe d'água  
O acalanto da rede no balanço bom demais que  
[mamãe me fazia...  
É por isso com meu velho dicionário  
Leio os contos de Perrault*

*E compreendo a fala dos bichos de La Fontaine.*

\*\*\*\*\*

*Dalcídio Jurandir*<sup>40</sup>

A infância descrita por Dalcídio Jurandir no poema *Tempo de Menino* é permeada de uma poética sensível, na qual o imaginário e a cultura são os fios condutores da vivência e das relações sociais das crianças amazônicas. Entretanto, esta é apenas uma perspectiva das infâncias presentes na Amazônia marajoaras. Nesta direção, Alves (2007) afirma que as crianças amazônicas, em particular, vivem em um meio social carregado de significações, ideologias, histórias e em uma cultura muito singular, como a da Amazônia, cercada de narradores que transmitem toda a poética da região.

Ainda em diálogo com o texto literário, cito o romance *Menino do Marajó* (1976), do escritor paraense Cândido Marinho Rocha, no qual descreve a trajetória do menino Carlinhos, uma criança que deixou a cidade de Belém para se aventurar em terras marajoaras dos anos de 1920. Em um trecho da obra, o autor descreve a fome e miséria vivida por Carlinhos durante a infância das ilhas do Marajó:

Emagrecia, solitário e esquecido, roendo unhas para enganar a fome, bebendo água e comendo quando o pobre amigo que o acolhera algum meio quilo de carne comprova na viração dos talhos. Aprecia-se em afundar sua resignação na esperança lívida que os sustentava. Sem notícias do seu povo a quem também não podia escrever – dizendo o que? – para mentar? Para atormentar? – estrangulava os impulsos de revolta, na serena lucidez dos que palmilhavam as espinhentas margens do fosso da fome (Rocha, 1976, p. 83).

Diante disso, compreendo como as infâncias na Amazônia marajoara são atravessadas por singularidades e especificidades próprias do território e da cultura que as envolve. Vale mencionar que utilizo a palavra infância no plural para evidenciar as diversas infâncias que coexistem no arquipélago do Marajó, tais como as infâncias quilombolas, indígenas, ribeirinhas, caboclas, pesqueiras, entre tantas outras que habitaram e habitam os Marajós e que, a sua maneira, construiu (e constrói) uma história da infância na Amazônia marajoara. Afinal, Alves (2018) chama atenção para o fato de que os estudos e pesquisas da criança e infância no Brasil, especialmente em localidades da região do Pará, necessitam de maiores debates e investigações, pois as incipientes produções existentes, “tanto de mestrado como as de doutorado, apresentam uma riqueza de fontes e procedimentos analíticos dos dados” (Alves, 2014, p. 56).

---

<sup>40</sup> Segundo a Prof.<sup>a</sup> Marli Furtado, este poema apareceu pela primeira vez na Escola em 1935.

Assim, a História da infância na Amazônia marajoara é contemplada por diversas infâncias que são marcadas por questões sociais, em que a pobreza, a miséria, a vulnerabilidade e ausência de oportunidades são marcas significativas no cotidiano da vivência das crianças marajoaras e suas infâncias. Além disso, Guimarães (2023) aponta que a exploração sexual e o trabalho infantil são mazelas que assolam as infâncias marajoaras, sendo estes os assuntos mais recorrentes nos noticiários de TV, rádio e internet quando se buscam informações sobre a infância no Marajó no que tange à contemporaneidade.

Com isso, identifico infâncias que padecem com o “roubo da sua infância”<sup>41</sup>, seja pelas mazelas sociais de toda a ordem, tais como o trabalho infantil e a exploração sexual, seja pela ausência de oportunidades e da atenção do poder público, uma vez que a violação dos seus direitos é uma realidade vigente. Nesse contexto de lacuna de ações e políticas públicas, as ações assistencialistas promovidas pelas Igrejas ganham destaque e passam a se consolidar como instituições religiosas de proteção à infância no Marajó, de modo que a fé cristã se consorcia, objetivando dirigir o “destino dos infelizes” (Gondra, 2002, p. 307).

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>42</sup> preconiza a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, bem como mensura o alcance das instituições governamentais para suprir as demandas que envolvem a violação dos direitos das crianças da Amazônia marajoara. Nesse âmbito, Kramer (2011) destaca o formato de políticas para a infância, afirmando que:

[...] políticas para a infância precisam ter como horizonte humanização e resgate da experiência, para que as crianças e jovens possam ler o mundo, escrever a história, expressar-se, criar, mudar, para que se reconheçam e consolidem relações de identidade e pertencimento [...] (Kramer, 2011, p. 114).

Os Marajós certamente são regiões que necessitam de políticas públicas para a infância que sejam fortalecidas e consolidadas, priorizando as relações de identidade e pertencimento com a sua territorialidade e cultura, bem como ações de combate a violações de direitos às quais a infância marajoara é submetida diariamente. Em contrapartida, enfatizo que as infâncias marajoaras possuem práticas socioculturais diversas que compõem um emaranhado de culturas, saberes, religiosidades e contextos cronotrópicos (tempo e espaço) que se unem com a vivência,

---

<sup>41</sup> A ideia de roubo da infância é uma das conclusões apresentadas por Guimarães (2023).

<sup>42</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei (Lei 8.069/1990) que trata dos direitos das crianças e adolescentes. Esse instrumento normativo foi promulgado em 13 de julho de 1990, durante o governo de Fernando Collor. O ECA reconhece que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em condição de desenvolvimento e, portanto, devem ser prioridade absoluta do Estado (Brasil, 1990).

com o trabalho, com as relações familiares, construindo assim um cotidiano próprio de crianças que vivem na Amazônia marajoara.

À vista disso, ao analisar os discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó, na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960, é possível rememorar a infância sourense e os sujeitos históricos que a vivenciaram uma infância marcada por ausências, sobretudo, no âmbito da saúde e educação. Com isso, percebo nas infâncias na Amazônia marajoara um terreno fértil para pesquisas, e nós, pesquisadores amazônidas, podemos e/ou precisamos visibilizar essa realidade, uma vez que ainda se tem muito a conhecer, sobretudo ao associar a infância marajoara à história da educação.

Neste sentido, identifiquei lacunas nos registros dessas infâncias que se localizam fora da capital do estado do Pará, Belém, porque as fontes para elucidar contextos diferenciados são escassas, raras e pouco acessíveis. Isso leva não só a perceber a violação do direito à memória das infâncias amazônicas, mas que estas infâncias estão sendo silenciadas nas pesquisas acadêmicas, já que estas, em sua maioria, dão conta das infâncias localizada longe dos grandes centros, nas capitais dos estados. Este argumento ganha fôlego, inclusive, ao consultar o texto intitulado *Estudos da Infância no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA*, de Alves (2018), em que são apresentadas diversas produções, em nível de mestrado e doutorado, nas quais a criança e a infância da Amazônia paraense ganham destaque. Contudo, estes estudos concentram-se em sua maioria na criança e infância da capital paraense.

Cabe evidenciar essa lacuna após acessar os registros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Revista Brasileira de História da Educação e dos principais PPGs em Educação do estado do Pará (PPGED-UEPA, PPGED-UFPA), onde encontrei pouquíssimos estudos que dão conta de apresentar as infâncias em contextos diferentes da capital, Belém, e menos ainda estudos que apresentem a infância nos Marajós.

Dessa forma, compreendo que esse estudo pode colaborar com o conhecimento disponível. Para isso, empreendo um esforço enorme para pôr à vista as infâncias marajoaras com suas especificidades e particularidades, realizando o recorte das singularidades da infância sourense. Para isso, neste estudo me utilizo de fontes documentais resguardadas em sua maioria na Cúria da Prelazia do Marajó em Soure.

Nessa seção, apresento um mergulho no universo histórico relativo a experiências assistencialistas em interface com a Prelazia do Marajó e as infâncias na Amazônia marajoara. É importante salientar que, nesse estudo, o enfoque e/ou recorte é a infância marajoara da cidade

de Soure que é o lócus dessa pesquisa. Para isso, o foco recai nas Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó que incidiram na saúde e educação das crianças sourenses.

Diante disso, torna-se necessário situar, ainda de que forma breve e pontual, o contexto histórico nacional no âmbito da economia, educação, cultura e política, no que concerne aos anos de 1950 a 60. O Brasil nesse período passou por diversas mudanças, e a década de 1950 foi marcada pelo nacionalismo, de maneira exacerbada e intencionalmente, fazendo com que dentro da sociedade se consolidassem ideais nacionalistas entranhados no desenvolvimento, que se fazia promessa e fato. Essa simbologia marcou o período em que o Brasil esteve governado por Juscelino Kubitschek, presidente cujo mandato foi caracterizado por uma rica consolidação de recursos e ações que buscaram tirar o Brasil de um marasmo que não evidenciava o Estado.

Segundo Moreira (1998), a intenção progressista e desenvolvimentista trazia uma parcela de anseios históricos e realizações que buscavam inundar a sociedade da época, ainda com um quadro de aprimoramentos, científicos, ideológicos, culturais, sociais e estruturais em benefício do crescimento nacional e de suas regiões. Assim, pode-se frisar que o Nacionalismo iniciado ainda na década de 1930, através do governo de Getúlio Vargas, espalhou-se pelo país nas décadas seguintes, tendo a face de uma ideologia de Estado, criando inserções com o mote do desenvolvimento sendo a propaganda de maior impacto do poder público federal.

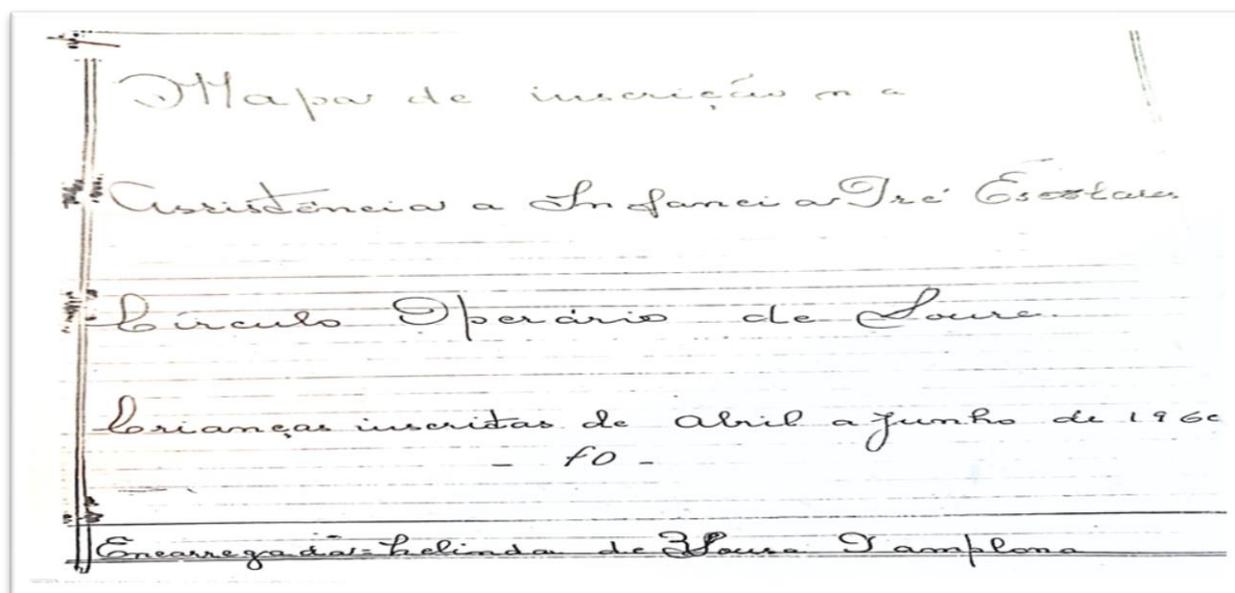
Na Amazônia, no período que corresponde aos anos 50 a 60, tem-se a implantação do Projeto de Integração da Amazônia com o restante do Brasil, conhecido como “Operação Amazônia”. Para isso, o governo federal articulou-se com instituições nacionais e internacionais para que o Projeto de Integração fosse cumprido. Nesse contexto, a Igreja Católica surge como parceira do Estado, reorganizando e fortalecendo suas estruturas, que estavam abaladas desde o final do século XIX. As ações missionárias foram potencializadas a partir da criação de várias Prelazias pela Amazônia, dentre as quais está a Prelazia do Marajó (Da Mata, 1992).

As ações missionárias faziam parte do planejamento desenvolvimentista e compreendiam a criação de colégios, hospitais, orfanatos, escolas de artes e ofícios, oratórios e missões indígenas. Desse modo, reflete-se que o conjunto de ações que compõe as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, além de atender ao objetivo de romanizar os Marajós, articulou-se e contribuiu também para o projeto desenvolvimentista que o governo federal tinha para a Amazônia, o qual se aprofundará anos mais tarde, na década de 70. Diante disso, apresento nessa seção a contribuição do Círculo Operário de Soure na assistência à saúde da população e das crianças sourenses.

## 5.1 O Círculo Operário e a assistência à saúde da infância sourense

Com a proposição das Obras Sociais e Educacionais, a Prelazia do Marajó objetivava educar e assistir a infância marajoara sourense, para desse modo, estar cada vez mais próxima das famílias sourenses. Nesse contexto, destaco a figura abaixo, que apresenta um mapa manuscrito de Inscrição na Assistência à Infância a Pré-Escolares que compunha os escritos do projeto denominado Gota de Leite, o qual foi desenvolvido pelo Círculo Operário de Soure, sendo um dispositivo que compunha as Obras Sociais e Educacionais.

**Figura 24** - Capa do Mapa 1 de Inscrição na Assistência à Infância a Pré-Escola



Fonte: Acervo da Cúria da Prelazia do Marajó.



Os dados levantados nessa fonte indicam um texto que manifesta uma preocupação com a saúde das crianças assistidas pelo Círculo Operário de Soure, uma vez que apresenta um controle e acompanhamento do peso mês a mês das crianças, pois o projeto Gota de Leite, desenvolvido pelo Círculo Operário Sourense, consistia na distribuição gratuita de leite, vitaminas, proteínas e vários gêneros alimentícios para as crianças de famílias carentes. Por sua vez, esse fator demonstra inicialmente a preocupação com o desenvolvimento físico das crianças, contudo, essas ações oportunizavam que Igreja Católica estivesse presente e cada vez mais próxima das famílias pobres sourenses, para que assim transmitisse sua doutrina cristã.

A respeito das atividades de instituições e movimentos que visavam promover a assistência e a caridade da população pobre paraense, Pinheiro (2017), afirma que:

Em geral das principais iniciativas destinadas à assistência e educação da infância pobre no estado do Pará, desde o Período Colonial ao Republicano, foi possível perceber que o percurso de implantação e concepção das instituições criadas no cenário paraense esteve de um modo geral em consonância com o desenvolver do processo de institucionalização das crianças pobres, iniciando pela fase caritativa com os primeiros estabelecimentos ainda mantidos pelas ações de caridade de religiosos e pessoas da sociedade, que se sensibilizavam com o projeto cristão de ajudar os mais necessitados, até chegar a chamada fase filantrópica, na qual as instituições, norteadas por princípios científicos-pedagógicos, tornam-se geridas, em muitos casos, pelo poder público, pois a criança era responsabilidade deste, logo, cabia ao Estado pensar como zelar por esse “patrimônio” (Pinheiro, 2017, p. 58).

Dentro dessa perspectiva, Dom Alonso incluiu em seu projeto de evangelização de Soure diversos trabalhos pastorais, onde reunia católicos e um cidadão sourense conhecido popularmente como Mestre Bilú para executar uma obra que abrangeria uma parcela da população pouco disponível para a religião, os homens. Assim, no dia 26 de janeiro de 1947, fundou-se oficialmente o Círculo Operário de Soure, com assistência das autoridades e representantes do Círculo Operário de Belém. Esta é uma associação direcionada aos homens trabalhadores, não havendo distinção entre as classes sociais, financeira e profissional. Vários jovens e senhores se associaram, e um dos objetivos era resgatar o homem ao serviço de Deus, assim como ajudar o próximo, uma vez que se reuniam inicialmente para auxiliar alguém que estivesse precisando de ajuda (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Segundo Mélon (2010), o Círculo Operário de Soure pode ser considerado a maior obra social da Prelazia de Marajó, no tempo de Dom Alonso, pois no âmbito eclesial se destacou, procurando superar a perspectiva meramente caritativa e assistencial, configurando-se como

movimento social. Inspirado nas linhas básicas da *Rerum Novarum*<sup>43</sup>, os Círculos retomavam, como ideário, os pontos da doutrina social que podia adaptar o movimento, em todos os níveis, às exigências de cada situação. Com esse movimento, a Igreja Católica reafirma-se na sociedade se fazendo presente nos diversos segmentos sociais para usá-lo como veículos de transmissão de sua doutrina cristã católica apostólica romana,

O Círculo Operário de Soure foi uma associação que conseguiu reunir um grande número de sócios, cuja data mais importante para eles era o 1<sup>a</sup> de maio, Dia do Trabalho. Neste dia, sob a orientação de Dom Alonso, uma grande marcha era realizada pelos sócios, que saíam da sede da associação, na 2<sup>a</sup> rua do bairro Centro, com destino à Igreja de São José, já que este é considerado o santo padroeiro dos trabalhadores. Ao chegarem, uma pomposa celebração era realizada, tendo como celebrante o bispo; ao terminar a celebração, os associados dirigiam-se novamente para a sede da associação, para juntos deliciarem-se com um caprichado café da manhã (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Em 19 de março de 1948, um ano após a criação do Círculo Operário, diante da falta de estrutura hospitalar, inaugurou-se a “Casa da Saúde” do Círculo Operário de Soure, a qual apresento na imagem abaixo:

---

<sup>43</sup> A Encíclica é uma carta circular pontificia promulgada pelo Papa Leão XIII publicada em 15 de maio de 1891. *Rerum Novarum* é uma locução latina que quer dizer Das Coisas Novas, Das Inovações. Nesse documento é defendido o direito do trabalhador de se unir em sindicatos e cooperativas. A reunião em sindicatos durante muito tempo foi proibida, havendo até condenações criminais a respeito por ser considerada atividade ilícita. Encíclica *Rerum Novarum*, os direitos da família e da propriedade privada contra os abusos do Estado. Mas também se defende a necessidade do Estado proteger os trabalhadores e suas organizações sindicais. É a primeira manifestação aberta da Igreja nesse sentido e, como consequência, surgem sindicatos católicos em diversos países europeu (Gunther, 2017).

**Figura 26** - Casa da Saúde em Soure- Marajó- Pará



Fonte: Acervo Particular

A princípio, a clientela atendida pela Casa da Saúde era somente dos sócios e seus dependentes, mas, em pouco tempo, em 1950, ampliaram-se os atendimentos a toda população sourense, suprimindo e/ou amenizando-se a carência na área da saúde, já que não existia posto de saúde tampouco assistência médica em Soure ou nas cidades vizinhas neste período.

Desenvolvendo ações e projetos através das Obras Sociais e Educacionais, como a implementação da Casa da Saúde em Soure, Dom Alonso preenchia uma lacuna em face da ausência de políticas públicas neste tempo em que o arquipélago do Marajó carecia principalmente do básico: saúde e educação. Sobre esse contexto, Cruz revela que a:

[Marajó] Para os turistas é como se fosse um sonho. Mas ali se vê muita pobreza. Não há trabalho para os que querem trabalhar. O dinheiro que circula é escasso. Desde meu tempo de criança ouvem-se promessas, mas ainda nada fizeram para melhorar a vida daquela gente necessitada que vive naquela terra criada pelas mãos de Deus (Cruz, 1987, p. 12).

Embora o Marajó tenha o título destino turístico encantador, por suas paisagens e praias exuberantes, por sua cultura e gastronomia peculiar, o cotidiano de quem reside nos municípios do arquipélago é duro e cruel, uma vez que convivem com oportunidades de trabalho e/ou emprego escassas e, em consequência disso, a pobreza e vulnerabilidade social assolam a realidade de grande parte das famílias marajoaras. Vale salientar que até os dias atuais os Marajós ainda padecem de poucas propostas governamentais que possibilitem vida digna para a população marajoara.

Com o subsídio estrangeiro, advindo da OAR na Espanha, Dom Alonso possibilitou que a população sourense passasse a receber assistência médica, tal como: consultas, atendimento odontológico, com extração de dentes, e hospitalar, com realizações de partos, curativos e outros. Além dos serviços citados através da Associação Círculo Operário de Soure, foi realizado o projeto “Gotas de Leite” que distribuía gratuitamente leite, vitaminas, proteínas e vários gêneros alimentícios para crianças carentes (Paróquia Menino Deus em Soure, [19--]).

Para além do capital estrangeiro, o Círculo Operário de Soure buscava subsídios para as suas ações e projetos, articulando convênio com o Ministério da Educação, a quem enviava anualmente um relatório apresentando detalhadamente as ações e os projetos desenvolvidos em prol da população e, sobretudo, da infância marajoara. Esse ato filantrópico, segundo Kuhlmann Jr. (1999, p. 61), representa “a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade”.

Mélcon (2010) destaca em seus escritos um fragmento do relatório anual do Círculo Operário de 17 de julho de 1958.

**POSTO DENTÁRIO:** Para atender à classe operária e suas famílias, com único posto da localidade. Os dentistas eram contratados por conta da Prelazia e vinham de Belém, atendendo aos domingos e durante vários dias da semana.  
**POSTO DE ENFERMAGEM:** Para atender aos circulistas e suas famílias distribuindo medicamentos aos necessitados. Neste ano foram atendidas 3.300 pessoas, na Casa da Saúde. A Prelazia construiu um prédio de bastante capacidade para o internamento dos sócios enfermos. Não funcionou como hospital devido aos poucos recursos da sociedade.

**LACTÁRIO:** Nesta seção de assistência social, tão necessária para as famílias pobres da região, onde crianças são bastantes desnutridas atenderam-se semanalmente umas 70 lactantes que recebiam a quota correspondente de leite, vitaminas e fortificantes.

**AUXILIO AOS ENFERMOS:** Distribuiu para sócios enfermos e impossibilitados para o trabalho, medicamentos e auxílio monetário.

**ORIENTAÇÃO SOCIAL:** Semanalmente, na sede do Círculo Operário, havia conferências de orientação para os operários.

Gostaríamos de fazer muito mais, porém faltam recursos (Mélcon, 2010, p. 152).

Com os escritos do Relatório Anual do Círculo Operário de Soure de 1958, percebe-se que foram desenvolvidas ações no âmbito da saúde e da assistência, tais como a criação de um Posto Dentário, onde dentistas contratados pela Prelazia do Marajó iam a Soure atender às famílias, e do Posto de Enfermagem, que distribuía medicamentos aos necessitados. O Lactário fazia a distribuição de leite, vitaminas e fortificantes para as famílias sourenses e suas crianças, que são apresentadas como crianças bastantes desnutridas. Havia ainda o Auxílio aos Enfermos, que subsidiava medicamentos e auxílio monetário para sócios enfermos e impossibilitados de

trabalhar, bem como a Orientação Social, onde semanalmente se promoviam conferências de orientação.

Para que essas ações fossem desenvolvidas, a Prelazia do Marajó recebeu inicialmente subsídios advindos da Ordem dos Agostinianos Recoletos e, posteriormente, somaram-se a esses os proventos vindos do Ministério da Educação. Percebe-se aí a Igreja Católica articulando-se ao ideário higienista de limpar as mazelas sociais da população e da infância, bem como ao ideário civilizatório, para assim propiciar o desenvolvimento de Soure, uma vez que as Obras Sociais e Educacionais, como o Círculo Operário de Soure, preocuparam-se com a saúde da população e da infância sourense.

Desenvolveram-se diversas ações que pudessem assistir à infância e à população sourense. Nesse contexto, destaco o Lactário, que visava atender às famílias pobres que possuíam crianças pobres e desnutridas e as lactantes, amenizando a pobreza e a miséria que as envolviam. Por sua vez, havia a Orientação Social, que acontecia de forma periódica para os operários, isto é, para os homens, e suscitavam as práticas, costumes e hábitos compatíveis com a doutrina cristã.

Assim, o Círculo Operário de Soure ia cumprindo um papel social significativo. De acordo com Mélcón (2010), quando a assistência médica estadual foi instalada em Soure, não havia local apropriado. Então, a FUNRURAL<sup>44</sup> firmou um convênio com a Prelazia do Marajó, que durou dez anos, na qual o Hospital de Soure, denominado Menino Deus, utilizou as instalações da Casa de Saúde para seus atendimentos.

O Círculo Operário de Soure funcionou satisfatoriamente durante o período de 1950 a 1960, e cumpriu uma missão social em consonância com os propósitos da criação dos círculos operários. Nesta direção, Mélcón salienta que:

Os círculos operários deram uma resposta a situação social do Brasil, pois era urgente coordenar os movimentos de trabalhadores cristãos, formar uma organização forte e perfeita para dignificar o trabalho e prestar a seus associados todo gênero de benefícios de defesa. Inspirado nas linhas básicas da *Rerum Novarum* trouxeram nova visão do apostolado e propondo nova cruzada para restauração do reino de Cristo nas atividades pastorais da Igreja (Mélcon, 2010, p. 153).

Os Círculos Operários foram criados Brasil afora em 1930, com intuito de responder à situação social brasileira de degradação dos trabalhadores, com luta por melhores condições de vida. Assim, inspirados na *Rerum Novarum*, retomavam o ideário da doutrina social, com a urgência da criação de um movimento operário cristão que oportunizasse assistência social e

---

<sup>44</sup> Sindicato Rural a quem ficou a cargo de gerir o Hospital de Soure denominado Menino Deus.

formação espiritual. Com isso, a Igreja Católica passa a expressar interesse em articular a classe operária com a ideia de criar sindicatos católicos.

Em face disso, o Círculo Operário de Soure desenvolveu diversas ações de assistência à saúde, oportunizando cuidados de caráter caritativo e filantrópico, sendo aquelas destinadas inicialmente aos seus associados e suas famílias; a posteriori, estendendo-as a uma classe social específica – as famílias e crianças pobres, já que estas necessitavam de subsídios básicos para sua sobrevivência. Dom Alonso, agostiniano recoleto, primeiro bispo do prelado do Marajó empenhava-se significativamente para estar muito próximo da comunidade sourense; dessa forma, visualizava as mazelas sociais e buscava formas de amenizá-las, de modo a diminuir as lacunas das esferas municipais, estaduais e federais.

A realidade vivenciada pelas famílias e crianças pobres atendidas pelo Círculo Operário de Soure é análoga ao que é explicitado no romance *Chove nos Campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir, no qual o autor apresenta uma infância composta por crianças inominadas pelo narrador do romance, que se revelam debilitadas, marginalizadas e dependentes da caridade alheia para sobreviverem ao cotidiano de pobreza. Sendo descritos como:

Amarelinhos, barrigudos e pedichões. D. Amélia dava purgantes, sobras de pano, conselho, carões, mas não podia acabar com a pobreza [...] os pequenos sabiam comer traíra inteira com espinha saindo pela boca, piróngos de farinha, cuiadas de chibé, terra, sabão, tabaco. Comiam a se fartar, quando havia, com uma fome crônica, tendo ataque de vermes, cabeludos e viciados. Alfredo não gostava desses moleques, com desdém, negava as coisas, via que eles eram como bichos (Jurandir, 1995,p.94)

Essas crianças apresentadas por Dalcídio Jurandir em seu romance reforçam e retratam o desvalimento social da infância sourense, apresentando situações costumeiras vivenciadas e compartilhadas pelos personagens do romance e pela população marajoara, tais como: a ausência de alimentação e o acometimento de doenças. Ficam evidentes as condições miseráveis e desumanas em que as crianças se encontravam; talvez, por essa razão o personagem principal do romance, o menino Alfredo, reconhece-os como animais e não seres humanos, ou ainda, em um nível abaixo: “um moleque não tinha talvez o valor dum passarinho” (Jurandir, 1995, p. 19).

As narrativas dalcidianas são ricas em cena e relatos que não se preocupam em suavizar ou até mesmo romantizar o cotidiano marajoara. O autor simplesmente descreve realidades que lhe foram corriqueiras, de um Marajó que era muito oportuno aos que concentravam o poder econômico da região e podiam explorar recursos naturais ou produzir e comercializar. Outro Marajó retratado era o das pessoas simples, que ofereciam sua força de trabalho por tão pouco,

mera subsistência, e que não encontravam oportunidades de transformar suas vidas, mantendo-se na região. Por isso, a busca de estudo, formação para o trabalho e emprego na capital também é retratada, um destino que poderia gerar oportunidades que em solo natal não existiriam.

Observando o contexto marajoara, a Igreja Católica, especialmente, a Prelazia do Marajó, assumiu o compromisso de prestar assistência e educação à infância marajoara diante de sua carência e pobreza, além, é claro, da formação cristã ligada a fé católica. Com o intuito proteger as crianças marajoaras da vulnerabilidade social que as atingia, escreveu-se uma parte importante da história da infância marajoara, principalmente no que diz respeito à assistência e à educação. De acordo com Rizzini e Schueller (2011), a partir da articulação da Igreja com projetos voltados à população infantil paraense, surgiram uma série de projetos e institutos que visava promover não apenas a saúde, mas também uma educação pautada em um modelo educacional pedagógico-cristão.

Com essa finalidade, elaboram e fundam dispositivos que pudessem colaborar com a educação e a saúde da infância marajoara. Tal qual o Círculo Operário de Soure, que foi um dos dispositivos que compôs as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, sendo mantido pelo capital estrangeiro espanhol advindo da OAR para desenvolver ações e projetos, como o Gota de Leite e o Lactário, que objetivava a distribuição de leite, vitaminas, fortificantes e alimentos para as mulheres e crianças pobres consideradas bastante desnutridas, bem como os postos dentários e de enfermagem que proporcionava assistência médica e odontológica. Nessa direção, Pinheiro (2013, p. 110) lembra que, historicamente, a alimentação paraense “era vista como um dos principais fatores das mortes das crianças, as autoridades, os médicos e os sanitaristas atribuíam tal problemática ao leite, bem como a certos alimentos que eram dados às crianças nos primeiros meses de vida”.

A Prelazia do Marajó objetivava prioritariamente desenvolver sua missão evangelizadora em terras marajoaras, porém, para que pudessem desenvolver o projeto de romanizar os Marajós, empenhava-se significativamente para estar muito próximo da comunidade em todos os setores. Com isso, subsidiava uma melhoria na qualidade de vida da população e da infância sourense, amenizando assim a pobreza, miséria e vulnerabilidade social a qual estavam submetidos.

Diante desse cenário, ressalto a infância como uma construção cultural e histórica, uma fase determinada do indivíduo que se relaciona intimamente com o constructo cultural da sociedade na qual ele está inserido. Desse modo, a criança é o sujeito que vivencia esse tempo<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Essa perspectiva corrobora com a concepção proposta em (Leite, 2003).

Assim, meninas e meninos marajoaras vivenciaram, no período de 1950 a 1960, os projetos e ações que compunham as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, que traziam consigo um ideário caritativo, religioso e colonialista, pautado na fé cristã e no fortalecimento do cristianismo.

Desse modo, pensar as Infâncias Amazônicas é compreender que são diversas e possuem particularidades e especificidades. A partir disso, percebê-las faz refletir a partir de uma outra perspectiva, a do amazônida, do nortista, oprimido e marginalizado, razão pela qual a decolonialidade ampara uma reflexão crítica.

[...] a emergência de práticas que reconheçam os sujeitos que se mantêm numa colonialidade subjetiva, numa relação de poder que os oprime e excluem nos âmbitos sociais, culturais, econômicos e políticos, negando suas culturas e identidades, tornando-os invisíveis. [...] (Simões; Santos; Barroca, 2015, p.10)

Faz-se necessário aprofundar o conhecimento acerca das amarras coloniais justamente para compreender com o olhar nativo o que é a contemporaneidade do espaço e, principalmente, dos sujeitos que compõem a Amazônia. As infâncias amazônicas, especialmente as infâncias marajoaras, convivem com a necessidade de ser interpretada, relatada e externada não mais com o olhar exógeno e, sim, através do fazer científico local, por meio do qual se promova a relação entre o pesquisador e os saberes locais, corporificando assim o saber acerca do falar, brincar, do modo de viver a infância nas cercanias marajoaras. Conforme Alves (2018, p. 38), existe a necessidade de conhecer um maior número de experiências, identificar diferentes formas de investigar as crianças e suas infâncias na região Norte, especialmente na Amazônia paraense.

Deste modo, estudar a infância na Amazônia marajoara é aprender acerca de diversas possibilidades de ser e de viver. Segundo o poeta Paes Loureiro (2007) trata-se de uma oportunidade única em criar, renovar, interferir, transformar, reformular e sumarizar, ou seja, é alargar a compreensão das coisas, já que suas ideias passam a existir à medida que vão fazendo sentido para a sua existência. Nessa mesma direção, Andrade destaca que: “Para a apreensão da realidade amazônica e marajoara se fez necessário refletirmos sobre a ótica não do colonizador, mas do oprimido nortista-amazônida, especialmente sobre a condição de subserviente a que foi submetido por séculos” (Andrade, 2019, p.38)

Esse cenário os obriga a uma luta cotidiana para garantir seu modo de ser e viver no mundo; por essa resistência contínua, os sujeitos amazônicos acabam tendo que superar séculos de um aprisionamento histórico-cultural conduzido pelo domínio do capital, que outrora esteve nas mãos do europeu e hoje é conduzido pelas elites globais. Portanto, inseridos nesse histórico viés de dominação e austeridade, resta aos sujeitos do Norte do Brasil o exercício de estudo,

reflexão e criticidade de sua realidade, assim como a busca por um processo de revolução que parta do pessoal para o coletivo e venha se contrapor às opressões que ainda operam sob os moldes da colonialidade.

## **5.2 Por entre rios, campos e florestas: a Escola Artesanal de Soure**

Muitos outros projetos menores e obras sociais foram planejados e executados, todos em sintonia com a realidade local, educando o povo a olhar para o futuro mais promissor, com alegria e otimismo, sentindo-se mais consciente e responsável por sua vida familiar, social e cristã. Esse trabalho levado a cabo conjuntamente pelo Prelado, pelos missionários e pelo povo, foi importante para o desenvolvimento social e para formar naquela gente uma nova consciência, fazendo-os descobrir sua condição de homens-novo-mundo-amazônicos, ajudando-os a experimentar a sua dignidade de pessoas, de sujeitos criadores e redentores da Amazônia e a sair de sua atitude acentuadamente passiva de isolamento nos núcleos populacionais perdidos e ilhados nas infindáveis florestas e imensuráveis rios (Mélcon, 2010, p. 288).

Diante desse cenário, identifico a Escola Artesanal como mais uma das ações propostas pela Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó sob os desígnios da OAR com a gerência de Dom Alonso. Esta foi uma proposição de ensino de ofícios a partir de suas aptidões para os meninos e adolescentes pobres de Soure. Com essa finalidade, iniciou as suas atividades na década 1960, com diversos projetos direcionados a públicos específicos, articulando-se diretamente com a realidade local, por meio de atividades de pesca artesanal, marcenaria e curtume (Prelazia do Marajó, 1960b).

Em outras palavras, a Escola Artesanal de Soure foi fundada para possibilitar que os adolescentes e meninos sourenses pudessem acessar o ensino profissionalizante de um ofício proferido pelas suas aptidões e relacionado com o contexto de Soure. Julgo se tratar de um projeto menor, como diz Mélcon, ou ainda pequeno, possivelmente por sua dimensão e/ou abrangência não ter sido expressiva, especialmente nos anos de 1950 a 1960. Vale mencionar que o seu registro nos documentos da Cúria nesse período é escasso, e não há registro de livro de matrículas da Escola Artesanal.

Entretanto, o Relatório das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó de março de 1960 pontua a sua fundação, finalidade e o seu funcionamento no mesmo endereço da Escola Doméstica de Soure. Corroborando o discurso da fonte já citada, Mélcon (2010) evidencia que:

“Um trabalho simples e humilde para gente simples e humilde que valoriza a dignidade de viver”. Nalgumas paróquias, como em Soure, têm-se promovido as oficinas de trabalhos de madeira, cerâmica, artes gráficas, eletricidade e eletrônica. Uma oficina-escola, em trabalhos de couro curtido, com motivos marajoara, confeccionam sandálias, sapatos, cintos, selas arreios e outros artefatos. É subvencionada pela OXFAM (Operação para a Educação e Desenvolvimento da Região Amazônica) (Mélcon, 2010, p. 282).

Em Soure, a Escola Artesanal se propunha a ensinar ofícios para os meninos pobres sourenses, uma vez que as oportunidades de emancipação eram escassas, pois restava a eles “um trabalho simples e humilde”, já que eram “uma gente simples e humilde” como indica Mélcon (2010). Assim, no formato de oficina-escola, onde se aprende fazendo, isto é, praticando, os ensinamentos ofertados se articulavam diretamente com a realidade local do município, tais como manuseio do couro curtido e manipulação da cerâmica com motivos marajoaras advindos das populações indígenas que habitaram Soure em sua gênese.

Em consequência disso, a criação do curtume de Soure foi uma realidade onde se confeccionavam sandálias, sapatos, cintos, selas e outros artefatos, sendo uma realidade subvencionada pela OXFAM, a qual funciona até os dias atuais na cidade. Além do curtume em Soure, mantém-se uma marcenaria onde os meninos aprendem a utilizar a madeira, produzindo móveis, artesanato e reparos em canoas, com isso desenvolvendo o ofício de marceneiro. Dessa forma, podem contribuir com a construção da mobília das capelas e casas prelatícias (Prelazia do Marajó, 1960b).

Nesta direção, na Figura 27, abaixo, meninos trabalham na criação do trono episcopal.

**Figura 27** - Meninos na confecção do trono episcopal



Fonte: Mélcón (2010, p. 288).

Na Figura 27, observam-se cerca de dez meninos orientados por um professor/educador, manuseando a madeira para a confecção de um trono episcopal. Os dois meninos à esquerda trabalham nas medidas junto ao professor/educador, e os quatro à direita, no canto da fotografia no talho da madeira; os demais, abaixo, sentados ao chão, atuam no lixamento de peças. A produção de móveis episcopais nas aulas de marcenaria contribuiu com a expansão e ampliação do número de capelas na região marajoara.

Em suma, a Escola Artesanal foi uma proposição das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó que, segundo os discursos evidenciados nas fontes, objetivava ensinar para o mundo do trabalho, isto é, possibilitar que os meninos pobres sourenses obtivessem um ofício, um saber, uma profissão, um trabalho, ao menos para a vida mais elementar (Mélcon, 2010). Isso, porque estes não tinham possibilidades e recursos de frequentar escolas profissionalizantes na capital Belém.

A Escola Artesanal lembra o Instituto da Prata, fundado para dar assistência e educação da infância no contexto do estado do Pará, a partir das ações das políticas indigenistas e dos missionários capuchinhos. De acordo com Rizzini e Schueller (2011), na década de 1930, o instituto da Prata oferecia três cursos para o público infantil masculino para trabalharem como aprendizes nas oficinas (tipografia, serraria, mecânica), na agricultura, na capina e nas construções, além de fazerem aulas de músicas, assim como participavam da limpeza do estabelecimento, da jardinagem, horticultura, cozinha, dormitórios etc.



**6 SEÇÃO VI:  
POR ENTRE OS RIOS E OS CAMPOS: UMA ÂNCORA  
PARA RECALCULAR A ROTA**

## 6.1 Fim da travessia pelas águas e campos marajoaras

Essa viagem foi intensa! Embarquei! Atravessei! Naveguei! E agora joga uma âncora para recalcular a rota. Estou certa de que esta pesquisa não encerra as possibilidades de estudos sobre a Prelazia do Marajó tampouco sobre as suas Obras Sociais e Educacionais, uma vez que a história que envolve esta instituição é extensa e se interliga com a historicidade dos Marajós, tal qual as memórias das suas Obras Sociais e Educacionais.

Pelos motivos destacados ao longo do texto, centrei-me somente nas ações desenvolvidas pelas Obras Sociais e Educacionais na cidade de Soure. Esse esforço desvelou um universo de possibilidades e contribuiu para pôr em vista um contexto social, cultural e educacional que envolveu esta cidade, considerada a “Pérola do Marajó” ou ainda “Capital do Marajó” nos anos de 1950 a 1960; com isso, foi possível visibilizar um fragmento da História da Educação Marajoara.

A História da Infância e da Educação Marajoara ainda é pouco visibilizada, haja vista que estamos falando do maior arquipélago fluviomarítimo do mundo. De certo, há inúmeras novas pesquisas e estudos que podem advir daí, uma vez que a Prelazia do Marajó possui uma abrangência territorial extensa, composta por nove municípios, com especificidades e particularidades históricas distintas, de modo que a atuação da Prelazia do Marajó e suas Obras Sociais e Educacionais em cada um desses se deu de forma diferenciada.

Por essa razão, as ações e projetos que compuseram as Obras Sociais e Educacionais em cada contexto foram singulares e peculiares. Abre-se um leque de possibilidades para novas pesquisas no campo da Educação, Geografia, História e Ciência da Religião, entre outros. Nesse contexto, vale ressaltar que a Cúria da Prelazia do Marajó resguarda um acervo vasto e riquíssimo que desvela a presença da Igreja Católica e da OAR nos Marajós e em diversos outros contextos socioculturais da região, bem como documentos de diversos gêneros textuais, tais como cartas, revistas, jornais, ofícios, relatórios, projetos etc.

Neste estudo, tive como objetivo analisar os discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure, sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos, no período de 1950 a 1960. A intenção foi apresentar o início das Obras Sociais e Educacionais nos anos de 1950 e seu desenvolvimento nos dez anos seguintes. Vislumbrando assim contribuir com a História da Educação, em interface com a História das Instituições Educativas Religiosas e História da Infância.

Apresento a Prelazia do Marajó como uma instituição educativa religiosa, ampliando o conceito de instituição educativa religiosa, já que esta foi pensada em uma determinada época,

que propiciou formação e troca de experiências educativas, sobretudo, para mulheres e crianças marajoaras. Embora não tenha sido criada para esse fim, a Prelazia do Marajó em solo sourense construiu um itinerário no processo educativo destes sujeitos.

A Prelazia do Marajó foi criada em 1928 pela Santa Sé, compondo uma ação estratégica, em que a Igreja Católica foi ao encontro do povo. Em Soure, inicia suas atividades dois anos depois da sua criação, em 1930. Em 1950, após um período de adaptação e observação das necessidades próprias da cidade, iniciaram-se suas Obras Sociais e Educacionais, com intenções específicas de quem as assume e implementa considerando o contexto histórico, educacional, político, social e cultural que configurou como a Prelazia se organizou entre florestas, rios e campos marajoaras.

Nesse percurso que a pesquisa me fez atravessar, dialoguei principalmente com fontes eclesiais resguardadas na Cúria da Prelazia do Marajó, o que me fez compreender que a Prelazia do Marajó, enquanto instituição educativa religiosa, desenvolveu Obras Sociais e Educacionais com o propósito de educar e assistir à população e à infância sourense. Porém, seu propósito inicial era romanizar o catolicismo marajoara e, a posteriori, alinhar-se ao projeto desenvolvimentista para a Amazônia marajoara.

A busca por fontes documentais foi uma experiência nova e surpreendente, para a qual precisei desenvolver habilidades específicas para manusear e interagir com papéis. Custou-me paciência e muito empenho compreender a magnitude dos documentos que registram a história de uma instituição, apresentando seu cotidiano, sua organização e suas práticas educativas. Isso me trouxe profunda admiração pelos pesquisadores do campo da História/História da Educação/História das Instituições/ História da Infância – todos estes que possibilitam conhecer o passado, a ancestralidade, permitindo refletir sobre os rebatimentos das raízes históricas no presente.

Essas incursões investigativas levaram ainda a compreender que a Prelazia do Marajó foi uma missão desafiadora proposta pela Santa Sé e assumida pela Ordem dos Agostinianos Recoletos, que adentram o arquipélago do Marajó com o objetivo de restabelecer e/ou fortalecer o processo de evangelização da população marajoara, cumprindo assim um papel relevante no reestabelecimento da reconquista espiritual do catolicismo romano na Amazônia marajoara, fortalecendo os sacramentos e dogmas da Igreja Católica, ou seja, a Prelazia assumiu o compromisso de implantar uma política de reeducação religiosa nos Marajós.

Deste modo, percebo que a romanização do catolicismo no Brasil foi a grande motivação para a criação da Prelazia do Marajó, bem como das suas Obras Sociais e Educacionais. A Prelazia do Marajó trouxe mudanças para a Amazônia marajoara, sobretudo, para Soure,

cidade-sede desta Prelazia. Neste contexto, não posso deixar de citar a gerência dos Agostinianos Recoletos, da Província de Santo Tomaz de Vilanova, representados pela figura de Dom Alonso, primeiro bispo do prelado do Marajó.

Dom Alonso, homem dedicado, determinado e fiel aos propósitos das normativas romanas, exímio defensor do cumprimento dos sacramentos, foi escolhido como primeiro bispo do prelado do Marajó, não à toa, mas por conta do seu desempenho no trabalho na Argentina e da sua formação eclesiástica dentro dos novos padrões romanos. Era um padre seguidor e cumpridor das normas romanas; isso lhe conferiu o cargo de suma importância na hierarquia eclesiástica da Igreja Católica, primeiro bispo da Prelazia do Marajó.

Ele chegou a Soure dois anos após a criação da Prelazia do Marajó e iniciou sua missão transparecendo para a população sourense uma história de amor e dedicação à população e à infância. Tornou-se uma figura importante, com participação ativa na sociedade sourense e com grande influência sobre os políticos da cidade, buscando reatar a aliança entre a Igreja Católica e o Estado.

Entretanto, a finalidade de toda a sua dedicação se dava em prol do projeto evangelizador para que a romanização do catolicismo marajoara acontecesse, e os fiéis passassem a praticar o catolicismo oficial romano, cumprindo os sacramentos e afastando-se do catolicismo popular. Para isso, impôs uma nova cultura à população sourense, trocando a Santa Padroeira de Soure por sua santa de devoção, bem como transferindo para igreja a celebração das missas que aconteciam nas irmandades. Além disso, construiu a Igreja Matriz e o complexo de casas prelatícias, restaurando o espaço e poder eclesiástico na cidade.

Em 1950, Dom Alonso inicia um conjunto de projetos/ações que ele denominou de Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó, com o intuito de contribuir com os seus propósitos missionários de evangelizar, já que dessa forma atraía e aproximava cada vez mais a população sourense para próximo da doutrina cristã. Um dos aliados neste processo foram as lacunas da administração pública da cidade, que possibilitaram que as Obras Sociais e Educacionais passassem a “resolver” questões sociais de competência pública. Isso fez com que Dom Alonso se tornasse um mito para os mais carentes, uma vez que estava sempre disposto a ajudar quem precisava

Assim, as Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó, sob a direção de Dom Alonso, fomentaram projetos/ações ligados principalmente a educação e a saúde. As práticas educativas ligadas à religiosidade e à doutrina cristã contribuíram para educação da população e da infância sourense, o que pode ser desvelado através da fundação de escolas primárias e da escola doméstica. A Escola Doméstica de Soure ofertava de forma

gratuita cursos ligados a práticas tradicionalmente domésticas para meninas e mulheres – algo que propiciava uma educação pautada na colonialidade, na formação cristã ligada a fê católica, a qual posiciona as mulheres e meninas num lugar de submissão e limitação.

Além disto, oportunizou-se também para a infância marajoara sourense o Ensino Primário, fundado inicialmente Jardim da Infância, e posteriormente, o Instituto Stella Maris, o qual está em pleno funcionamento até os dias atuais. Desse modo, a história das instituições educativas no Pará se entrecruza com a história da educação na Amazônia marajoara, assim como a historicidade das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó se articula diretamente com o processo educativo da população e da infância marajoara de Soure.

Já no âmbito da saúde, o Círculo Operário foi uma associação inédita para a cidade, que reunia o público masculino, estando pouco ligada a religião. Então, era uma oportunidade de trazer os homens para mais perto da Igreja Católica enquanto associados. A assistência prestada aos seus associados e as suas famílias, a criação da Casa da Saúde e o projeto Gotas de Leite foram destaques desta Obra Social e Educacional da Prelazia do Marajó.

Vale destacar que naqueles tempos Soure carecia muito de mecanismos de saúde, o que fez com que a Casa da Saúde diminuísse significativamente a lacuna deixada pela administração pública, na medida em que contemplava crianças e grande parte da população no que tange ao atendimento médico e odontológico. Já o Projeto Gotas de Leite, financiado pelo capital estrangeiro, permitia a Dom Alonso a distribuição de alimentos e leite para as crianças, fato que, entre outros elementos, tornava-o um mito para os sourenses mais carentes.

Posto isto, percebi que as Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó inicialmente foram criadas com o caráter assistencialista, porém, no decorrer dos anos o sentido modificou-se, integrando o ideário desenvolvimentista. Passou, portanto, a oportunizar a promoção social dos menos favorecidos, já que a região necessitava desenvolver-se, de modo que a Prelazia do Marajó construiu laços com os moradores locais, conduzindo a práticas formativas que pudessem garantir aos homens, mulheres e crianças amazônicos condições de subsistência, dignidade e trabalho, além da formação religiosa.

Para que o desenvolvimentismo fosse uma realidade, a presença da Igreja Católica e seus segmentos, sua atuação pautada na colonialidade e, posteriormente, aliada aos interesses do Estado foram algumas das marcas educativas e religiosas deixadas. Ademais, apesar das imposições hegemônicas da Igreja Católica e do Estado, não se podem invisibilizar as relações que acabaram sendo construídas entre grupos religiosos, como a OAR e a sociedade sourense, que muitas vezes se colocou à disposição no enfrentamento da fome, da pobreza, do analfabetismo e da desigualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. G. **Marajó - As regiões amazônicas: estudos chorográficos dos estados do Grão-Pará**. Secult, 1992.

ALBUQUERQUE, M. B. B. **Trilhas e temas da disciplina Filosofia da Educação a partir da PUC/SP**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In*: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2014. p. 55-100.

ALVES, L. M. S. A. (Org.). **Educação infantil e estudos da infância na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2007.

ALVES, L. M. S. A. A infância em construção: as fontes de investigação. *In*: ARAÚJO, S. M. S.; ALVES, L. M. S. A.; BERTOLO, S. J. N (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia: reflexões epistemológicas e políticas**. Belém: EDUEPA, 2014.

ALVES, L. M. S. A. Estudos da infância no programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA: levantamento de temas, fontes, métodos nas pesquisas acadêmicas (2005-2017). *In*: FRANÇA, M. P. S. G. S. A.; LOBATO, S.; NERY, V. S. C (Org.). **História da educação na Amazônia: múltiplos sujeitos e práticas educativas**. Curitiba: CRV, 2018. p. 37-60.

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 1984.

AMARAL, D. D. et al. **Campos e florestas das bacias dos rios Atua e Anajás, Ilha do Marajó, Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007.

ANDRADE, S. S. **A infância da Amazônia marajoara: sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá - Curralinho/PA**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ANDRADE, S. S. **A infância da Amazônia marajoara: práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas**. Curitiba: CRV, 2019.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B (Org.). **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo. Editora: Contexto, 2021. p. 23-79.

BALBINO, A. G. **A Igreja e a educação no Sul de Minas (1900-1950) o ultrarromantismo e as incursões da modernidade**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2018.

BARBOSA, M. N. **Soure: pedaço de Marajó**. Belém: [s. n.], 1997

BARBOSA, M. N. **Memórias da minha cidade, Soure**. Belém: IAP, 2011.

BARROS, L. C. S. **Repertórios musicais em trânsito: música e identidade indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM**. Belém: EDUFPA, 2009.

BATISTA, C. R. O Papel Político da Comissão Pastoral da Terra (CPT)-A Luta dos Trabalhadores Rurais e os Dilemas de uma Proposta de Educação para a Cidadania. **Comunicações**, v. 3, n. 1, p. 100-105, 1996.

BEOZZO, J. O. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. *In*: FAUSTO, B (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. 4º volume: Economia e Cultura (1930-1964). 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

BERGER, P.; BERGER, B. O que é uma instituição social? *In*: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Org.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 193-1999.

BITENCOURT, F. P. F. **Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a deus, a família e ao lar -Ananindeua/ Pa (1949-1971)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

BRANDÃO, C. R. **Educação como Cultura**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Brasília, DF: Presidência da República, 1946.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **Instituições educativas: porque e como pesquisá-las**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

CALLOU, M. L. **Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: assistência e educação de crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém (1943-1975)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CAMILO, R. A. L. A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2., 2011, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2011.

CASTANHO, S. Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. *In*: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 39-57.

CASTRO, E. S. A ordem das Mercês no Brasil (1639-1965). *In*: CASTRO, E. S. **Mercedários no Brasil ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Imprensa. Nacional, 1968.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, B. G. **A Educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio Macedo Costa em Belém- Pará (1878-1888)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

- COSTA, B. G. **“A Educação para ser boa deve ser religiosa”**: romanização e civilização no projeto educativo do bispo Dom Antônio Macedo Costa para a Amazônia (1861-1890). 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- COSTA, L. D. **A instituição cristã espírita “Lar de Maria”**: um templo de amor, caridade e educação de crianças pobres em Belém- Pa (1947-1960). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.
- CRUZ, M. E. M. **Marajó essa imensidão de ilha**. São Paulo: [s. n.], 1987.
- CRUZ, M. E. M. **Soure**: Pérola do arquipélago do Marajó. Belém: Empresa Jornalística e Editora Gráfica M. M. Lima Ltda. 1999.
- DA MATA, P. A Igreja Católica na Amazônia da Atualidade. *In*: HOORNAERT, E. (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 341-365.
- DEL PRIORE, M (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- DUARTE, A. V. M. **Orfãos e Desvalidas**: a formação de meninas no orfanato municipal de Belém do Pará (1893-1931). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- FERREIRA, C. S. **A população de Soure e um mito**: Dom Alonso. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Soure, 2002.
- FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRAGO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FREITAS, L. G. **Políticas de Assistência, Proteção e Educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações da Prelazia do Xingu no município de Altamira – Pará (1970-1979)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- GATTI, B. A. **Educação e participação**: um castelo e outras conquistas. 2006.
- GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.).

**Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 223-224.

GONDRA, J. G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. *In*: FREITAS, C. F.; KUHLMANN JR., M (Org.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 289-318.

GOUVÊA, M. C. A construção do “infantil” na literatura brasileira. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-13, 2000.

GOUVEA, M. C. S. A escrita da história da infância: periodização e fontes. *In*: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S (Org.). **Estudos da infância.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 97-118.

GUIMARÃES, J. T. S. Direitos humanos de crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 13, n. 25, p. 250–286, 2021.

GUIMARÃES, J. T. S. As infâncias/crianças marajoaras nos websites de notícias do Brasil: caminhos para a construção de uma história do tempo presente. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA INFÂNCIA NA AMAZÔNIA, 4., 2022, Belém. **Anais [...]**. Belém: SHIA, 2022.

GUIMARÃES, J. T. S. A história das infâncias negras: descolonizando os direitos de crianças da Amazônia. **Revista Interterritórios**, Caruaru, v. 9, n. 18, e258997, p. 1-33, 2023.

GUNTHER, L. E. A Encíclica Rerum Novarum e o princípio da subsidiariedade. **Revista TRT**, n. 59, p. 16-34, maio 2017.

HOORNAERT, E. **História da Igreja na Amazônia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

JOÃO PAULO II, Papa. **Meditações e orações.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

JURANDIR, D. **Marajó.** 3. ed. Belém: Cejup, 1992.

JURANDIR, D. **Três Casas e um Rio.** Belém: Cejup, 1994.

KRAMER, S. **A política do Pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade: Contribuições da educação infantil para a formação escolar. *In*: KRAMER, S (Org.). **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Ática, 1995.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. *In*: KRAMER, S (Org.). **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

KUHLMANN JR., M. Educação infantil e currículo. *In*: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S (Org.) **Educação infantil pós LDB:** rumos e desafios. São Paulo: Autores Associados, 1999, 122-135.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000.

KUHLMANN JR., M. A Circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil início do século XX. *In*: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-501.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. *In*: FREITAS, M. C. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, M. S. P. **Infância, Educação e Criança: um estudo histórico-literário nas obras Serões da mãe preta e chove nos campos de cachoeira (1897-1920)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LISBOA, P. L. B. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2012.

LOURO, G. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 402-443.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MACIEL, R. A. **Sistema Radiofônico de Bragança: saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960-1970)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

MACIEL, R. A. **Cultura Material escolar e as representações de educação no sistema radiofônico para os caboclos “ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MACIEL, R. A. O rádio cativo nas escolas radiofônicas: um artefato cultural de ensino para os caboclos ‘ingênuos’ na Prelazia do Guamá, Amazônia paraense (1961- 1971). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, p. 1-27, e116, 2020.

MACIEL, R. A.; FRANÇA, M. P. S. G. S. A. Sistema Educativo Radiofônico de Bragança: Educando Jovens e Adultos na Amazônia Bragantina (1960-1970). **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 21, n. 1, p. 140-165, jan./jun. 2015.

MAGALHÃES, J. P. O contributo das congregações religiosas para a educação tradicional da mulher em Portugal. **Veritas**, Porto Alegre, v. 43, n. esp., p. 151-157, dez. 1998.

MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In*: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C (Org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, J. P. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 69-74, maio/ago. 2007.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre La colonialidad Del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad más Allá Del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana; Instituto Pensar, Universidad Central; IESCO; Siglo Del Hombre Editores, 2007.

MÉLCON, F. J. M. P. **O Missionário I: a vida e obras de Dom Alquilio Alvarez Diez, bispo prelado do Marajó (1919- 1985)**. Rio de Janeiro: Colégio Santo Agostinho Novo Leblon, 2010.

MENESES, J. P. D. **O movimento de educação de base no período 1961-1964: qual a perspectiva de direitos humanos?** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MILLÁN, C. **Marajó: uma grande aventura de evangelização**. [S. l.: s. n.]: 2013.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-30.

MIGNOLO, W. (2007). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*. n 34, pp. 287-324.

MIRANDA NETO, M. J. **Marajó: desafio da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, p. 329–360, 1998.

MUNDURUKU, D. **Das coisas que eu aprendi: ensaios sobre o Bem Viver**. 2. ed. Lorena: DM Projetos Especiais Editorial UK'A, 2019.

OLIVEIRA, C. V. C. P. **Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, L. H. M. M.; GATTI JÚNIOR, D. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação**, v. 1, n. 1, Uberlândia, p. 73-76, 2008.

PACHECO, A. S. **En El Corazón de la Amazonia: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009a.

PACHECO, A. S. **História e literatura no regime das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara**. Belém: Unama, 2009b.

PACHECO, A. S. Cosmologias afroindígenas na Amazônia marajoara. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, p. 197-226, jun. 2012.

PAGANINI, V. L. A. M. **Formação política e resistência: uma experiência contra-hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

PIMENTA, A. S. F. **Educação de meninas no Orphanato Paraense (1893 -1910)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

PINHEIRO, W. C. **O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RIBEIRO, A. M. M.; FREITAS, E. O. A CPT e as Denúncias sobre Trabalho Escravo no Pará: o papel dos religiosos e seus saberes na construção de estratégias de enfrentamento à violência. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, Belo Horizonte, n. 77, p. 21-41, jul./dez. 2020.

RIZZINI, I.; SCHUELLER, A. O instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921). In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 86-107, jul./dez. 2011.

ROCHA, C. M. **O menino do Marajó**. São Paulo: Clube do Livro, 1976.

RODRIGUES, K. P. **Mini atlas marajoara: Soure & Salvaterra**. Belém: Grupo GAPTA/UFPA, 2023.

ROSA, K. A. F. **O lugar da criança na instituição religiosa: uma análise do trabalho desenvolvido pela igreja Batista de Laranjeiras na cidade de Serra/ES**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018.

SABINO, E. B. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no colégio nossa senhora do amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SALLES, V. **A música e o tempo no Grão Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

SANFELICE, J. L. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-94.

SANGENIS, L. F. C.; MAINKA, P. J. Presença franciscana e hegemonia jesuítica no campo da História e da História da Educação no período colonial brasileiro: temáticas, fontes e temporalidade em questão. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. p. 1-5.

SANTOS, E. N. A. **O Instituto Stella Maris (1959-1969): história, memória e práticas educativas das Irmãs Agostinianas Missionárias em Soure-PA**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Pará, Belém, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, ano I, n.1, p. 1-15, jul. 2009.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005.

SAVIANI, D. **Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHANN, D. P. **A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara: um estudo da arte pré-histórica na Ilha do Marajó.** Brasil (400- 1300AD). Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, G. F. **Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açu/Pa.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

SILVA, G. L. **Educação na Amazônia colonial: contribuição à história da educação brasileira.** 1976. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1976.

SILVA, I. C. Aguiar da. **A Educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará republicano (1890-1920).** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2020.

SILVA, J. P. **Memórias Tupi em narrativas orais no rio Tajapurú – Marajó das Florestas – Pa.** 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

SILVA, P. V. N.; RIBEIRO, B. O. L. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. Anais [...].* Belém: Universidade Federal do Pará, 2021.

SILVA, T. C. A.; FRANÇA, M. P. S. G. S. A. A Ordem de N. Sra. das Mercês e os pontos de história e memória do ensino de música sacra no Grão - Pará (Sec. XVII-XVIII). **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 15, p. 01-557, jun. 2020.

SILVA, T. H. C. **Práticas Educativas das congregações filhas de Sant'Ana e irmãs de Santa Dorotéia na formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927).** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SOUSA, M. S. A. **O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira República: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

TOLEDO, C. A. A; BARBOZA, M. A. A atuação educativa, missionária e pastoral dos franciscanos no Brasil colonial nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, p. 1-23, e111, 2020.

VASCONCELOS, F. C. L. **Ideário educativo católico no ginásio São Francisco em Conceição do Mato Dentro: instrução, escolarização e formação moral de 1956-1979.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

VEIGA, G. S. P. **História da educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba-MT (1953-1963).** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

VERÍSSIMO, J. **A Educação da Mulher Brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

### Fontes documentais e hemerográficas

DOM ALONSO GREGÓRIO. **Carta de Dom Alonso Gregório para Abel Nunes Figueiredo**. Soure: [s. n.], 1953.

ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO. **Livro de Matrículas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação (1950-1960)**. Soure: Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, [19--].

IRMÃS AGOSTINIANAS MISSIONÁRIAS. **Relatório das Irmãs Agostinianas Missionárias ao Diretor da L.B.A.** Soure: Irmãs Agostinianas Missionárias, 1960.

O PARACAUARY. A História de Soure. **O Paracauary**, Soure, p. 7-9, maio 1984a.

O PARACAUARY. O passado de Dom Alonso Soure. **O Paracauary**, Soure, p. 11, nov./dez. 1984b.

O PARACAUARY. A História de Soure. **O Paracauary**, Soure, p. 6, fev. 1985.

ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS. **Projeto Pastoral Educativo da Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR)**. [S. l.]: OAR, 2008.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Decreto de nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022**. Incluiu o Município de Oeiras do Pará na Região de Integração do Marajó e altera o Anexo Único do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Pará, 2022.

PARÓQUIA MENINO DEUS EM SOURE. **Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus**. Soure: Pascom Soure, [19--].

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM SALVATERRA. **Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Salvaterra**. Salvaterra: Pascom Salvaterra, [19--].

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó para o Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação**. Soure: Prelazia do Marajó, 1952.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Extrato dos Estatutos das Obras Sociais e Educacional da Prelazia do Marajó**. Soure: Prelazia do Marajó, 1953.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Extrato dos Estatutos da Escola Doméstica de Soure Nossa Senhora da Consolação**. Soure: Prelazia do Marajó, 1956a.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Ata da 1º reunião da Escola Doméstica de Soure, março de 1956**. Soure: Prelazia do Marajó, 1956b.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Ata da reunião da Escola Doméstica de Soure, setembro de 1957**. Soure: Prelazia do Marajó, 1957.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Relatório do Movimento Anual das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó**. Soure: Prelazia do Marajó, 1958.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Ata da 1ª reunião da Escola Doméstica de Soure, março de 1960**. Soure: Prelazia do Marajó, 1960a.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Relatório das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó**. Soure: Prelazia do Marajó, 1960b.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Livro do Tombo da Prelazia do Marajó (1930-1980)**. Soure: Prelazia do Marajó, [19--].

VAN BAVEL, T. **Santo Agostinho: centenário dos Agostinianos Recoletos no Brasil (1889-1999)**. Soure: Congregação dos Agostinianos Recoletos, 1999.

### Referências webgráficas

BIBLIOMANIA. Marajó a ditadura da água - Giovanni Gallo. **Bibliomania**, [on-line], 15 abr. 2020. Disponível em: <https://bibiomania.blogspot.com/2020/04/marajo-ditadura-da-agua-giovanni-gallo.html> Acesso em: 12 mar. 2023.

BLOG OBSERVADOR MARAJOARA. [Homepage]. **Blog Observador Marajoara**, [on-line], [20--]. Disponível em: <http://observadormarajoara.blogspot.com/> Acesso em: 8 jan. 2018.

CATEDRAL METROPOLITANA DE JUIZ DE FORA. Qual a diferença entre Dioceses e Arquidioceses, Bispos e Arcebispos? **Catedral Metropolitana de Juiz de Fora**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/brn4zer7> Acesso em: 17 jan. 2024.

CATEDRAL METROPOLITANA DE BELÉM. [Homepage]. **Catedral Metropolitana de Belém**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://www.catedraldebelem.com.br/> Acesso em: 17 jan. 2024.

CONGREGAÇÃO AGOSTINIANAS MISSIONÁRIAS. Ação missionária das Irmãs Agostinianas em Soure/PA. **Congregação Agostinianas Missionárias**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://agostinianas.com.br/acao-missionaria-das-irmas-agostinianas-em-soure-pa/> Acesso em: 29 out. 2023.

DIOCESE DE PONTA DE PEDRAS. Histórico da Diocese. **Diocese de Ponta de Pedras**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://diocesepontadepedras.blogspot.com/p/historico-da-diocese.html> Acesso em: 20 dez. 2023.

ESCOLA DOM ALONSO - MARAJÓ. [Homepage]. **Escola Dom Alonso - Marajó**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://escoladomalonso.blogspot.com/> Acesso em: 8 jan. 2018.

ESTATUTO. In: DICIONÁRIO Online de Português. Matosinhos: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/seringal/> Acesso em: 12 mar. 2023.

GOOGLE EARTH. Ruas de Soure, Marajó. **Google Earth**, [on-line], 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/5kf58bhv> Acesso em: 10 jan. 2024.

GOOGLE MAPS. Trajeto de Belém a Soure. **Google Maps**, [on-line], 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/yek9hv8j> Acesso em: 10 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Homepage]. **IBGE**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 17 jan. 2024.

O LIBERAL. Dom Azcona, bispo emérito do Marajó, ganha Prêmio Internacional Jaime Brunet 2021. **O Liberal**, [on-line], 12 dez. 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/dom-azcona-bispo-emerito-do-marajo-ganha-premio-internacional-jaime-brunet-2021-1.471484> Acesso em: 11 jul. 2023.

OPUS DEI. O que é uma coleção? **Opus Dei**, [on-line], 18 mar. 2021. Disponível em: <https://opusdei.org/pt-pt/article/que-e-uma-recolecão/> Acesso em: 11 jul. 2023.

ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS. [Homepage]. **Ordem dos Agostinianos Recoletos**, [on-line], [20--]. Disponível em: <http://www.recoletosstv.org/> Acesso em: 20 out. 2022.

ORDEN AGUSTINOS RECOLETOS. Origen y carisma - recolección y provincia. **Orden Agustinos Recoletos; Provincia Nuestra Señora de la Candelaria**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://www.agustinosrecoletos.com.co/origen-y-carisma/> Acesso em: 11 jul. 2023.

ORDEN DE AGUSTINOS RECOLETOS. [Homepage]. **Orden de Agustinos Recoletos**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://www.agustinosrecoletos.com/quienes-somos/?lang=pt-pt> Acesso em: 17 set. 2023.

PARÁ. Arquivo Público do Estado do Pará. [Homepage]. **Arquivo Público do Estado do Pará**, [on-line], [20--]a. Disponível em: <https://www.secult.pa.gov.br> Acesso em: 17 set. 2023.

PARÁ. Fundação Cultural do Pará. [Homepage]. **Biblioteca Pública Arthur Vianna**, [on-line], [20--]b. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br> Acesso em: 17 set. 2023.

PARÓQUIA SANTO AGOSTINHO. O carisma agostiniano recoleto. **Paróquia Santo Agostinho**, [on-line], [201-]. Disponível em: <https://www.agustinosrecoletos.com.co/origen-y-carisma/> Acesso em: 11 jul. 2023.

PRETTI, G.; COLENTINO, A.; SILVA, R. C. Direito Canônico: um sistema jurídico autónomo. **JusBrasil**, [on-line], 7 nov. 2023. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> Acesso em: 17 jan. 2024.

SALVATERRA (Pará). [Homepage]. **Prefeitura Municipal de Salvaterra**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://prefeituradesalvaterra.pa.gov.br/> Acesso em: 20 out. 2022.

SERINGAL. In: DICIONÁRIO Online de Português. Matosinhos: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/seringal/> Acesso em: 12 mar. 2023.

SOURE (Pará). [Homepage]. **Prefeitura Municipal de Soure**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://soure.pa.gov.br/> Acesso em: 20 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Legião Brasileira de Assistência (LBA). **Fonte UFSM**, [20--]. Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba> Acesso em: 10 jan. 2024.

VATICANO. [Homepage]. **A Santa Sé**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> Acesso em: 17 set. 2023.

VATICANO. [Homepage]. **A Santa Sé**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> Acesso em: 17 set. 2023.

WIKIDATA. Abel Nunes de Figueiredo. **Wikidata**, [on-line], [20--]. Disponível em: [https://www.wikidata.pt-pt.nina.az/Abel\\_Nunes\\_de\\_Figueiredo.html](https://www.wikidata.pt-pt.nina.az/Abel_Nunes_de_Figueiredo.html). Acesso em: 29 out. 2023.

## APÊNDICE A - ESCRITOS DA HISTÓRIA MARAJOARA: A DESCRIÇÃO DAS FONTES

*Nos Marajós, anteparo para o mar, foram esses elementos fluviais que permitiram a mulheres e homens de matrizes multiétnicas, desde os tempos mais longínquos, descobrirem saídas para sustentar vidas, alinhar identidades, saberes e crenças na insularidade de seus modos de ser, trabalhar, festejar e morrer*

(Pacheco, 2009, p. 410).

Em memória dessas crianças, mulheres e homens que marcaram ao longo do tempo os Marajós com as suas identidades multiétnicas, envolvidos em padrões culturais e mediações entre rios e florestas, embarquei nessa longa viagem da pesquisa. Busquei analisar os discursos acerca das Obras Sociais e Educacionais desenvolvidas pela Prelazia do Marajó na cidade de Soure sob os desígnios dos Agostinianos Recoletos nos anos de 1950 a 1960.

Assim, pude desvelar a Prelazia do Marajó como uma instituição religiosa que desenvolveu suas Obras Sociais e Educacionais a partir do contexto vivenciado e buscando atingir seu propósito missionário e evangelizador. Para isso, neste estudo selecionamos e dialogamos com documentos históricos resguardados na Cúria da Prelazia do Marajó e na Câmara Municipal de Soure. Para entrecruzar dados e/ou informações, buscamos jornais e revistas, autores memorialistas e obras literárias de autores marajoaras.

### I) DOCUMENTOS PAROQUIAIS RESGUARDADOS PELA CÚRIA DA PRELAZIA DO MARAJÓ

- Anuário da Prelazia do Marajó – seus aspectos, seus problemas. Padres Agostinianos Recoletos, Souré, 1958 a 1960.
- Livro do Tombo da Paróquia Menino Deus – Soure 1930 a 2001.
- Livro do Tombo da Prelazia do Marajó, Soure 1930 a 1980.
- Histórico da Instituição Stella Maris – 1959.
- Histórico da Congregação das Agostinianas. Soure: s/d.
- Extracto dos Estatuto das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó.1950.
- Extracto dos Estatutos da Escola Doméstica de Soure. Dezembro, 1953.
- Ata da primeira reunião das Obras Sociais e Educacionais da prelazia do marajó foi registrada no cartório em 13 de setembro de 1955.
- Ata da 1º reunião da escola doméstica de Soure, março de 1956.

- Ata das reuniões da escola doméstica de Soure, 1958 a 1960.
- Relatórios Anuais do Movimento das Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó que eram enviados para o Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação.junho.1958.
- Relatório de Atividades das Obras da Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó. 1960.
- Quadro Demonstrativo das Atividades Gratuitas prestadas á comunidade pelas Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Marajó.
- Projeto: Criação, reativação e conservação das obras sociais da Prelazia do Marajó.
- Cartas da Prelazia do Marajó endereçada ao Exmo. Dr. Abel Nunes de Figueredo - deputado estadual.
- Livro de Matrículas da Escola Doméstica – Soure 1950 a 1960.
- Livro de Atas do Círculo Operário de Soure.1958 a 1960.
- Mapa de Inscrição na Assistência a Infância a Pré- Escola.

## II) CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE

- Livro nº06 de Projetos de leis e resoluções dos anos de 1959 a 1960.
- Ofício expedido a câmara municipal de Soure, 1952.
- Ofício de despedida e agradecimento, enviado pela câmara municipal de Soure ao bispo Dom Gregório Alonso, 1965.
- Relatório da entrega do título de cidadão honorifico, 1960.

## III) JORNAIS E REVISTAS

- Jornal – O Paracuary – Soure – Exemplares de 01 a 11. maio de 1984/ julho/ Dezembro de 1985.
- VAN BAVEL, T. **Santo Agostinho**: centenário dos Agostinianos Recoletos no Brasil (1889-1999). Tradução das Irmãs Barbosa. Publicada pela congregação dos Agostinianos Recoletos.Souré:1999.
- LEAL, Monsenhor. História de uma igreja e cercanias. Belém-Pará, 1969.

## ANEXO A - EXTRATO DOS ESTATUTOS DAS OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA PRELAZIA DO MARAJÓ

EXTRATO DOS ESTATUTOS DAS OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA PRELAZIA DE MARAJÓ

Orientação	Obras sociais e educacionais da prelazia de marajó.
Sede	Escola domestica Na. Sa. Da consolação n. 1500 Sa. Rua. -Soure. - Estado do Pará.
Data de fundação	19 de março de 1951.
Fins	Tem como objetivo desenvolver atividades em favor da infância e adolescência femininas da prelazia de marajó; difundir a educação domestica feminina; colaborar com os poderes públicos e intitulações particulares no sentido de promover em toda a prelazia de marajó amparo à infância e a adolescência. Mantem em todos os centros principais da prelazia: uma escola domestica com todos os serviços necessários, funcionando gratuitamente; escolas primarias de alfabetização; iniciação agricola; cursos profissionais feminino; um parque de jogos, ginasticas e diversões. Todos estes serviços mencionados são gratuitos.
Duração	Tempo ilimitado.
Prazo do mandato da diretoria responsabilidade	Cinco anos.

Renda social	Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da sociedade.
Dissolução	Sendo extinta esta sociedade os seus bens serão entregues á prelazia de marajó para ser oportunamente organizada uma nova sociedade de assistência social.
Diretoria atual	D. Frei, Gregório Alonso - presidente P. Frei, Alquilio alvares - v. Presidente Srta. Maria do Carmo Paula - 1ª. Secretaria Srta. Amelia Pereira - 2ª. Secretaria Srta. Aidenoura Chagas - Tesoureira.

Soure, 6 de dezembro de 1953



ANEXO B - MAPA DE INSCRIÇÃO NA ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA A PRÉ-ESCOLA

Mapa de inscrições na  
 Assistência a Infância e Pré-Escolas  
 Círculo Operário de Loure  
 Crianças inscritas de Abril a Junho de 1961  
 fo.  
 Encarregada: Helinda de Sousa Sampão

Digitizado com CamScanner

Nome da criança	Filiação	Residência	Registo	Abil	Ativa	Final
Helena Maria Amaral	Raimundo Freixo Amaral	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
Alma dos Santos Amaral	"	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
Luís João Pereira	Maria Alberto Pereira	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
Helena de Sousa	Raimundo de Sousa	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
Maria Helena de Sousa	"	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
António de Sousa	Raimundo de Sousa	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
Raimundo de Sousa	Miguel de Sousa	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
João de Sousa	"	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
António de Sousa	Helena de Sousa	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6
Helena de Sousa	Olivia de Sousa	107-2-1186	21.10.1958	12/4	12/6	12/6

Digitizado com CamScanner

